UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS

TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO-MT

CÁCERES-MT
2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS

TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO-MT

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGGeo) para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

CÁCERES-MT
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

C198t

CAMPOS, Valdsandro.

Territorialização e Resistências para a Consolidação do Assentamento Nova Conquista Ii em Novo Mundo-MT / Valdsandro Campos – Cáceres, 2023.

136 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

1. Reforma Agrária. 2. Território. 3. Conflitos. 4. Comissão Pastoral da Terra. I. Valdsandro Campos. II. Territorialização e Resistências para a Consolidação do Assentamento Nova Conquista Ii em Novo Mundo-MT: .

CDU 338.431(817.2)

VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS

TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO-MT

Essa Dissertação foi julgada e **aprovada** como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Cáceres-MT, 23, maio, 2023.

Banca Examinadora

Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Dra. Judite de Azevedo do Carmo
Avaliadora Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Dr. Evandro Cezar Clemente
Avaliador externo à Unemat
Universidade Federal de Jataí (UFJ)

CÁCERES-MT
2023

DEDICATÓRIA

A toda a minha família que me amparou, aquela família que constituí em Alta Floresta – MT e as(os) trabalhadoras(es) do campo que contribuíram enfaticamente com as discussões dessa pesquisa. Aos companheiros da Comissão Pastoral da Terra Regional Mato Grosso e para aqueles que trilham a caminhada e disponibilizaram exemplos importantes ao que tange a defesa da luta pelo direito de acesso à terra.

RESUMO

A formação territorial do assentamento de Reforma Agrária Nova Conquista II, para atender 96 famílias dentro do município de Novo Mundo no estado de Mato Grosso, é a base das discussões da pesquisa, com um grupo de pessoas assentadas que fizeram parte de um processo de luta por terra. Desde a formação do acampamento sem-terra, houve um acompanhamento efetivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e que ainda nos dias atuais, desenvolve trabalhos para contribuir na sua organização socioterriorial. O objetivo geral estruturou-se em compreender os processos e conflitos territoriais decorrentes do antagonismo entre latifundiários e agricultores sem-terras em áreas públicas para a formação de assentamentos rurais através de políticas da Reforma Agrária. Os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, conduzido pelo método Materialismo Histórico e Dialético, iniciaram com revisão teórica bibliográfica para contribuir com dados qualitativos e quantitativos levantados na pesquisa empírica, abordando a questão agrária, social e econômica do município e do grupo das famílias assentadas. Foi necessário respaldar conceitos como o território, conflitos agrários e uma análise da Reforma Agrária enquanto política social. O trabalho de campo contou com a aplicação de questionário direcionada ao assentamento e entrevista com um ex-agente pastoral da CPT e um assentado. Para a apresentação e sustentação dos resultados da pesquisa, além da estruturação da escrita, foram elaborados gráficos, tabelas e figuras em formato de mapas e fotografias para contribuir na leitura e análise. As famílias assentadas buscaram, por meio dos processos socioterritoriais, a conquista de seus territórios e empenham-se em criar estruturas necessárias para permanecerem na terra. Essa temática está inserida em um contexto de fronteira do desenvolvimento agrícola sobre o bioma amazônico, tendo como realidade a dinâmica do capital agrário sobre as terras e políticas públicas que produz concentração e desigualdades e as forças contra hegemônicas de ações por políticas de Reforma Agrária, colocadas em prática a partir da organização popular.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Território. Conflitos. Comissão Pastoral da Terra.

ABSTRACT

The territorial formation of the Nova Conquista II land reform settlement, to serve 96 families within the municipality of Novo Mundo in the state of Mato Grosso, is the basis of the research discussions, with a group of settled people who were part of a process of struggle for land. Since the formation of the landless camp, there has been an effective accompaniment by the Pastoral Land Commission (CPT), which still today develops work to contribute to its socio-territorial organization. The general objective was to understand the territorial processes and conflicts arising from the antagonism between landowners and landless farmers in public areas for the formation of rural settlements through Agrarian Reform policies. The methodological procedures adopted for the research, conducted by the Historical and Dialectical Materialism method, started with a bibliographic theoretical review to contribute with qualitative and quantitative data collected in the empirical research, addressing the agrarian, social and economic issue of the municipality and the group of settled families. It was necessary to support concepts such as territory, agrarian conflicts, and an analysis of Agrarian Reform as a social policy. The field work included the application of a questionnaire to the settlement and interviews with a former pastoral agent of the CPT and a settler. For the presentation and support of the research results, besides the structuring of the writing, graphs, tables, and figures in the form of maps and photographs were prepared to contribute to the reading and analysis. The settled families have sought, by means of socio-territorial processes, to conquer their territories, and have endeavored to create the necessary structures to remain on the land. This theme is inserted in a context of frontier agricultural development in the Amazon biome, with the dynamics of agrarian capital over land and public policies that produce concentration and inequalities and the counter-hegemonic forces of actions for Agrarian Reform policies, put into practice through popular organization.

Keywords: Agrarian Reform. Territory. Conflicts. Pastoral Land Commission.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - limites de estados e municípios que compõe o Território político-administrativo da Amazônia Legal no Brasil 54
Figura 2 - número de registros por conflito de terra na Amazônia Legal em 2020 56
Figura 3 - Estrutura fundiária de Mato Grosso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2022 68
Figura 4 - mapa da composição dos municípios do Território Portal da Amazônia-MT 72
Figura 5 – matrículas originais de terras públicas no Território Portal da Amazônia e áreas destinadas para assentamentos rurais 74
Figura 6 – concentração de terras no Território Portal da Amazônia por módulos fiscais 76
Figura 7– localização geográfica do município de Novo Mundo-MT 77
Figura 8 – terras públicas, assentamentos e imóveis certificados privados em Novo Mundo-MT 79
Figura 9 – mapa da estrutura fundiária de imóveis rurais cadastrados no CAR, em Novo Mundo-MT em 2022 80
Figura 10 – Empresa de agronegócio COFCO INTL, localizada em Novo Mundo-MT 82
Figura 11 – munícipios em que a CPT auxiliou grupos sociais no Território Portal da Amazônia-MT 88
Figura 12 – espaço formativo no intercâmbio dos acampamentos sem-terra acompanhados pela CPT ao Norte do estado de Mato Grosso 92
Figura 13 – acampamento União Recanto Cinco Estrelas construído às margens da área sentenciada para Reforma Agrária, Novo Mundo-MT 99
Figura 14 – construção de barracos de lona dentro da área reivindicada para reintegração da Fazenda União Recanto 101
Figura 15 – localização territorial do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo-MT 106
Figura 16 – construção da casa por um assentado após a distribuição de lotes realizada pelo INCRA no Assentamento Nova Conquista II, Novo Mundo-MT 107
Figura 17 – produção de alimentos no Assentamento Nova Conquista II. A) plantio de banana, B) quintal produtivo diversificado, C) pomar, D) estufa de hortaliças ... 111

Figura 18 – feira e estrutura da cozinha do grupo de mulheres do assentamento. A) bolachas, B) queijos, C) estrutura da feira, D) cozinha coletiva 115
Figura 19 - acampamento sem-terra Cinco Estrelas em Novo Mundo-MT 118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área total e tamanho dos estabelecimentos rurais no Brasil 1996-2017.36
Tabela 2 - estrutura fundiária de imóveis no campo do Brasil (1998, 2010 e 2014)..42
Tabela 3 – valor e quantidade dos contratos do Pronaf por plano safra 48
Tabela 4 - número total de estabelecimentos rurais e tamanho em área no estado de Mato Grosso, do Censo Agropecuário de 2017 67
Tabela 5 – número de estabelecimentos rurais e tamanho em área da agricultura familiar de municípios do Território Portal da Amazônia, em 2017 75
Tabela 6 – número de estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar e o total ocupado em área de Novo Mundo-MT em 2017.....81
Tabela 7 – registros de conflitos por terra em Novo Mundo-MT.....84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Áreas destinadas para plantio de lavouras para agronegócio no Brasil entre 2012-2020 38
Gráfico 2– Decretos de desapropriação expedidas pela Presidência da República em propriedades rurais para a Reforma Agrária de 2005 até 2020 47
Gráfico 3 – evolução dos recursos (R$) do Sead-MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018 49
Gráfico 4 – comparação dos conflitos por terra no campo do Brasil 2013/2020 53
Gráfico 5 – número de ocorrências por conflitos de terra em quatro estados da Amazônia Legal entre 2017 à 2020 55
Gráfico 6 – idade dos assentados entrevistados por agrupamento no Assentamento Nova Conquista II 102
Gráfico 7 – naturalidade dos entrevistados no Assentamento Nova Conquista II ... 103
Gráfico 8 – período em que as pessoas entrevistadas ficaram acampadas 104
Gráfico 9 – participações dos entrevistados em mobilizações sociais com pautas de Reforma Agrária 105
Gráfico 10 – comparativo de rendimento mensal dos assentados atualmente e de quando estavam acampados 112
Gráfico 11 – principal cultura para geração de renda familiar nos lotes pesquisados do Assentamento Nova Conquista II 114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – necessidades apontadas para melhoria na qualidade do território do Assentamento Nova Conquista II, Novo Mundo-MT 117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CONCEITO BASE PARA A MATERIALIZAÇÃO DA CATEGORIA TERRITÓRIO 18
2.1 Território: um conceito chave para as relações de poder e desigualdade no espaço 22
2.2 A territorialização do capital no campo e a produção agrícola no Brasil 30
2.3 A questão agrária no Brasil: expressão do campesinato e Reforma Agrária 40
2.4 Conflitos agrários no campo 51
3 METODOLOGIA 59
3.1 Encaminhamento metodológico 59
3.2 Procedimentos metodológicos adotados 61
3.2.1 Pesquisas bibliográfica, documental e dados estatísticos 61
3.2.2 Pesquisa de campo e coleta de dados 62
3.2.3 Tratamento dos dados e sistematização das informações 65
4 MATO GROSSO E O TERRITÓRIO PORTAL DA AMAZÔNIA 67
4.1 Contextualização do Território Portal da Amazônia e da área de estudo 70
4.2 O município de Novo Mundo e a questão fundiária 77
4.3 A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Território Portal da Amazônia 84
5 A TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO 94
5.1 A luta do acampamento União Recanto Cinco Estrelas 94
4.2 Os sujeitos sociais camponeses e a consolidação territorial do Assentamento Nova Conquista II 100
5.3 Organização territorial do assentamento Programa de Desenvolvimento Sustentável Nova Conquista II e perspectivas de permanência da terra 108
REFERÊNCIAS 122
APÊNDICE 1 134
APÊNDICE 2 135
APÊNDICE 3 136

1 INTRODUÇÃO

É importante debruçar-se sobre a dinâmica da consolidação de assentamentos rurais para compreender as relações socioespaciais no campo, assim como a efetivação das políticas públicas agrárias. A construção de Nova Conquista II no ano de 2018 no município de Novo Mundo, em Mato Grosso, é fruto de um processo de organização social no campo. Esse arranjo popular, reivindicou espaços de luta pela política de Reforma Agrária que se iniciou com um acampamento de sem-terra para a desocupação da fazenda União Recanto, localizada em área de domínio da União.

Esse trabalho tem como área de estudo a organização das famílias acampadas, que posteriormente se consolidou no Assentamento Nova Conquista II, em parceria com a entidade sociorreligiosa Comissão Pastoral da Terra (CPT) que contribuiu com o grupo desde quando eram condicionadas à situação de sem-terras e atualmente vem desenvolvendo trabalhos para a organização e articulação junto a outras entidades para ampliar o desenvolvimento territorial da comunidade. A missão da CPT é o apoio na luta pela “conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável” (CPT, 2010a, s.p).

A luta pela terra é uma ferramenta de luta social apoiada sobre respaldos jurídicos ao que tange o direito à terra, no qual o grupo autônomo busca pressionar as autarquias e órgãos do Estado para promover uma política de Reforma Agrária. A realidade das famílias que hoje estão assentadas, passaram por diferentes tipologias de conflitos pela disputa da posse da terra. Esses conflitos foram gerados a partir das contradições existentes entre latifundiário e os(as) sujeitos trabalhadores(as) sem-terra.

Para delimitar os objetivos desse trabalho teve por base geral compreender os processos e conflitos territoriais decorrentes do antagonismo entre latifundiários e agricultores sem-terras em áreas públicas para a formação de assentamentos rurais através de políticas da Reforma Agrária.

Como objetivos específicos foram elencados: abordar o conceito Território como termo de análise necessário para desvelar as diferentes relações de poder; analisar as contradições capitalistas no campo e da marginalização territorial que geram conflitos no campo; entender o processo de formação e colonização no

extremo norte do estado de Mato Grosso do Território Portal da Amazônia e do município de Novo Mundo-MT; compreender os métodos de organização socioterritorial de famílias camponesas para a consolidação e manutenção do assentamento Nova Conquista II; e por fim, constatar a inserção da CPT no extremo norte de Mato Grosso e seu trabalho junto às famílias assentadas.

O conceito de território enquanto construção teórico-metodológica torna-se essencial para mostrar as condições de desapropriação e apropriação do espaço e dos recursos disponíveis nele, pois, o território é o resultado das ações de poder e apropriação do espaço. Para contribuir nessa perspectiva dos grupos coletivos do campo, o termo movimentos socioterritoriais dará luz às perspectivas políticas e ações desses sujeitos.

Os territórios apresentam relações que estruturam um modelo social e normas de acordo com os interesses das classes sociais. Apresentar uma relação entre o modelo econômico capitalista que se territorializa no campo e que mantêm uma estrutura fundiária concentrada é divergente à lógica camponesa que estabelece estratégias políticas para conquista ou permanência de seus territórios.

O extremo norte mato-grossense, a partir de uma ocupação territorial recente com o avanço econômico capitalista entre as décadas de 1960-70, contou com programas governamentais de fomento para migração de massas de trabalhadores sobre a fronteira agrícola do estado de Mato Grosso, sobretudo em áreas de bioma amazônico (SOUZA, 2008).

Novo Mundo está inserido dentro do território administrativo e de planejamento federal do Portal da Amazônia com mais outros 15 municípios (Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte) localizados ao extremo norte de Mato Grosso, com características semelhantes de colonização e da economia desenvolvida pela agricultura familiar.

Cabe destacar que esse recorte territorial devido a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2016, após a posse de Michel Temer como presidente do país, sofreu um desmonte de programas e verbas públicas para os seus entes municipais e do próprio Conselho Executivo onde o território tinha autonomia

administrativa, colegiada e executiva de desenvolvimento de projetos para a agricultura familiar.

É necessário, a *priori*, reconhecer que o território é palco das relações sociais para apropriação dos recursos e que a classe trabalhadora mais pobre, como enfatiza Souza (2008), foi marginalizada do acesso à terra e à renda, gerando formas coercitivas de violência pela posse e uso da terra, gerando conflitualidades.

A CPT no extremo norte de Mato Grosso, auxilia na luta pela terra grupos sociais do campo que estão em condições de vulnerabilidade socioeconômica diante da concentração fundiária. Entende que para além da conquista da terra, está também busca por qualidade de vida, por intermédio da organização coletiva, para o acesso às políticas públicas e alimentos saudáveis.

A questão agrária, sobre sua estrutura fundiária ligada ao desenvolvimento capitalista, requer aprofundamento das análises geográficas para compreender as relações entre o meio e a sociedade. Portanto, para o debate sobre as formas de ocupação do espaço agrário brasileiro, destacam-se dois sujeitos sociais: o latifundiário, donos de grandes fazendas modernizadas, e o pequeno proprietário, camponês e agricultor familiar, ou o sem-terra.

Para justificar essa pesquisa, recaiu sobre a reflexão da organização popular como frente antagônica ao modelo econômico capitalista que buscaram o direito por Políticas Agrárias com base na seguinte questão: como a população sem-terra, buscou meios para acessar as terras públicas (que estão sob controle de latifundiários e empresariais do agronegócio) para a formação do assentamento e garantir sua permanência territorial? Diante dessa questão e dos interesses sociais, coloca-se em debate a importância da Reforma Agrária para a democratização da terra, redução de conflitos e desigualdade social.

Com necessidade de uma produção científica para apresentar a territorialização de uma conversão da luta pela terra para a conquista de um assentamento rural em Novo Mundo-MT, a pesquisa trouxe resultados e discussões que estão distribuídos nesse texto sob uma estrutura de 4 capítulos.

O primeiro, visou debater sobre os conceitos teóricos estruturantes que tratam diretamente do espaço geográfico e os desdobramentos dinâmicos do território (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), debatendo sobre as relações

de poder que determina a apropriação do espaço e dos bens naturais disponíveis, assim como a apropriação do conhecimento.

O capítulo seguinte debateu a realidade do campo no Brasil, tendo como estrutura o latifúndio controlado pelo modelo de produção econômica do Agronegócio e de outro lado camponeses agricultores que resistem em pequenos espaços condicionados à processos de violência e conflito no campo.

No terceiro, tratou-se diretamente do recorte do Território Portal da Amazônia e do município de Novo Mundo, fazendo uma breve introdução da questão agrária de Mato Grosso e sua produção econômica, abordando a ocupação territorial, assim como as contradições desse espaço no campo para a persistência dos trabalhos da CPT e de movimentos sociais autônomos no campo que reivindicam terras públicas pelas políticas de Reforma Agrária.

Por último, buscou abordar diretamente os conflitos, os processos jurídicos e a organização do movimento socioterritorial autônomo pesquisado, que anteriormente eram sem terras e que tiveram uma trajetória de luta pela terra com apoio da Comissão Pastoral da Terra com ações social e política para consolidar formas organizativas coletivas e garantir a manutenção do assentamento Nova Conquista II.

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CONCEITO BASE PARA A MATERIALIZAÇÃO DA CATEGORIA TERRITÓRIO

Ressalta-se que a categoria abordada na pesquisa terá como base estruturante o território e seus desdobramentos conceituais dentro da Geografia Crítica, e, portanto, é preciso, inicialmente, compreender que o espaço é o *lócus* da (re)produção social, uma base estruturante que compreende os diferentes processos territoriais. O espaço como a estruturação dessas relações com o ambiente, recai sobre as premissas de domínio e apropriação exercidos pela humanidade.

Pode-se dizer que o espaço geográfico é o objeto de estudo da ciência geográfica interpretadas dentro das categorias geográficas que se desdobram em: lugar, paisagem, região e o território (CORRÊA, 2003). Entender o espaço é fundamental para compreender as relações sociais, principalmente por ser um conceito dinâmico e que são reinterpretados ao longo dos períodos históricos de desenvolvimento humano e que refletem as abordagens das escolas geográficas por correntes de pensamentos da própria Geografia, influenciadas pelos poderes sociais dominantes.

O espaço geográfico é dinâmico e alterado conforme o seu uso e ocupação frente as necessidades e interesses sociais ao longo do tempo histórico pela sociedade. Diante disso, Corrêa (2003) discute que:

> A formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori,* mas sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 2003, p. 26).

Uma sociedade não consegue existir sem ter um espaço concreto e abstrato para se estabelecer, fazendo deste a sua morada para se produzir, reproduzir e retirar dessa superfície o que lhe for necessário para sua reprodução social, econômica, política e cultural.

Santos (2006) contribui atestando que o espaço se estabelece diante de um conjunto inter-relacionado de sistemas de ações e de sistemas de objetos. Atualmente o modelo capitalista vigente se estabelece através de suas lógicas e mecanismos de

produção e reprodução do capital sobre a sociedade. As técnicas desenvolvidas pela sociedade são importantes fatores que contribuem com os conflitos entre classes sociais e uma consequente apropriação da natureza.

O mesmo autor enfatiza que “no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos”. Nesse debate, conclui que “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais”. (SANTOS, 2006, p 43).

O espaço é a materialização das relações sociopolíticas, culturais e econômicas, uma vez que identificamos múltiplas formas de apropriação e transformação da natureza. O modelo de produção capitalista transforma o meio de acordo com suas necessidades em detrimento do ordenamento do sistema para acumulação de capital. Um exemplo disso, são as ações das empresas que atuam em busca da ampliação de capital sobre o trabalho humano e dos recursos naturais, muitas vezes deslocados para fora de seu território nacional para ampliar a geração de lucros.

As intencionalidades da sociedade na transformação e produção do espaço, atualmente é inerente ao processo produtivo dominante, uma vez que os objetos e ações definem a produção e sua reprodução para a acumulação capitalista e “essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (SANTOS, 2006, p. 58).

Diante do modelo de produção econômico vigente, o espaço é organizado de maneira desigual sobre a superfície, onde há lugares que são apropriados por aparatos técnicos tecnológicos e outros são desprovidos. Verifica-se as desigualdades existentes, por exemplo, na diferença entre os espaços periféricos das cidades ou de assentamentos rurais sem infraestrutura e dos centros urbanizados e industrializados com cinturões produtivos agropecuários com alto desenvolvimento tecnológico.

Quando se fala do modo de produção capitalista, deve-se entender como um sistema criado a partir de lutas sociais, saindo do antigo sistema feudal, para o sistema

capitalista com a ascensão da classe comerciante burguesa. Desta forma, “trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 75).

Paulo Netto e Braz (2010) afirmam que a crise do feudalismo permitiu o surgimento de novas formas de relações sociais, onde teve como ponto principal adotar formas de domínio da produção de mercadorias estruturado em um Estado Moderno que seria apropriado pela classe capitalista, que passou a ter o domínio econômico e, em consequência, político e social.

O espaço, nesse sentido, se estrutura para atender as necessidades socioeconômicas e com isso, os aparatos técnicos e científicos aceleram a reestruturação do espaço. O capitalismo necessita se expandir e buscar a acumulação de mercadorias e, consequentemente, de capitais.

Santos (2006, p. 159) afirma que “essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado” e a natureza está subordinada à essa lógica. Esse teórico destaca ainda que “a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2006, p. 160).

No Mato Grosso, a ocupação espacial capitalista com os aparatos técnicos e científicos, em especial ao Norte do estado, foi promovida pelas ações governamentais pela dinâmica de colonização para empresas privadas nas décadas de 1960-70, com migração oriunda de outras localidades para suprir a mão de obra e com uma estrutura agrária em detrimento dos empreendimentos agropecuários estrangeiros e nacionais. Novo Mundo, por exemplo, configurou seu espaço agrário para a produção da pecuária bovina, de soja e milho ao mercado agroexportador sobre as estruturas latifundiárias, em grande parte sobre áreas públicas da União.

Desse modo, o uso da informação sobre o espaço geográfico é essencial para consolidar em seus arranjos produtivos à nível local ou mundial. Desta maneira, o autor conclui afirmando que “a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas”. (SANTOS, 2006, p. 160).

As diferentes técnicas produtivas e avançadas, em consonância com o desenvolvimento cientifico e juntamente com o processo da expansão das informações, atendem as necessidades econômicas, políticas e culturais dos sujeitos da classe hegemônica capitalista, surgindo, assim, o espaço técnico-cientifico-informacional, aludido por Santos (2006) que organiza as relações socioespaciais contemporâneas.

Com o avanço do modelo capitalista na, dentro da lógica de acumulação de capital, surge, a partir dos conflitos de interesses entre sujeitos sociais, os espaços de resistências divergentes, já que boa parte da sociedade não usufrui dos benefícios produzidos por esse sistema. Desta maneira, “essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica” (CASTRO, 2005, p. 41).

Em Mato Grosso, devido aos intensos processos de ocupação e da predominância de latifúndios, os conflitos agrários são presentes, pois, conforme a CPT (2021) relatou um total de 564 registros de conflitos por terra no ano de 2020, ocupando o ranking de 4° lugar entre estados que mais obtiveram ocorrências de violência no campo. Já a realidade do município de Novo Mundo, além de constatar essa realidade agrária de conflitos agrários, suas terras estão predominantemente situadas sobre terras públicas da União Federal, o que ocorre disputas por interesse entre sem-terras e latifundiários.

O espaço geográfico, torna-se também o lócus das contradições promovidas pelas desigualdades socioeconômicas que permitem um forte contraste de diferenciação espacial em que há localidades que concentram a técnica, a ciência e a informação. Nas discussões de Santos (2006) verifica-se que os territórios desprovidos das benfeitorias do capital são chamados de opacos, já os luminosos são aqueles que detêm o poder hegemônico de produção capitalista, munido de altas tecnologias. Desse modo, nas forças políticas e econômicas um grupo social ganha e o outro é marginalizado desse processo.

Diante desse cenário de desigualdade dos espaços, os sujeitos que vivenciam essas contradições criam movimentos de resistências divergentes ao modelo de produção dominante, que por sua vez esse modo produtivo impõe a sua ordem e poder por intermédio do uso do Estado. Essa análise pode ser enfatizada na leitura de Castro (2005, p. 139) que descreve o espaço geográfico como “intrinsecamente

político, ou seja, ele é arena de conflitos, consequentemente de normas para a regulação que permite o seu controle". Nessas tensões e conflitos postos no espaço, originam-se os territórios, no qual se discute na subseção seguinte.

Os movimentos contraditórios ao modelo capitalista no campo, disputam sobre diferentes ações políticas e sociais por uma parcela da sociedade que está marginalizada dos instrumentos técnicos, científicos e da terra para a sua reprodução socioespacial. No município de Novo Mundo, grupos sociais tornam-se protagonistas dessas ações e tem como principal ferramenta de luta a construção de acampamentos sem-terras que reivindicam terras públicas que podem ser destinas à Reforma Agrária.

O Assentamento Nova Conquista II é consequência de mobilizações sociopolíticas, cujo os principais personagens que manifestaram em transformaram um latifúndio em assentamento, foram famílias camponesas sem-terras e que atualmente estão estabelecidas em seus lotes produtivos.

Dentro da perspectiva que forças sociopolíticas constitui e constrói o espaço, Corrêa (2003) contribui nessa discussão afirmando que o concebe como lugar das identidades e relações sociais, que por intermédio das práticas sociais com o meio, resultam em ações que alteram ou mantem os arranjos espaciais, e que por ventura, essas localidades sofrem uma diferenciação seguindo seus padrões culturais e suas técnicas de organização entre espaços valorizados ou não.

2.1 Território: um conceito chave para as relações de poder e desigualdade no espaço

Os territórios enquanto campo de análise não é algo novo na história da Ciência Humana. Terra (2019, p. 192) atesta "a despeito da antiguidade do emprego da expressão território nas ciências naturais e também nas sociais, recentemente, porém, o termo passou a ser utilizado com mais frequência por diferentes ramos das ciências, sobretudo pela Geografia". Ressalta que esse conceito passa a ser utilizado pela Geografia como forma de estabelecer e produzir as formas de domínio e ações de governança da sociedade sobre o espaço, além de uma relação de controle entre pessoas e da natureza (TERRA, 2019).

As relações socioeconômicas nos territórios são mediadas pelos encadeamentos do poder de grupos sociais criados a partir do domínio e apropriação, onde o nível da organização social tem impacto na manutenção dos mesmos sobre os territórios. Dentro dessa perspectiva, as ferramentas de poder são imprescindíveis para o ordenamento e controle territorial, diante disso, Arendt (1985) discute que o poder é uma habilidade humana e social:

> O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. (ARENDT, 1985, p. 24).

Conforme a autora, o poder exercido pelas sociedades e pelos grupos dominantes pode aparecer ou desaparecer de acordo com seus processos históricos, que são refletidos diretamente em seus domínios territoriais, podendo atribuir os fatores econômicos e políticos que definem a estruturação de diferentes classes socais e normativas de instituições para a sociedade.

Para contribuir nesse raciocínio, o conceito de poder em Raffestin (1993, p. 43) se estrutura com associação conjunta de informação e energia, sendo a primeira representada por todas as formas de comunicação e conhecimento humano que se integra na transformação da matéria. A segunda é a força que transforma e concentra toda forma de matéria que envolve um fluxo de energia. Um exemplo claro que o autor utiliza é: "trocar carvão ou petróleo contra ferro ou trigo é trocar fluxos de energia sob formas diferentes".

A informação e a energia fazem parte das relações de poder, podendo afirmar que "que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional" (RAFFESTIN, 1993, p. 55). O poder, contudo, pode estar representado nas diferentes formas de organização social e que é necessário, antes de tudo, espacializá-lo sobre a matéria física e sobre a informação que também tem uma conotação espacial.

Além disso, há intensidades em processos históricos diferentes sobre a aplicação no poder, podendo ser mediado por uma estrutura de Estado, por uma empresa ou até mesmo por um grupo social especifico, resultando em ações conflituosas ou não.

Nesse sentido, o poder “se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam”. O poder, afirma Raffestin, “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. (RAFFESTIN, 1993, p. 53 e 55).

Em face da apropriação privada do conhecimento por grupos sociais que detêm o poder e que se beneficiam com essa relação “o conhecimento em geral e, em particular, o conhecimento científico e tecnológico torna-se *lócus* privilegiado da inovação”. (MOREIRA, 2007, p. 30). É preciso destacar que essas relações de poder, energia, informação, conhecimento, tecnologias, entre outros instrumentos se concretizam no espaço e, ao constituir interesses antagônicos tencionam esse espaço que o transforma em território.

Diante disso, pode-se dizer que as relações sociais, juntamente com suas diferentes formas de poder coercitivas ou não, resultam na materialização de um território. Raffestin (1993, p. 58) discute que a base desse poder é oriunda das relações sociais, pois o território além de conter os recursos disponíveis para o desenvolvimento humano “é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”.

Por sua vez, para ser analisado dentro do discurso do poder, cabe ser discutido o conhecimento como um instrumento fundamental para o controle da sociedade ou de seus territórios. Os aparatos tecnológicos, as inovações científicas são essenciais e disponibilizadas no espaço para transformar os meios técnicos de produção, das relações econômicas, sociais e culturais das sociedades segundo as intencionalidades das classes sociais.

O conhecimento na sociedade contemporânea institucionalizada com o desenvolvimento da ciência moderna cria ferramentas de poder, já que o mesmo é apropriado para a reprodução do sistema econômico vigente. Desta maneira, “a apropriação do conhecimento se torna, nessas sociedades, um elemento-chave de sua dinâmica econômica, social e cultural” (MOREIRA, 2007, p. 31).

Para compreender o território deve-se atentar aos conceitos citados acima, como a energia, o poder, a informação e a matéria. Com isso, sobressai um entendimento importante sobre o que é território nas palavras de Raffestin (1993, p.

144) que diz ser “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

O território é a representação das ações humanas e, consequentemente, as suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais. Outro autor que retrata bem o conceito territorial na lógica de apropriação e domínio é Saquet (2010), e o analisa como um conjunto de forças e relações cotidianas, envolvendo aspectos econômicos, políticos e culturais, além da apropriação com a natureza material e imaterial que moldam o território. O mesmo autor afirma também que a formação do território se dá por um processo de organização política em relações de poder e/ou conflitos.

Santos, Souza e Silveira (1998) definem o território como um conjunto de técnicas e objetos para a apropriação dos recursos dispostos no espaço, transformando o meio, segundo as intenções da sociedade nos aspectos sociais, econômicos e principalmente políticos, que submete a um domínio espacial, sendo este, organizado a partir de diferentes escalas (do local ao global).

As escalas são fundamentais para reconhecer e analisar os poderes das sociedades sobre os territorios, de alcance global como das empresas internacionais, na formação territorial de um Estado nacional ou até mesmo localidades pequenas estabelecidas pelas comunidades e grupos organizados.

Terra (2019) identifica que os territórios são formados não apenas pelas normas e regras de Estados nacionais e empresas, mas também por um complexo processo de formações territoriais, inclusive sobrepondo-se um sobre o outro em um mesmo espaço que envolve diferentes sujeitos socais. O mesmo diz que:

> Há também o território constituído como local de micropoderes, em que determinados grupos com a mesma identidade cultural, política e econômica estabelecem relações sociais projetadas no espaço que, por possuírem extrema flexibilidade, podem formar-se ou dissipar-se em questão de anos, meses, semanas, dias e até mesmo horas. (TERRA, 2019, p. 196-197).

Cabe destacar que a dinâmica dos processos territoriais materializam-se e desmaterializam a depender das circunstâncias da realidade social em que a disputa pelos espaços e sua organização se configuram pela mediação do poder político pelos agentes sociais que expropriam e, consequentemente, territorializam-se por um grupo dominante.

Para a formação de uma base territorial são necessárias ações políticas e sociais que o consolidem a materialização territorial denominada de territorialização. Esse conceito, por sua vez, está presente no pensamento de Haesbaert (2004) e, para ele:

> Significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo 'poder' sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de 'dominação' e 'apropriação' ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

As contradições, dentro do território devem ser analisadas a partir da reestruturação ou manutenção política e social reguladoras. Essa contradição pode ser verificada na expropriação das populações de seus territórios diante dos interesses de quem detêm o poder.

Outro exemplo é a territorialização do Assentamento Nova Conquista II sobre um latifúndio quando retrata os diferentes processos para o avanço da Reforma Agrária com a consolidação de 96 lotes para atender um grupo sem-terra em Novo Mundo-MT.Pode-se dizer então que o latifúndio que agora se reconfigurou em um assentamento rural, dentro desse processo, passou por uma desmaterialização territorial, ou seja, uma desterritorialização.

Haesbaert (2006, p. 67) define que a desterritorialização "antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial".

Com relação ao uso termo exclusão social, outros autores como Martins (1997), não consideram que sujeitos como camponeses, sem terras, sem teto, estejam marginalizados da sociedade, mas sim, em condições de vulnerabilidade e não excluídas porque permanecem no jogo do sistema. Nesse sentido, o termo mais aplicável seja de o estar à margem do acesso à terra e políticas públicas. Martins chamará de inclusão marginal, uma vez que a questão não está na exclusão, mas:

> [...] na inclusão (ou re-inclusão) e que, portanto, não há o que se poderia chamar de exclusão em si [...]. O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável marginal [...] exclusão de fato, sociologicamente, não existe (MARTINS, 1997, p. 20).

Indaga Martins (1997, p. 33) que só agora percebemos a exclusão, antes não a percebíamos e, provavelmente o fato esteja pelo fato de que antes logo que havia uma situação de “exclusão, em curtíssimo prazo, se dava também a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. A exclusão não tinha visibilidade como exclusão porque eles eram excluídos e reincluídos [...]”. Desse modo, o fenômeno só começou a ser visível nas últimas décadas, uma vez que a inclusão demora muito mais a acontecer e ocorrem “como pessoas que estão no mercado possível”. Prossegue Martins que:

> Esse processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os problemas que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 1997, p. 34).

Contudo, o autor define vertentes dos processos territoriais das manifestações políticas, culturais e até econômicas, onde primeiramente os sujeitos empregam suas normas para controle e manutenção do espaço.

A reterritorialização que faz parte das disputas por novas formas de domínio através grupos sociais, promove o que pode ser chamado de marginalização pelo poder exercido com a desmaterialização ou realocação de populações de seus territórios (HAESBAERT, 2004).

Sobre a desterritorialização, Haesbaert (2004) cita três dimensões que podem ocorrer, o primeiro trata-se da ocorrência do arranjo econômico da globalização que assume papel na regulamentação territorial do mercado mundial para expansão das empresas globais, das relações de trabalho flexíveis sobre outros territórios. Destacando que a distância entre os locais é superada pelo desenvolvimento tecnológico e o Estado apresenta-se como regulador para o capitalismo global.

Já a segunda dimensão se dá no campo político, também chamada pelo autor de jurídico-política (HAESBAERT, 1997), que não somente está representando pelas ações dos Estados nos controles das políticas de suas fronteiras nacionais, mas na multiescalaridades de atuação no processo de desterritorialização com diferentes sujeitos. Diante disso, Haesbaert (2004) afirma que:

> Não devemos restringir nossa noção de território ao territorial estatal, a própria concepção de fronteira também deve ser expandida, e se ela perde (relativamente) poder em uma escala (a nacional-estatal por exemplo), pode

> estar ganhando relevância em outros (como a local, no caso de guetos e ‘comunidades mais fechadas, ou a supranacional, no caso de organizações políticas como a União Europeia). (HAESBAERT, 2004, p. 210).

A última dimensão, ocorre no campo simbólico, pois, conforme Haesbaert (1997), a cultura torna-se uma vertente da territorialização ou desterritorialização da identidade social (influenciadas inclusive como construção dos aspectos políticos) por estruturas materializadas que são subordinadas as forças hegemônicas com alto poder de influência. Um exemplo citado por Haesbaert (2004) pode ser a colonização cultural de países centrais sobre os periféricos em contraponto às relações socioculturais das populações que ali ocupam.

Os territórios são capazes de se articular por sistemas de redes, interligando localidades com outras para manter um fluxo de informações e energia. As localizações territoriais são estratégicas para o atual modelo econômico, visto que Santos (2006), destaca que esses territórios estão ligados à divisão do trabalho, uma vez que permite desenvolver tecnologicamente localizações seletivas, sendo estas, inseridas na distribuição ou concentração espacial dos investimentos financeiros e tecnológicos para obter maior extração das potencialidades territoriais.

As interrelações entre territórios no mundo capitalista tendem a reestruturar os espaços produtivos, demandando recursos e mão-de-obra, definindo a divisão territorial do trabalho, o que impacta diretamente no desenvolvimento tecnológico, precário ou concentrado, nos espaços que não são homogêneos e que, por sua vez, são palcos de desigualdades entre as populações.

As assimetrias socioeconômicas provocadas pelo modelo de produção capitalista no espaço são reflexos de condições vivenciadas pelas populações, privadas do acesso aos aparatos técnicos e recursos disponíveis, pois são transformadas em mercadorias. Nesse contexto, a natureza é “um produto da sociabilidade humana: sujeito à apropriação privada” (MOREIRA, 2007, p. 41).

A territorialização do capital, mediante a sua intencionalidade de expansão, busca a melhor localização geográfica (fertilidade dos solos, topografia do terreno, proximidade dos recursos e aparatos técnicos) para seja mais atrativa, agregando esses atributos na sua cadeia de produção e mercantilização das terras.

As comunidades e populações que não se agregam ao modelo de produção capitalista, localizados em áreas de importantes recursos naturais, sofrem processos

de expropriações territoriais. Quando há resistência por parte das populações, as disputas são instauradas e o uso de ferramentas para regulamentar o poder por parte das elites, se torna mais visível com o uso coercitivo da força.

Os mecanismos que as relações capitalistas utilizam para apropriar-se da natureza, tendem valorizar e/ou desvalorizar determinadas culturas ou relações sociais, como é o caso do campesinato ou povos indígenas que não reproduzem a lei da mais-valia. Por fim, são desterritorializados e desapropriados das ferramentas tecnológicas afim de direciona-las para servir de mão-de-obra para as relações de do trabalho capitalista. (MOREIRA, 2007).

É importante destacar a contribuição de Fernandes (2005) sobre a leitura das dinâmicas territoriais de grupos políticos e sociais das cidades e do campo e atribui uma noção multidimensional sobre o que será denominado de movimentos socioterritoriais, em que suas práticas (sejam elas de igrejas, grupos autônomos, sindicatos ou até movimentos sociais expressivos) são direcionadas na luta por direitos sociais e interesses através das ações sociopolíticas. O mesmo autor cita que:

> movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. [...] esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento (FERNANDES, 2005, p. 32)

Os movimentos socioterritoriais estabelecidos pelos diferentes grupos sociais, busca desvelar através de sua organização e de suas práticas coletivas, a manifestação e criação de um território, seja abstrato no campo político, cultural e ideológico ou na apropriação material. Contudo, o uso desse conceito torna-se relevante à pesquisa quando se trata diretamente da construção de territórios por ações coletivas que reivindicam políticas públicas da Reforma Agrária como o caso do grupo estabelecido no Assentamento Nova Conquista II.

Os conflitos são condições, por vezes necessárias para que haja correlações de forças de interesses para a consolidação de suas territorializações, condicionadas pela “ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 30).

As disputas territoriais entre grupos refletem que, de um lado tem-se o Estado com os seus mecanismos de normativas que regulam o espaço em benefício de quem o controla, a classe dominante, e de outro, há a grande massa de sujeitos desprovidos dos poderes econômicos à serviço do sistema vigente como assalariados.

2.2 A territorialização do capital no campo e a produção agrícola no Brasil

Para iniciar esse debate, deve-se atentar aos processos históricos e geográficos que estruturou o modelo agrário brasileiro para assim, abordar as ações com relação à territorialização do capital no campo brasileiro e que produz as contradições desse modelo de produção.

A apropriação do espaço agrário por famílias oligárquicas remonta a formação da estrutura histórica e social do Brasil, a qual Fernandes (2006, p. 223) chamará essa classe de uma burguesia que está subordinada ao capital internacional por representantes e empresas internacionais dos países hegemônicos capitalistas.

Outra contribuição pertinente sobre o domínio da classe agrária no país e de sua produção, está no pensamento de Pereira (2018) ao expor que “a formação histórica brasileira demonstra que as atividades agrícolas sempre foram importantes para a economia do território, tendo como base ainda hoje a agricultura e a pecuária”. Também Moreira (2007, p. 42) alude que “o conhecimento sobre a natureza e sua fertilidade, torna-se a chave para a sua utilização produtiva: informa e conforma as técnicas e a ação produtiva”

A estrutura agrária corresponde a uma “acumulação primitiva” da terra que permeia um modelo clássico da concentração fundiária, a partir da apropriação exclusiva (monopólio da terra) para substituir as variedades de lavouras, por monoculturas e designar grandes massas populacionais, excluídas do acesso à terra, para os centros urbanos como mão de obra para o sistema capitalista (ARRUDA, 2012).

Diante da desterritorialização da massa trabalhadora do acesso à terra ocasionado por essa estrutura latifundiária, o processo contraditório de lutas sociais surge a partir do aumento dessas desigualdades e para afirmar isso, Pereira (2018, p. 3) debate que “apesar da terra ser uma grande fonte de riqueza no país, a convivência

dos trabalhadores rurais com a pobreza se estende no decorrer da história, reclamando soluções por parte do Estado".

A produção econômica e a desigual distribuição de renda no Brasil, estão ligadas com a concentração de terras através de um ordenamento territorial para atender o sistema capitalista vigente. Nesse contexto, o Estado atua como regulador desses processos fundiários, já que o mesmo, tem função de administrar politicamente o território nacional. Castro (2005), analisa que a estrutura estatal afeta integralmente a sociedade dizendo que:

> composta por um corpo qualificado de funcionários, a estrutura desse Estado respaldou a criação de uma rede conectiva, única e unitária, que modelou a estrutura organizativa formal da vida associada, transformando-se em autêntico aparelho de gestão do poder sobre a sociedade e sobre o território (CASTRO, 2005, p. 126).

No país essa estrutura reguladora da economia e da sociedade, é apropriada e representada por uma classe representativa capitalista e que cria mecanismos através desses aparatos estatais e políticos os seus interesses ao que tange a garantia da extensão de seu poder econômico e da monopolização das terras no campo como mercadorias.

Para compreender essa combinação do Estado moderno com o modelo agrícola verifica-se, na exposição de Santana (2018, p. 05), que as "políticas agrárias no Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem sido o principal representante do Estado nas respostas dadas às necessidades dessa economia financeirizada, transnacional do agronegócio". A mesma autora ainda sustenta que grandes volumes de capital de fundos públicos são destinados à "reprodução do capital".

A respeito da territorialização do capital no campo, sobressai a ideia de entender como esse sistema funciona no espaço agrário. Chayanov (1976) descreve que o capital se apropria de diferentes formas econômicas e desta maneira seu contorno teórico e prático se torna crucial para a sua expansão. O mesmo autor afirma que as teorias são estruturadas em:

> renda, capital, preço e outras categorias — foram elaborados no âmbito de uma economia baseada no trabalho assalariado e visando a maximização dos lucros (isto é, a maior porção possível da fracção do rendimento bruto que subsiste depois de se deduzirem os custos de produção materiais e os

> salários). (CHAYANOV 1976, p. 479).

Na prática, não como uma regra sólida, o capitalismo assume normas e regras para se materializar e realizar a acumulação de capital, através de sustentáculos do mercado global e da propriedade intelectual para a produção de matérias primas, com técnicas de aperfeiçoamento para a exploração de recursos pelo sistema assalariado. Chayanov (1976) enfatiza ainda que:

> o valor de troca (preço de mercado) do rendimento bruto e dos custos materiais de produção, os salários e o juro do capital — não são, no caso estudado, grandezas acidentais que dizem respeito à economia privada, mas sim fenómenos fundamentais inerentes a uma ordem social e económica (CHAYANOV, 1976, p. 480).

Deste modo, a complexidade dessas categorias apresentadas pelo autor, são interconectadas e interdependentes uma das outras para que o capital possa se coexistir, solidificando a divisão das classes sociais por daqueles que detêm a apropriação dos meios de produção e lucro e aqueles que possuem apenas a sua mão-de-obra assalariada. Diante do exposto, Oliveira (2007) assegura que:

> as relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Marx (1985) exemplifica a problematização dos investimentos que geram mais capital, a partir da extração da renda no capitalismo, ou seja, o excedente de capital ou lucro através da apropriação dos meios de produção.

> suponhamos que as fábricas num país sejam impulsionadas preponderantemente por máquinas a vapor, enquanto a minoria o seja por quedas d'água naturais. Suponhamos que o preço de produção naqueles ramos industriais seja de 115 para uma massa de mercadorias em que um capital de 100 seja consumido. Os 15% de lucro são calculados não só sobre o capital consumido de 100, mas também sobre o capital global que é empregado na produção desse valor-mercadoria. (MARX, 1985, p. 141).

O alinhamento ideológico de produção e do sistema assalariado, juntamente com o processo de globalização e expansão do capital, são elementos ideológicos essenciais para que os meios produtivos penetram nos modos de vida da população. Harvey (2005, p. 129) alude que a sociedade, nesse modo de produção, está

submetida às relações socioeconômicas e “a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito”.

Com a mercantilização da terra nesse sistema econômico, instrumentalizadas pelo do monopólio do capital em terras e da sua valorização frente ao mercado para potencializar os meios de produção no campo e dos lucros, as elites agrárias e empresas agrícolas capitalistas determinam normas e processos de controle do espaço agrário, fundamentando o que pode ser chamado de territorialização do capital.

Moreira (2007) afirma que a renda capitalista da terra é apropriada pelas classes proprietárias, sendo utilizadas para interesses do capital privado, através da concentração da renda e da terra por uma classe social do campo o autor entende que:

> o processo de mercantilização de terras, aqui entendido como territorialização do capital, associa a apropriação das terras à formação de uma fração da classe capitalista: o capitalista agrário, enquanto proprietário do capital imobilizado em terras (MOREIRA, 2007, p. 29).

Harvey (2005) afirma que o poder exercido sobre os territórios permite a concentração da renda pela apropriação dos objetos dispostos no espaço para a ampliação do poder econômico, a partir da monopolização do mercado internacional, sem que outras pessoas possam usufruir dessa riqueza.

A exploração dessa renda, pode ser expressa nas leituras de Marx (1985) que o categoriza em dois conceitos, sendo a renda diferencial I e II. A primeira faz alusão a localização geográfica e fertilidade distribuídas desigualmente no espaço como matérias originais da natureza e enfatiza que agrega além dos componentes naturais, fatores do modo de produção capitalista. O autor enfatiza esses fatores como:

> 1) a distribuição de impostos, conforme ela atua de maneira uniforme ou não [...]; 2) as desigualdades que decorrem do desenvolvimento diferente da agricultura em diferentes regiões do país, à medida que esse ramo de atividade, por causa de seu caráter tradicional, se nivela com maior dificuldade do que a manufatura; e 3) a desigualdade em que o capital está distribuído entre os arrendatários (MARX, 1985, p. 148).

Já a renda diferencial II se baseia nos investimentos de capital para adquirir

uma nova forma ou ampliação da valorização material, através do emprego das forças produtivas nos solos e, consequentemente, podendo adquirir variáveis nas taxas de lucros positivas ou negativas. (MARX, 1985)

Moreira (2007) argumenta que o aumento da renda da terra e de seu preço mercantil se deve à uma competição interna dentro do sistema capitalista ao se utilizar da apropriação do conhecimento (técnico e científico, inclusive) e o uso dele sobre o espaço agrário para a maximização dos lucros.

O mesmo autor ainda expõe que a regulamentação das terras por um mercado capitalista está associada à sua formação e estrutura social e econômico para o controle das terras que incorpora o consumo e marginalização dos meios produtivos pela grande massa populacional.

A territorialização do capital se configura como base essencial para a manutenção das relações capitalistas no campo, bem como a busca da ampliação do capital para uma determinada classe social. Carter (2010, p. 27) afirma que o “Brasil é uma das nações de maior desigualdade social do mundo. Suas enormes disparidades em termos de distribuição de riqueza têm profundas raízes históricas”.

O Agronegócio implantado como modelo produtivo para o campo no Brasil desde a década de 1970, ganhou força com a expansão de empresas estrangeiras para o controle dos solos e das produções do setor primário e industrial. Oliveira (2007, p. 147) corrobora dizendo que “o monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness,* ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio”.

Entende-se como agronegócio, um amplo setor do mercado capitalista de produção de matérias primas, implantado como estratégia política do território para atender o mercado externo. O agronegócio representa a “modernização” e o desenvolvimento que ocorre no campo mediante ao implemento da produção de equipamentos e insumos modernos, “que permite aos latifúndios evoluir para empresas rurais capitalistas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 09).

O avanço do agronegócio impacta diretamente a realidade da área de estudo que retrata os assentamentos rurais do município de Novo mundo-MT, pois, o mesmo vem se reestruturando sobre a produção da agropecuária no campo e verifica que, além da territorialização do capital sobre as terras, os latifúndios são representativos,

inclusive sobre áreas consideradas públicas.

A territorialização do capital no campo, sob o prisma do Agronegócio tende a concentrar um grande volume de capital, portanto, com a análise dos dados quantitativos disponíveis de Brasil (2021a), pode-se verificar que o setor do agronegócio registrou no mês de outubro de 2021 um acréscimo de mais de 10% em relação a outubro de 2020 na sua balança comercial de exportação. Esse percentual somou um valor de 8,84 bilhões de dólares.

Os principais produtos e setores de exportação no Brasil produzidos por esse setor durante o ano de 2021, CEPEA (2021) disponibiliza informação de que lucra comum enorme volume de faturamento em dólar em que o complexo de soja que ocupa o primeiro lugar, sendo responsável por 39,8% do total, seguido de carnes com 16,5%, produtos florestais com 11,6%, complexo sucroalcooleiro em 8,5%, entre outros com menor destaque.

A terra se torna uma mercadoria quando gera capital sobre ela, ou seja, lucro para a classe capitalista, pois “permite a quem dela se apropria o direito de cobrar de toda sociedade um tributo, a renda capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 38).

A concentração de terra e da renda capitalista, permitem criar mecanismos de expansão com movimentos de ocupação desse modelo de agricultura sobre os territórios não capitalistas e em áreas que podem ocasionar impactos socioambientais negativos. Scarabeli (2021), contribui dizendo que:

> a ofensiva capitalista no campo avançou enormemente sobre as relações não capitalistas de produção. Estendeu-se sobre as terras indígenas, quilombolas, sobre áreas de preservação ambiental e sobre os camponeses graças a produção e disseminação de sementes transgênicas, uso intensivo de agrotóxicos, monocultura e concentração da terra (SCARABELI, 2021, p. 70).

Santos e Glass (2018) dizem que apropriação privada da terra, reforça as relações poder e da economia das classes sociais dominantes, uma vez que inúmeros latifúndios com mais de 15 módulos fiscais[1] ocuparam sobre mais de 2,3 milhões de km² de extensão de terras dentro do território nacional com mais de 60 mil

[1] É uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal. Acesso em 25. out. 2021.

propriedades consideradas improdutivas.

Para entender o que se trata módulo fiscal no Brasil, de acordo com a EMBRAPA (2022) se refere ao valor em hectares de cada imóvel e apresenta-se diversificado no Brasil, variando entre 5 até 110 ha., variando de acordo com a realidade socioeconômica de cada município que delimita a extensão de terra desenvolvimento da agricultura. O cálculo realizado para o município de Novo Mundo-MT, por exemplo, tem uma medida de 90 hectares por módulo com 80% de reserva ambiental legal, ou seja, 20% de área aberta para produção agropecuária.

Os dados dos Censos Agropecuários do IBGE permitem diagnosticar a concentração de terras acima de 1.000 hectares que ocupou apenas 1% do número total de estabelecimentos no Brasil, conforme se observa na tabela 1, entre os anos de 1996, 2006 e 2017. No último ano apresentado, essa categoria representou uma faixa de 47,7 % do total de 350.2 milhões de hectares, com um aumento de quase 3% comparado ao ano de 1996.

Tabela 1 – Área total e tamanho dos estabelecimentos rurais no Brasil 1996-2017

Ano	Área total de menos 1 até 100 ha	Área total acima de 1000 ha	Total em área do Brasil – hectares	Nº de estabelecimento com menos 1 até 100 ha	Nº de estabelecimento acima de 1000 ha
1996	70.575.779 (19,9%)	159.493.949 (45,1%)	353.611.246	4.318.861 (88,8%)	49.358 (1%)
2006	66.207.863 (19,8%)	150.143.096 (45%)	333.680.037	4.448.651 (85,9%)	47.578 (0,9%)
2017	71.772.459 (20,5%)	167.227.511 (47,7%)	350.253.329	4.522.577 (89,1%)	51.203 (1%)

Fonte: IBGE (2009; 2018) Censos Agropecuários de 1995/6, 2006 e 2017. Organizado pelo autor.

Os estabelecimentos abaixo de 100 hectares conforme observam-se a tabela 1, ao longo desses anos somaram a maior parte em unidades e consideradas pequenas extensões de terras em relação a outra categoria com 1000 ha., percebendo então, uma discrepância na desigualdade de acesso às terras no país, atingindo principalmente sujeitos sociais como os camponeses e agricultores familiares.

A mercantilização da terra no campo, com os diferentes aparatos de transformação tecnológica empregada nos solos, faz com que o capital se territorialize com mais intensidade. Moreira (2007, p. 49) enfatiza que “no sentido capitalista,

podemos dizer que a imobilização de capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização do capital, algo não estranho ao capitalismo, mas próprio dele".

Um relatório apresentado por Pinto et al. (2020, p. 1) destaca que as desigualdades de acesso à terra estão associadas a tais ações como "processos históricos de grilagem, conflitos sociais e impactos ambientais", portanto, um dos meios para verificar essa realidade é através do índice de Gini da terra e os dados de 2017 correspondem que:

> O índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil foi de 0,73, confirmando a alta desigualdade. O índice varia entre regiões e Estados, sendo mais alto no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba (onde predomina a produção de *commodities* em grandes imóveis) e é mais baixo nos Estados com maior presença da agricultura familiar, como Santa Catarina, Amapá e Espírito Santo. (PINTO, et al. 2020, p. 1).

A agricultura capitalista privilegia a concentração da terra e renda, já em estados onde há a predominância da agricultura familiar ou camponesa, segundo a leitura de Pinto et al. (2020), tem uma maior equidade nos níveis socioeconômicos da população. Porém, essas pequenas propriedades com modelo de produção que vão de antemão ao processo hegemônico sofrem com a carência de investimentos públicos para a sua manutenção territorial.

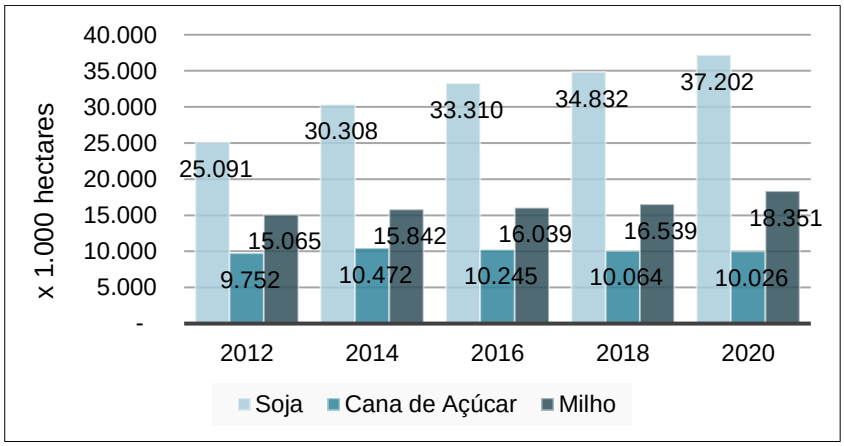
A instituição Observatório do Agronegócio no Brasil (De olho nos ruralistas), publicou um relatório sobre o atual cenário político nacional envolvendo as empresas do agronegócio, alude que esse conglomerado de empresas multinacionais colabora com financiamento do Instituto Pensar Agro (IPA), uma instituição criada com apoio dessas empresas em 2011 com objetivo de assessorar diretrizes legislativas da Bancada Parlamentar Agropecuária (BPA), composta por Deputados e Senadores Federais (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Grupos articulados influenciam diretamente na aprovação de leis, como o Projeto de Lei (PL) que flexibiliza a comercialização de agrotóxicos, do PL da grilagem designado para a absolvição dos grileiros por seus crimes de ocupação em áreas públicas de até 2.500 ha., além de outras medidas que potencializam a margem de lucros das empresas de agronegócio no Brasil. O IPA que representa essas empresas, influenciam diretamente em políticas públicas e de negociações realizadas com os poderes governamentais (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

Financiamentos privados de campanhas políticas e *lobby* do agronegócio com as autarquias federais, são medidas estratégicas por esse grupo de empresas. A atuação política desse setor e o ganho de poder econômico torna mais fácil a obtenção de lucros e com relação a esses proventos, pode-se afirmar que “os resultados financeiros publicados para os exercícios fiscais para os anos de 2019 e 2020 de 128 companhias que integram a cadeia de financiamento do IPA. Somadas, estas possuíram um faturamento anual combinado de R$ 1,474 trilhão” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, p. 20).

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de cultivares temporárias e permanentes do IBGE, traz um destaque para a dimensão das áreas ocupadas pelas principais variedades de grãos produzidos no Brasil, principalmente pela soja e milho, além da cana de açúcar que é outra mercadoria que ganha notoriedade na produção agropecuária que colabora para a expansão das fronteiras agrícolas que é enfatizada pelas informações do Gráfico 1.

Gráfico 1 - Áreas destinadas para plantio de lavouras para agronegócio no Brasil entre 2012-2020



Fonte: IBGE - PAM (2013; 2015; 2017; 2019a; 2021a). Elaborado pelo autor.

Conforme os registros do gráfico 1, a soja foi a principal cultura do agronegócio que teve um exponencial crescimento em área ao longo dos anos de 2012 até 2020, com aproximadamente 37,2 milhões de hectares ocupados desse último ano. A ocupação em hectares manteve-se estável com o milho, já a cana de açúcar cresceu 21,8% nos decorrentes anos.

A expansão do agronegócio com a produção de *commodities* no Brasil podem ser visualizadas com a expansão de lavouras temporárias constatadas pelo IBGE (2018), que em 2017 verificou um aumento de 14% de área em relação ao ano de 2006, saltando de 48,9 milhões de hectares para 55,7 milhões. A produção de grãos da soja, se destacou com mais de 104 milhões de toneladas produzidas, o que resulta na maior pressão do uso das terras para atender as demandas do mercado capitalista.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2022) disponibilizou dados informando que entre o ano 2007 até 2021 os ganhos financeiros do Agronegócio aumentaram consideravelmente, principalmente no último ano que alcançou valor de R$ 2,56 trilhões, considerando que em 2007 esse montante era de 1,73 trilhões de reais.

Conforme o mercado agroexportador se territorializa, seus lucros são proporcionalmente aumentados, as terras tornam-se alvo de especulação financeira e transformadas em mercadoria. Os índices de lucros obtidos por esse conjunto de setores do agronegócio, atribui a concentração da renda e a monopolização da terra.

Fernades Welch e Gonçalves (2012, p. 45) contribuem nessa discussão afirmando que o modelo de produção capitalista do campo no Brasil, ocorre sobre as disputas pelos diferentes sujeitos do campo, sejam indígenas, ribeirinhos, camponeses que resistem através de lutas sociais, sendo que o “avanço do agronegócio pelo território brasileiro significa o monopólio do território pelo capital monopolista com a conivência do governo brasileiro, que mantém um modelo de desenvolvimento que favorece apenas ao capital”.

Com o domínio do poder econômico, político e cultural que o agronegócio adquire, reflete a sua contradição com o confronto por grupos divergentes ao seu modelo de produção que são sistematicamente impactados pelas desigualdades sociais da territorialização do capital e criam elementos e formas de resistências populares e de movimentos socioterritoriais que objetivam a luta pela democratização da terra.

Dentro da perspectiva de uso da terra no campo para os marginalizados, pode atribuir diferentes significados, não reproduzindo especificamente visão de lucro capitalista e a expansão do modelo monocultor de *commodities* agrícolas. Grupos e movimentos sociais debatem e defendem a justa distribuição de terras por elementos

de lutas sociais e atualmente por, mesmo que insuficientes, de políticas públicas.

2.3 A questão agrária no Brasil: expressão do campesinato e Reforma Agrária

Devido a diferença de apropriação territorial em que classes sociais do campo no Brasil, acabam produzindo espaços de contradições com o deslocamento dos aparatos tecnológicos e do acesso à terra em desfavor do campesinato. No que tange aos movimentos e sujeitos sociais que vão, de antemão, ao processo da modernização conservadora, é uma classe social que se mantêm resistente e (re)existente, apesar de crises (fruto do próprio capitalismo) por um conjunto de culturas e relações sociais não-hegemônicas.

A modernização conservadora abordada, é contextualizada por Sauer e Souza (2008) como um processo de aumento das forças produtivas capitalistas sobre a face da desigualdade de acesso à terra e das tecnologias empregadas no campo para a manutenção dessa marginalização. Os mesmos autores afirmam que:

> Associado à noção de uma sociedade harmoniosa – mesmo no caso da sociedade brasileira profundamente desigual e excludente –, as relações no campo são permeadas por um “discurso modernizador” do modelo agropecuário dominante, baseado no grande agronegócio intensivo em tecnologia. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 61).

A modernização capitalista e conservadora através de seus meios produtivos garante a estruturação do capital e a concentração da propriedade privada da terra, estabelecendo-se sobre a sociedade nos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos para legitimar o “moderno” e sua desigualdade no campo (SAUER; SOUZA, 2008).

O avanço tecnológico apropriado pelas classes hegemônicas detentoras de latifúndios se beneficia com o emprego dessas técnicas com maior produtividade, onde dentro do mercado capitalista é convertido em capital. Essa modernização defendida pela elite agrária, politicamente e economicamente, impacta positivamente apenas uma pequena parcela da sociedade e que marginaliza massas populacionais do acesso à terra e desses recursos modernos para melhorar sua qualidade de vida no campo, garantindo assim, sua reprodução.

Para compreender um pouco sobre a classe social camponesa no campo, recai-se sobre as posturas de Shanin (2005) atribui a uma leitura conceitual sem desligá-lo da realidade social econômica e política e que, apesar de haver algumas características comuns entre os grupos camponeses, o campesinato é carregado de singularidades. Na tentativa de conceituar o camponês, historicamente foram levantadas quatro características básicas, sendo elas:

> a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. (SHANIN, 2005, p. 4-5)

O autor aborda que “a especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles” (SHANIN, 2005, p. 5). Nesse sentido, é importante destacar as especificidades dos grupos camponeses diante das diferenças como operam os instrumentos do capital no espaço, o campesinato, por ser um grupo social que não acumula riquezas e terras, se tornam marginalizados frente ao aparato do capital e adquire um movimento continuo de luta por sua reprodução.

> Muitos camponeses são mantidos num estado permanente de semi ou sub-proletarização, em condições de trabalho extremamente precárias, seja no campo ou na cidade. O trabalho temporário no corte da cana no Brasil é um exemplo dessa situação. Isto ocorre seja porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, seja porque é a alternativa encontrada para a obtenção da renda necessária para o seu sustento. (MARQUES, 2008, p. 56).

Vale lembrar que Oliveira (2007) descreve o campesinato como a classe social que sofre transformações em seu modo de vida, quando são marginalizados do acesso à terra e subordinados ao trabalho assalariado e produtivo das relações do modelo econômico. O camponês se submete a um processo contraditório que ocorre mediante a concentração da terra e da renda monetizada por empresas no campo.

Fora de suas limitações, deve-se levar em conta as especificidades dos grupos camponeses diante do modelo de produção dominante e as influências dos mesmos que exercem sobre a sociedade. Um camponês poder coexistir com acesso à terra ou não, podendo ser inclusive protagonista de lutas sociais, como a contribuição de

camponeses para a derrota do Ocidente na Guerra do Vietnã durante a Guerra Fria (SHANIN, 2005). Diante dos desafios do campesinato, Shanin (2008) afirma que:

> A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem. (SHANIN, 2008, p. 23).

Marques (2008) destaca que o campesinato resiste em situações mesmo sem o acesso à terra, em situação de não-proprietários, submetidos em trabalhos (muitas vezes informais) em terras de terceiros. Mesmo sem o acesso ao recurso fundamental para reprodução social, o camponês mantém uma relação com a terra, através do trabalho no campo.

As pequenas parcelas de terras sobrevivem em reduzidos espaços no campo para adquirir renda e reproduzir-se. Com isso, os dados do INCRA trazidos pelo relatório do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2017) expostos na tabela 2, alude a quantidade de imóveis categorizados pela dimensão de terras e por seus respectivos números de imóveis entre os anos de 1998, 2010 e 2014.

Tabela 2 - estrutura fundiária de imóveis no campo do Brasil (1998, 2010 e 2014)

Ano	**1998**		**2010**		**2014**	
Modalidade (hectares)	Nº imóveis	Área (ha)	Nº imóveis	Área (ha)	Nº imóveis	Área (ha)
Até 50	2.656.575	40.751.696,8	4.453.698	58.124.275,6	4.640.088	66.820.295,3
50 até 100	403.521	27.902.893,3	578.783	40.096.597,3	665.642	46.170.133,0
100 até 1.000	468.548	127.069.767,4	648.651	175.455.899,5	739.358	198.722.833,0
1.000 até 5.000	50.445	101.149.568,5	71.264	147.044.309,1	84.873	175.511.462,1
Total Brasil	3.586.525	415.548.886,6	5.181.645	571.740.919,4	6.140.118	740.401.645,7
Índice de Gini (terra)[2]	**0,838**		**0,838**		**0,860**	

Fonte: INCRA, organizado por DATALUTA (2017). Elaborado pelo autor.

As áreas acima de 1.000 até 5.000 hectares organizados na tabela 2 ocuparam em 1998 cerca de 1,4 % do total de imóveis em 24,3 % das terras, já em 2014 houve

[2] O Indice Gini da terra analisa a concentração fundiária de um local (país, estado, município). O valor zero representa a situação de igualdade e o valor um é o oposto, indicando alta concentração de renda, riqueza ou terra. IPEA (2004). O que é? – Índice de Gini. Disponivel em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 30 jul. 2022.

a redução para 1,3% das unidades e manteve-se próximo de 23,7% da ocupação das terras no campo, mantendo uma estrutura semelhante ao longo de 16 anos.

Sobre a análise da tabela 2, o número de imóveis que contém até 50 hectares, entre 1998 a 2014 cresceu 74,6%, enquanto a área ocupada dessa categoria cresceu 63,9% representou apenas 9% sobre o de total de 740,4 milhões (ha) no país em 2014. Isso reflete no aumento do Índice Gini em 2014 (0,860) com relação aos anos anteriores por conta da desigualdade de acesso à terra no campo.

Aqueles de 50 a 100 hectares, apesar do aumento no número de imóveis entre 1998 até 2014 a sua área que evoluiu de 403 mil (ha) para 605 mil (ha), o percentual total ocupado por essa categoria reduziu-se de 6,7% para 6,2%, o que denota um encolhimento no tamanho médio de sua área.

Para anestesiar a contradição do acúmulo de terra, o atual modelo político e econômico por meio do Estado utiliza-se da chamada política de Reforma Agrária. Stédile (2020) enfatiza ser estruturada com uma proposta de democratizar o acesso à terra e passou a adquirir diferentes significados, como o direito de uso e da defesa da propriedade privada da terra.

A Reforma Agrária no Estado Moderno passa a ser políticas que não se limita apenas a redistribuição das terras devolutas e improdutivas, portanto, apenas a política de assentamentos não caracteriza Reforma Agrária. Ela contempla também, melhorias técnicas dos meios produtivos de pequenos proprietários de terra, com créditos e incentivos para que tenham condições de permanecer no campo (OLIVEIRA, 2007).

A definição de Reforma Agrária para sessa pesquisa, trata-se de uma política de Estado criada como mecanismo de contornar um problema agrário histórico no Brasil e dos conflitos no campo através da distribuição de terras e do fornecimento de subsídios para famílias marginalizadas do acesso à terra.

Porém, apesar de haver uma melhoria no quadro de distribuição das terras quando efetivadas, essa política não rompe com a estrutura fundiária monopolizadora e mercantil, o que reforça a necessidade da organização política de movimentos socioterritoriais que contrapõe aos interesses dos latifúndios no campo.

O Assentamento Nova Conquista II localizado em Novo Mundo-MT, é resultado do processo da Reforma Agrária com a consolidação do seu território a partir da

articulação de lutas socioterritoriais por sujeitos camponeses sem-terras e de suas ações práticas que perpassaram por manifestações sociopolíticas para garantir o direito à terra em uma área pública no município, contrapondo a atual concentração fundiária.

A conquista da terra é uma etapa importante da luta por Reforma Agrária, pois os assentados continuam a luta por políticas públicas para garantir produção e comercialização, educação, saúde e outras necessidades estratégicas para a permanência na terra.

Moreira (2007, p. 181) analisa que essa questão agrária parte de uma norma de disputa de interesses das classes proprietárias e não-proprietárias de terra. Essa disputa “tende a fortalecer os não-proprietários na medida em que a massividade e amplitude da reforma consigam afetar positivamente os níveis de emprego e salário”. Destaca que com uma redistribuição da terra, haverá menor desigualdade social no campo devido ao aumento do nível de renda das famílias e do desenvolvimento local.

A criação do conjunto de políticas públicas que o Estado passa a regulamentar, se limita a uma realidade de apenas criar assentamentos rurais sem o conjunto de infraestrutura e corpo técnico para a manutenção e reprodução desses territórios no campo, mesmo com dispositivos de Leis que tratam do assunto.

Os dispositivos legais da Reforma Agrária no Brasil estão estruturados inicialmente no Estatuto da Terra de novembro de 1964 pela Lei 4.504 que descreve como “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964, s.p.).

Existem duas maneiras legais para destinar terras à essa política: uma passa por meio da retomada de áreas públicas ocupadas ilegalmente, já a outra é feita pela desapropriação e pelo não cumprimento da função social da terra que são argumentadas nos dispositivos da Lei da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017a).

Pela desapropriação, o Artigo 2º da Lei Complementar nº 8.629 de 1993 diz que: “a propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais”. Essa medida promove o uso social da terra ao que tange a lei para fins de Reforma

Agrária (BRASIL, 1993, s.p.).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2017a) aponta quatro eixos para o cumprimento da função social da terra, sendo:

> I – Aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2017a, p. 59).

Para a execução da Reforma Agrária na estruturação de assentamentos rurais, a distribuição de lotes rurais fica sob responsabilidade do INCRA por meio da formação em um conjunto propriedades com publicação de Portarias governamentais que “é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural”, além disso destaca-se que “assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas” (BRASIL, 2020a, s.p.).

As modalidades com suas características particulares de assentamentos realizadas pelo INCRA são: Projeto de Assentamento Federal (PA); Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Florestal (PAF); Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). (BRASIL, 2020a, s.p). O Assentamento Nova Conquista II, por exemplo se enquadra dentro da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável por se tratar de uma execução da criação de lotes da Reforma Agrária pela retomada de terras públicas de autarquia Federal sobre a Amazônia Legal.

Essas políticas de reestruturação fundiária se tornam meios legítimos importantes para os grupos marginalizados e de famílias em situações de trabalho degradante no campo e garantir a melhoria de qualidade de vida e renda através da produção e acesso na terra. Martins (2003, p. 33) afirma que “o principal objetivo de uma reforma agrária distributiva seria o de reduzir as relações de trabalho ligadas à concentração fundiária e ressocializar as populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social”.

Para auferir os dados quantitativos fornecidos pelos órgãos governamentais como IBGE e INCRA e representar pequenos agricultores, o termo da “Agricultura Familiar” que abrange a Política Nacional da Agricultura Familiar, determinada pela Lei 11.326/06 (BRASIL, 2006), estabelece uma categorização desse termo constituída

de pessoas ou famílias com características comuns, sendo: propriedade rural menor que 4 módulos fiscais, predominância da mão de obra e organização da própria família, além da realização de atividades econômicas ligadas à terra. Esse conceito utilizado, também delimita uma parcela da população do campo que tem direito à recursos públicos e expõe limites ao tamanho de imóveis ocupados no Brasil.

Oliveira (2007) traz uma crítica ao termo da Agricultura Familiar no Brasil que foi apropriada pelo modelo econômico capitalista, contrapondo-se a noção intelectual do campesinato através de um plano político de esvaziamento do campo para os latifúndios com a integração dos pequenos proprietários ao mercado capitalista. O mesmo autor alude que sob a égide do capitalismo a terra “tem que ser entendida como renda capitalizada” (Oliveira, 2007, p. 11).

Desde a emancipação das políticas agrárias enquanto Lei, os grupos marginalizados ficam desassistidos pelas autoridades públicas, o que demandou pouco esforço para atender as famílias sem propriedades e pequenos proprietários afetados pelo gerenciamento na distribuição de terras e recursos para a Reforma Agrária. Contudo, pode-se observar que há uma estratégia da correlação de forças econômicas que se utiliza das forças do Estado para diminuir a representatividade da classe social camponesa no campo.

Com os dados dos dois últimos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, pode-se analisar que Agricultura Familiar perdeu espaço nesse período. O número de estabelecimentos em 2017 reduziu em -9,5% com relação a 2006, além do pessoal ocupado que teve um êxodo de -17,6%, já a área total ocupada retraiu -0,5%. Enquanto para a agricultura convencional houve aumento 7,1% em área e 35% em números de estabelecimentos (IBGE, 2019b).

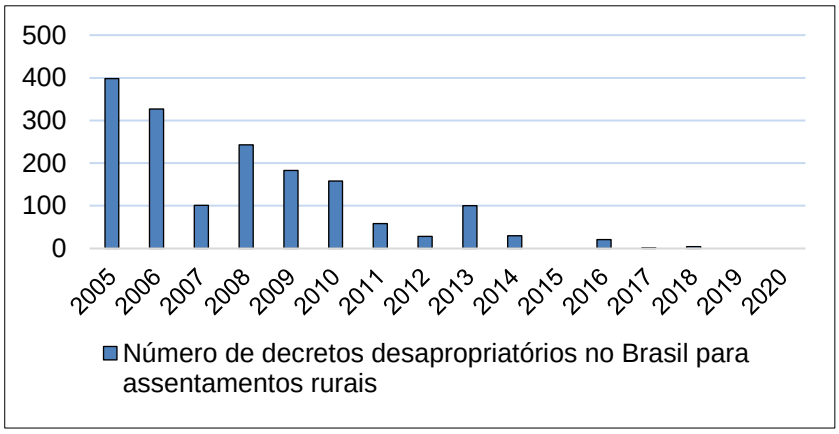
Com relação a proporção do tamanho da área do total de imóveis em assentamentos rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresenta que em até maio de 2022 os assentamentos federais ocupavam somente 43,9 milhões do volume total de terras no Brasil com 467,9 milhões de hectares[3], sendo menos de 10% do valor total de área no Brasil (BRASIL, 2022).

[3] Assentamentos Federais, Reservas Indígenas e Quilombolas, parcelas públicas e privadas, convênios de regularização fundiária e àreas de reconhecimento, georreferenciamento de poligonos pelo SRA e Terra Legal. Disponível em: https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/dados_acervo.php#. Acesso em 5 jun. de 2022.

Com relação ao órgão do INCRA, Valente (2021), destaca que seu orçamento financeiro diminuiu significativamente nos últimos anos, ele aponta que em 2010 a execução orçamentária era de R$ 1,394 bilhão e já no ano de 2020 contou com aproximadamente R$ 491 milhões. Isso resultou no impacto negativo do número de áreas destinadas para a Reforma Agrária e na diminuição de decretos para a desapropriação de propriedades rurais (imóveis públicos ou privados).

Valente (2021) expõe a diminuição de decretos de desapropriações em favor da Reforma Agrária mostrado pelo gráfico 2, consta que desde o ano de 2005, onde houve com 398 decretos, os consecutivos anos sofreram reduções significativas com algumas oscilações, pois, entre os anos e 2008 e 2013 indicaram aumento com relação ao ano anterior.

Gráfico 2– Decretos de desapropriação expedidas pela Presidência da República em propriedades rurais para a Reforma Agrária de 2005 até 2020



Fonte: Valente (2021). Elaborado pelo autor.

É importante destacar que nos anos de 2015, 2019 e 2020 não houve provimento expedido pelo Governo Federal para a formação de assentamentos rurais conforme apresenta o Gráfico 2. Diante da análise dos dados apresentados recai na análise do planejamento político que não reverte uma reforma estrutural da concentração fundiária atrelado ao modelo do agronegócio e isso demonstra os cortes de gastos públicos para esses fins atrelados com a diminuição dos decretos desapropriatórios e execução de assentamentos.

A falta de regularização fundiária em assentamentos rurais segundo o Plano de Trabalho Intitula Brasil (BRASIL, 2021b, p. 02), demonstra que “muitos agricultores provenientes do Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o

Contrato de Concessão de Uso – CCU" o que causa uma dificuldade em buscar recursos financeiros por políticas públicas ou até mesmo por meios privados que inviabiliza a geração de renda em suas terras.

Brasil (2021b) aponta outro problema estrutural destacando que um total de 400 mil pessoas estão assentadas de maneira irregular sem o Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra e cerca de 250 mil assentados tem algum tipo de bloqueio ou restrição cadastral com parcelas de lotes em assentamentos que não estão regularizados.

Uma das formas de destinar investimentos para a Agricultura Familiar de acordo com Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (BRASIL, 2020b, p. 13) se dá por meio do acesso das famílias ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) que destina créditos financeiros para essa categoria da Agricultura Familiar. A Tabela 3, traz informações dos dados de valores e contratos desse programa governamental entre os anos de 2013 e 2020.

Tabela 3 – valor e quantidade dos contratos do Pronaf por plano safra

Ano	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018	2018/ 2019	2019/ 2020
Valor (R$ milhões)[4]	30.096	30.683	25.769	24.816	24.765	24.149	28.880
Quantidade (x 1.000)	1.782,7	1.877,2	1.685,5	1.568,3	1.551,7	1.346,5	1.407,4

Fonte: CMAP (BRASIL, 2020b). Elaborado pelo autor.

Os dados sobre os investimentos financeiros anuais destinados para esse programa entre os anos de 2013 até 2020 apresentaram uma redução dos valores aplicados, assim como o número de contratos efetivados para as parcelas de lotes da Agricultura Familiar. A tabela 3 traz informações necessárias para essa discussão e enfatiza, inclusive que o ano de 2018/19 foi o período retratado que mais houve redução de recursos e beneficiados.

Cabe ressaltar que além da carência da destinação de terras para essa política agrária, a dificuldade de acesso e da destinação de reduzidos volumes de recursos para apoios técnicos necessários para a estruturação das famílias no campo, reflete-

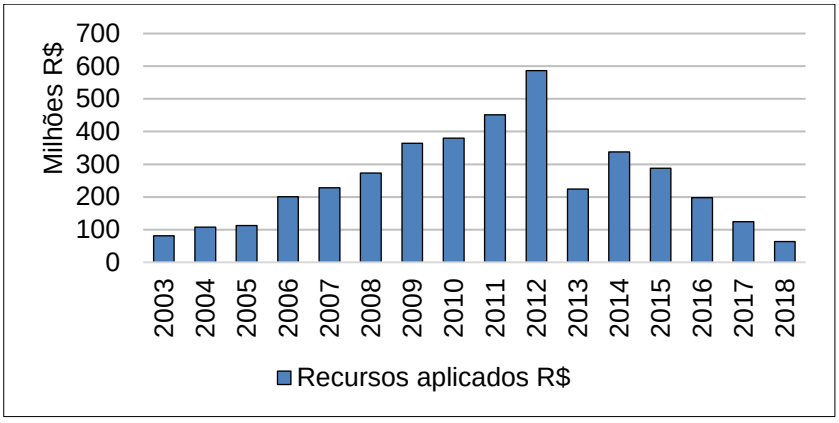
[4] Valor corrigido pelo Indíce de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de jul. 2020.

se na busca pelo direito agrário através de reivindicações sociais para melhoria do quadro de vida desses sujeitos do campo.

Outro programa governamental nacional para atender agricultores foi através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado desde 2003 com iniciativa de distribuição de renda pela transferência de recursos da União para a compra de produtos originários da Agricultura Familiar e destina-las para entidades sociais governamentais e privadas com a discussão do combate a insegurança alimentar da população (CONAB, 2019).

Conforme a leitura do gráfico 3, os investimentos desde a criação desse programa em 2004, houve um significativo incremento de recursos financeiros até 2012, já nos anos seguintes tem-se uma inversão, com a queda no valor de recursos oriundos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) para aquisição de alimentos entre os anos de 2014 a 2018.

Gráfico 3 – evolução dos recursos (R$) do Sead-MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018



Fonte: CONAB (2019). Elaborado pelo autor.

Desde o ano de 2013, entre as gestões de governo federal de Dilma Rousseff e Michel Temer (2016-2018), o PAA segundo os dados apontados pelo gráfico 3, sofreu impactos com cortes orçamentários que visavam atender e beneficiar a Agricultura Familiar com a compra de seus produtos e para a sua comercialização.

O reflexo dos procedimentos burocráticos e da diminuição dos investimentos financeiros conforme demonstra o gráfico 3 atingiu diretamente a quantidade de sujeitos sociais do campo. Com a redução investimento, menos projetos foram

contemplados e famílias beneficiadas e é possível observar oscilação dos recursos financeiros disponibilizados para o programa com auge no ano de 2012, com posterior queda nos recursos da secretaria responsável no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) até o ano de 2018.

Durante o mandato do governo de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022, houve uma continuidade da redução dos recursos destinados ao PAA e que no decurso de 2021, esse programa transformou-se em Alimenta Brasil. Segundo informações trazidas por Croquer (2022) aponta a diminuição de doações de alimentos, passando de 151,1 mil toneladas em 2020 para 11,4 mil em 2022 e nessas mesmas referidas datas o número de agricultores beneficiários decresceu de 65,9 mil para 16,1 mil pessoas.

As elites agrárias do campo do Brasil, em parceria ao capital internacional, criam mecanismos para que não haja efetividade de programas que beneficiam famílias residentes da Reforma Agrária e prioriza a manutenção de um modelo capitalista do campo estruturado em latifúndios.

Em meio aos problemas agrários frente ao modelo de produção no campo que concentra renda e terra, emergem movimentos sociais contraditórios a fim de fomentar luta social, política e jurídica para garantir o acesso à terra no país e que, no entanto, essas práticas de redistribuição de terra não agrada a classe capitalista latifundiária.

Diante do debate exposto das lutas sociais, Pinheiro Barbosa (2015, p. 147) contribui dizendo que “o movimento que impulsiona a agenda política destes movimentos expressa as assimetrias históricas de uma formação sociocultural e de um projeto de desenvolvimento econômico”, destacando que esse desenvolvimento se dá a partir da marginalização dos grupos sociais que não detêm o poder econômico e político capitalista.

Os conflitos ocasionados pelos interesses entre as classes sociais no campo, dificulta o processo de consolidação da Reforma Agrária, mesmo sendo um modelo para tentar mitigar as pressões de movimentos contraditórios. As manifestações sociais acabam se configurando como disputa de poder pelos territórios no campo e pressionam o Estado a realizar a distribuição de terra. Stédile (2020) destaca que:

> O principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral

(STÉDILE, 2020, p. 15).

O Estado Moderno, preeminentemente representa a classe social dominante que governam as ferramentas dessa estrutura para obter um “controle sobre o território e seus conteúdos – pessoas e bens” e esse grupo social cria mecanismos para legitimar e “extrair excedentes suficientes para manter uma classe não produtiva” (CASTRO, 2005, p. 124-125).

A concentração de terras, juntamente com a ineficiência da Reforma Agrária por parte do Estado, pequenas propriedades familiares camponesas acabam tendo dificuldade em reproduzir os seus modos de vida e aquelas que buscam ser beneficiadas por essa política, são por vezes, submetidos à diferentes formas de violência coercitivas de luta pela terra.

A falta de acesso à terra, junto à morosidade jurídica e executiva por parte do Estado criam espaços para especulação e reprodução dos latifúndios com conflitos territoriais entre diferentes sujeitos pelo uso coercitivo da violência e pela monopolização das terras. De um lado tem-se os sem-terra ou pequenos proprietários, camponeses ou agricultores familiares e de outro, as empresas agrícolas madeireiras, garimpos e sistemas agropecuários empresariais comerciais que visam a exploração e lucro sobre as terras.

2.4 Conflitos agrários no campo

A extração da renda capitalista da terra, proporciona uma elevação dos preços do imóvel rural, devido a sua monopolização e sua técnica empregada para a garantia de produção. Para confirmar essa discussão, Moreira (2007) expõe que:

> apropriados por concorrentes nos mercados oligopolizados à montante e a jusante, o que se deveria constituir como renda da terra assume forma de juros, lucros comerciais, de lucros agroindustriais, associados à redução dos custos agroindustriais, e de lucros industriais de setores produtores de maquinas e insumos. (MOREIRA, 2007, p. 50).

Além dessa problemática trazida pelo capital da concentração de renda, o aumento dos custos produtivos ligados aos mercados internacionais e empresariais

atrelados aos setores do agronegócio dificultam ainda mais a desigualdade de acesso à terra e da reprodução de pequenos estabelecimentos por conta das limitações de área e de recursos para as famílias proprietárias e não-proprietárias no campo (MOREIRA, 2007).

Para compreender melhor a situação, Santos e Glass (2018) apontam ainda o grande percentual de grilagens de terras, afirmando que:

> O estoque de terras públicas sem destinação – que ainda compõem 10,9% da superfície agrícola no Brasil, concentradas especialmente na Região Norte – estimulou a prática da grilagem, a falsificação de títulos de propriedade com fins de apropriação irregular. (SANTOS e GLASS, 2018, p. 14).

A desigualdade do acesso à terra no Brasil, potencializa os conflitos agrários e se materializa sobre os diferentes territórios, com maior ou menor concentração de lutas populares, organizados por grupos e movimentos socioterritoriais que coexistem como ação dialética, sendo ela e contraditória ao avanço do modelo capitalista no campo.

A marginalização territorial no campo devido o distanciamento do acesso a terra por grupos sem-terras, ocorre também mediante ao aumento do preço das terras, permitindo a especulação e a monopolização das forças produtivas capitalistas para atender o mercado capitalista global de *commodities*. Santos e Glass (2018, p. 46) contribuem afirmando que a “modernização tecnológica da agricultura tem atraído grandes investidores nacionais e estrangeiros, o que vem elevando o valor das terras e a demanda por elas”.

Cabe destacar que os movimentos sociais, antagônicos ao modelo de produção dominante no campo, Sauer e Souza (2008) aborda que estes não são os geradores de conflitos e formas coercitivas de violência, mas sim, resultado da territorialização do capital. Além disso, os mesmos autores mencionam que “a recente exacerbação dos conflitos agrários é, consequentemente, resultado da implantação de um modelo agropecuário ‘moderno’ em uma sociedade profundamente desigual” (SAUER; SOUZA, 2008, p. 62).

A disputa pela terra entre diferentes sujeitos sociais – latifundiários *versus* /pequenos proprietários e não proprietários – faz com que surjam processos de territorialização e desterritorialização no campo. Nesse sentido, o uso da violência e o

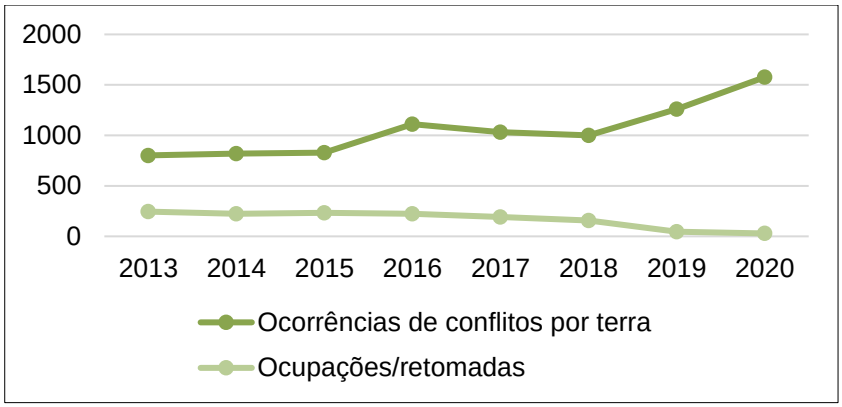
surgimento de conflito, se torna corriqueiro no campo brasileiro. Os conflitos agrários, nesse caso, serão conceituados como:

> Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra. (CPT, 2021, p. 13).

As ações de despejos e desocupação, nem sempre são executadas pela polícia com ordem jurídica legal, pois, muitas vezes são organizados por “jagunços” contratados por fazendeiros para “policiar” as terras e que agem na ilegalidade com executar essa tarefa. Despossuídos de capital e de terra, estes sujeitos buscam entregar sua força de trabalho aos capitalistas agrários de maneira profissional com uso de armas, realizando assim, o trabalho de expulsões, despejos ou até mesmo o assassinato de pessoas (PICOLI, 2005).

A CPT realiza o mapeamento e sistematização de conflitos no campo do Brasil anualmente, desde 1985. Para propor uma análise sobre esse processo e basta observar os dados apresentados pelos Cadernos de Conflitos desde o ano de 2013 até 2020 com registros das ocorrências de conflitos por terra no país que denota um aumento nos casos em relação aos anos anteriores conforme demonstra o gráfico 4 .

Gráfico 4 – comparação dos conflitos por terra no campo do Brasil 2013/2020



Fonte: Caderno de conflitos no campo do Brasil, CPT (2021). Elaborado pelo autor.

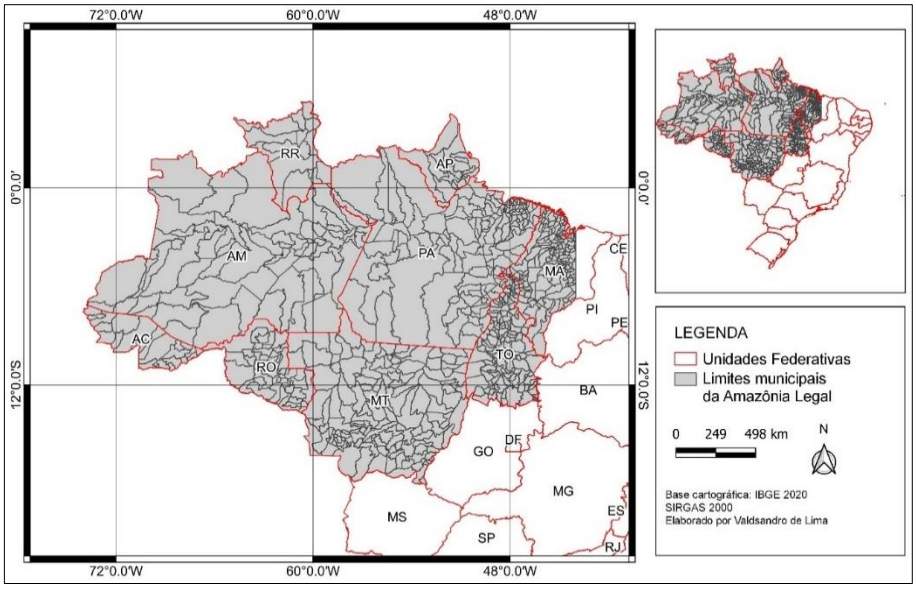
O gráfico 4 desvela em seus dados que ao ano de 2013 os conflitos por terra somaram um total de 802 registros, já em 2020 esse número saltou para 1.576. Além

disso cabe destacar em 2020 houve um aumento de 25% nos casos considerando o ano anterior. Já as ocupações de terras decresceram devido a marginalização dos grupos sociais para a Reforma Agrária na medida em que a violência no campo aumenta.

O bioma Amazônico, presente em vários estados do Brasil, essa imensa faixa de terras vem sendo ocupada para a expansão da agropecuária, fazendo uso de incentivos governamentais aos latifundiários. Para investimentos e expansão desses programas públicos, houve a formação territorial da chamada Amazônia Legal que contribuiu para o avanço do modelo econômico capitalista para o campo.

O território da Amazônia Legal, segundo o IBGE (2021b), foi criado por intermédio de uma Lei Complementar Nº 124 de 2007, que contou com recursos financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, envolvendo os estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parcialmente), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins que está representado na figura 1.

Figura 1 - limites de estados e municípios que compõe o Território político-administrativo da Amazônia Legal no Brasil



Fonte**:** IBGE (2020). Elaborado pelo autor.

Os estados desse recorte territorial administrativo por sua vez têm em comum a localização geográfica e a aplicação estratégica de políticas sociais e econômicas. O resultado da monopolização das terras por latifundiários nesse território, dos conflitos agrários que se materializam no contexto da realidade da Amazônia Legal,

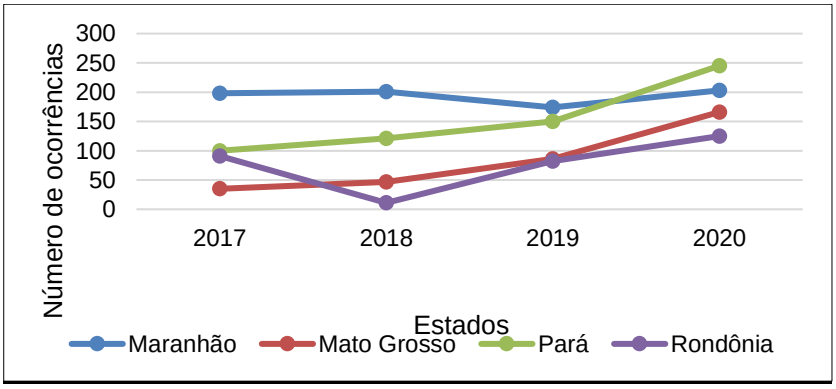
se expressam mediante as ações e manifestações populares das populações marginalizadas do acesso à terra no campo.

Um dos aspectos que predomina no campo com uso da violência, em especial aos estados que compreendem a Amazônia Legal, são as práticas de invasões e grilagens de terras realizadas por fazendeiros, garimpeiros, entre outros empreendimentos que têm como alvo as terras públicas ou áreas onde famílias posseiras, assentadas, indígenas, quilombolas e outras populações do campo, que estão sobre os recursos de interesse para o desenvolvimento do capital. (CPT, 2021).

Nesses estados pertencentes a Amazônia Legal, há grandes problemas fundiários que se convertem em conflitos por terra, um exemplo trazido pela CPT (2020) diz que entre o período de 2018 a 2019 o número de conflagrações do uso de violência no campo teve um aumento de 17%. Além disso, no ano de 2019 esse território concentrou 84% dos assassinatos do campo no Brasil.

De acordo com os cadernos de Conflitos do Campo da CPT, dentre os seis estados que compõe a Amazônia Legal, quatro deles se destacaram com elevados índices de ocorrências de conflito por terra comparados aos outros estados no Brasil, destacando uma gradativa evolução desses registros conforme expõe o gráfico 5 entre os anos de 2017 até 2020.

Gráfico 5 – número de ocorrências por conflitos de terra em quatro estados da Amazônia Legal entre 2017 à 2020



Fonte: CPT (2018; 2019; 2020; 2021). Elaborado pelo autor.

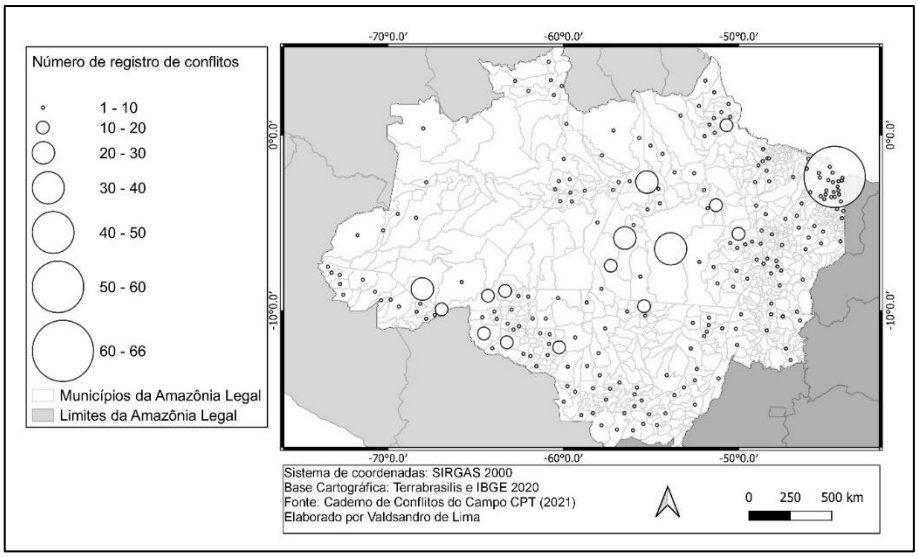
As variações de conflitos representadas nos estados (Gráfico 5), demonstrou um significativo aumento em ocorrências de conflitos por terra. O estado do Pará apresentou o crescimento do maior número de casos, pois, em 2017 houve um total

de 100 registros, já em 2020 esse valor saltou para 245, considerando uma elevação de 145%. Já Mato Grosso apresentou a maior variação do percentual (%) em ocorrências, sendo que em 2017 apresentou 35 novos focos de conflitos e no ano de 2020 esse montante ampliou-se para 166 (474% no aumento dos casos).

Sobre as dificuldades para garantir o acesso da terra, que é uma realidade concreta, ocorre diante da gestão dos poderes públicos em detrimento da expansão de um modelo agrário econômico capitalista. Essa análise pode ser afirmada por Santos e Glass (2018, p. 46) e dizem que “a ofensiva do setor ruralista – muitas vezes com respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – tanto sobre os territórios quanto sobre as legislações socioambientais tem recrudescido na última década no Brasil”.

A disputa por terras na Amazônia Legal ocasiona processos de territorializações e desterritorializações, tendo os conflitos territoriais como sinônimo de expulsões e violência contra grupos coletivos do campo que reivindicam o acesso à terra. As disputas de interesse pelo controle e apropriação da terra entre camponeses e latifundiários se materializam no campo, o mapa da figura 2 mostra a dimensão do número de ocorrências por conflitos nesse território durante o ano de 2020.

Figura 2 - número de registros por conflito de terra na Amazônia Legal em 2020



Fonte: Caderno de conflitos no campo do Brasil 2020, CPT (2021). Elaborado pelo autor.

Como pode ser analisado no mapa da figura 2, os índices de violência por terra

estão distribuídos sobre todos os estados da Amazônia Legal no ano de 2020, com maior intensidade no Pará (com total de 245 ocorrências) seguido do Maranhão com 203 registros de conflitos por terra, onde o mesmo constatou o maior número de ocorrência registrada em um único município.

Os registros de conflitos são processos da contradição do atual sistema capitalista no campo. Paulo Netto e Braz (2010) discutem que o modelo econômico excludente, segue sua lógica de acumulação e de desapropriação daqueles que não são donos dos meios produtivos do capital, tendo apenas sua força de trabalho como condição de troca por dinheiro, engrossando as fileiras da chamada mão de obra excedente.

As abordagens territoriais se afirmam nessa discussão quando o espaço se torna palco das lutas sociais no campo. Ramos Filho (2009, p. 255) afirma que “a luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra sua reprodução ampliada e a sua manutenção de poder”. Diante disso, Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009) contribui que:

> [...] as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 12).

Compreender os conflitos socioespaciais de classe existente entre o campesinato e latifundiários com a expropriação ou conquista dos sujeitos ao acesso à terra, demostra a necessidade do surgimento de movimentos por meio da organização popular que buscam seu protagonismo no território e a garantia do direito ao acesso à terra.

As análises para debate sobre a estrutura agrária e produtiva do Brasil no campo é essencial caracterizar as relações de poder entre os diferentes atores sociais que compõe o território, trazendo referencias da situação econômica e social desses grupos que disputam o acesso à terra pelas mais variadas ferramentas, inclusive pela Reforma Agrária. Os conflitos agrários são um reflexo das condições em que muitas famílias (pequenos proprietários e não-proprietários) vivem, na disputa pelo acesso à terra que é fundamental para a reprodução social do campesinato.

Os recortes espaciais que serão debatidos a seguir, proporcionarão um melhor esclarecimento da área de estudo e como ela está conectada à realidade nacional por fazer parte de um programa de expansão de colonização privada ao norte do estado de Mato Grosso. O Território de planejamento do Portal da Amazônia torna-se palco da concentração da terra e das mobilizações por políticas de distribuição de terras pelo fortalecimento de grupos sociais organizados com ações desenvolvidas pela CPT.

3 METODOLOGIA

3.1 Encaminhamento metodológico

O trabalho desenvolveu-se em três etapas que serão discutidas a seguir: a primeira, abordou uma revisão bibliográfica conceitual e estrutural dos temas campesinato, da Reforma Agrária e do avanço do capitalismo no campo, relacionados à categoria de análise Território. Na segunda etapa, houve um trabalho de campo que buscou compreender os fenômenos de organização social dos sujeitos do Assentamento Nova Conquista II e da CPT. A terceira visou a sistematização dos dados coletados na área de estudo e das informações bibliográficas para a produção da Dissertação.

Nessa primeira parte, as discussões acerca do método de investigação dialético, aponta o caminho a percorrer, pois a metodologia dará suporte à essa pesquisa, no que tange ao planejamento, comparações e análises para sistematizar e auxiliar as investigações. A metodologia aqui, será compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” e que “toda investigação se inicia por um problema, com uma dúvida ou uma pergunta, articuladas à conhecimentos anteriores” (MINAYO, 1994, p 16).

Os conceitos estruturantes da Geografia de interpretação dos fenômenos promovidos pela ocupação da superfície, “que se refere a ação humana” (CORRÊA, 2003, p. 16), juntamente com o tema proposto, a partir do uso do Materialismo Histórico e Dialético, elegeu-se a categoria geográfica território para contribuir na discussão dos conflitos e relações de poder em assentamentos e, em particular, no assentamento investigado, amparadas em bases teóricas ao longo do texto.

Os conceitos territoriais que buscam desvelar as relações de poder nessa pesquisa basearam-se, primeiramente na leitura das dinâmicas territoriais do agronegócio, latifúndios e empreendimentos agropecuários com um recorte espacial sobre o território de planejamento executado pelo Estado, assim como os processos de resistências e enfrentamentos de classes sociais do campo (*lócus* da pesquisa).

As formas de pesquisa adotadas por um método cientifico precisam estar alçadas a partir de uma investigação que busca, de maneira mais plausível, a

compreensão da realidade. Diante do exposto, Marconi e Lakatos (2003) entendem o método como um:

> conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.83).

Portanto, o Materialismo Histórico e Dialético se faz necessário para entender as contradições contidas nos territórios que está imbricado nas relações sociais. Santos (2006) aborda que esse fundamento é essencial para compreender as questões econômicas e suas interdependências sociais estabelecidas no espaço geográfico, dominados pelo sistema hegemônico capitalista.

Na linha geográfica de pensamento da Geografia Crítica, o método do Materialismo Histórico e Dialético, questionador das bases teórico-metodológicas da Geografia Tradicional e Teorética-Quantitativa, apresenta um pensamento de investigação da sociedade e das contradições existentes que o modelo econômico e social, em vigência, produz (CORRÊA, 2003).

Dentro das características desveladas, a partir do uso desse método, envolvendo atualmente um mercado concentrador de riquezas e da exploração do trabalho de uma classe social sobre outra no capitalismo, Moreira (2007, p. 58) afirma que esse processo é “parte componente da dinâmica da acumulação de capital e da formação e diferenciação de classes nas formações sociais capitalistas”.

Ao discutir sobre as análises da dialética marxista, Antunes (2004) debate sobre o pensamento de Marx e Engels que as desigualdades sociais oriundas das diferenças de renda capitalista construído por esse sistema econômico e social impacta diretamente na detenção dos meios de produção por uma classe social e que também se apropriam do valor do trabalho humano, revertido em lucro capitalista.

As contradições revelam as formas de apropriação da natureza e dos meios de produção capitalista, que ocasionam paralelamente movimentos contraditórios da sociedade que está marginalizada desse processo desenvolvimento. A trajetória e mobilidades sociopolíticas dessa parcela social explorada permite o uso do método Dialético, sendo fundamental uma vez que desvela as ações e relações de poder imbricados nos territórios socialmente construídos por esses grupos.

3.2 Procedimentos metodológicos adotados

3.2.1 Pesquisas bibliográfica, documental e dados estatísticos

Para essa primeira etapa, o levantamento bibliográfico, à princípio, dedicou-se na compreensão do que é o espaço dentro da Geografia, em seguida, com as abordagens territoriais articuladas ao método em questão e, para isso, buscou-se autores que discutem o tema nas perspectivas das relações de poder e domínio territorial pela sociedade.

O Território, como como conceito geográfico, no qual está imbricado as relações de poder, foi utilizado para caracterizar a forma de ocupação dos latifúndios, de empreendimentos agropecuários e da consolidação do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo, trazendo-o para um recorte da realidade do campesinato no Portal da Amazônia, localizado no extremo norte de Mato Grosso para desvelar os processos de resistências das muitas famílias beneficiarias da Reforma Agrária (*lócus* da pesquisa).

Para reconhecer a contradição no espaço agrário que se expressa em conflitos sociais e disputas territoriais, houve a revisão da definição de dois sujeitos sociais do campo. De um lado estão os latifundiários que regem o modelo econômico capitalista da concentração de renda e terra, os empresários rurais (MOREIRA, 2007) e, de outro, agricultores familiares e camponeses que se inserem em uma estrutura fundiária em pequenas propriedades, ou aqueles que não conseguem o acesso à terra, desprovidos de poder econômico e político (MARQUES, 2008).

O texto apresenta as discussões de Stédile (2020), Oliveira (2007), Fernandes (2010), dentre outros, quanto o necessária e urgente debate da Reforma Agrária. Também analisou trechos da Constituição Federal brasileira de acordo com as atualizações na versão publicada em 2017 pelo Senado (BRASIL, 2017a), e outras Leis que tratam da questão agrária brasileira, bem como foi feito um levantamento conceitual e da conjuntura da realidade do acesso às políticas públicas no campo, no Brasil e na área de estudo.

Na pesquisa bibliográfica ainda contou com a leitura de obras que retratou o processo recente de inserção da CPT no extremo norte do estado de MT. Junto a esse acervo, foram importantes o levantamento de documentos físicos e de formato digital sobre as ações da entidade com grupos sociais no território Portal da Amazônia. A pesquisa de documentos no acervo bibliotecário pertencente a pastoral em Mato Grosso houve a consulta de relatórios, ofícios protocolados em órgãos públicos, registros de conflitos nos cadernos de conflitos do campo e de matérias em *site* produzida pela própria entidade.

Buscou também evidencias documentais da trajetória do das famílias trabalhadoras sem-terras (que se denominava Acampamento União Recanto) para a criação do assentamento Nova Conquista II. Além do plano de ocupação do INCRA em, houve a leitura dos processos judiciais que tramitaram na Justiça Federal de Sinop-MT expedidas pela Advocacia Geral da União (AGU) que designou a desocupação irregular do fazendeiro sobre a área para fins de Reforma Agrária, que atualmente se consolidou em um assentamento rural.

Para auferir os dados estatísticos quantitativos da produção e estrutura agrária, contou com informações extraídas de *sites* de instituições como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) pelo Centro de Pesquisa e Estudos Avançados (CEPEA), do Observatório Nacional do Agronegócio, Cadernos de Conflitos do Campo no Brasil da CPT, entre outros para caracterizar a o cenário político, econômico e social do campo no Brasil.

Ainda sobre as informações quantitativas examinou fontes de trabalhos científicos e órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que discutiu brevemente a realidade socioeconômica do no Brasil e do processo de colonização e da estrutura fundiária no campo.

3.2.2 Pesquisa de campo e coleta de dados

Primeiramente deve-se destacar que o autor desse trabalho se enquadrou enquanto pesquisador participante, pois o mesmo contribuiu no processo de organização do grupo enquanto estavam acampados e participou de atividades coletivas enquanto agente pastoral contratado da CPT de Mato Grosso (atuando

diretamente em grupos localizados ao norte do estado) durante o período de dois anos e meio (de 2016 até 2018). Durante essa trajetória o pesquisador realizou o registro de fotografias das ações e atividades coletivas da entidade pastoral com as famílias do grupo, inclusive da conquista da terra onde hoje se encontram assentadas.

Após o levantamento teórico e estatístico da realidade agrária no Brasil e na área de estudo e da visita ao acervo bibliotecário da CPT de Mato Grosso, localizada na capital do estado, essencial para verificar a trajetória do grupo acampado sem-terra para a formação do Assentamento Nova Conquista II, iniciou-se a etapa de pesquisa de campo, desenvolvida no município de Novo Mundo com as famílias do assentamento.

Na busca dos dados qualitativos desse trabalho, Cruz Neto (1994) afirma que o estudo de campo se trata de uma metodologia fundamental de investigação que busca o contato com o objeto a ser estudado e possibilita a formação de uma documentação direta. Marconi e Lakatos (2003) explica o estudo de campo ao se tratar de levantamentos e leitura de fenômenos coletados a partir da investigação empírica no local, mantendo uma interação entre pesquisador e o sujeito pesquisado.

A metodologia da Observação Direta também foi utilizada nessa pesquisa, já que essa técnica possibilitou a coleta de dados dos fenômenos observados por meio de um planejamento e sistematização da realidade com a participação do pesquisador (MARCONI; LAKATOS, 2003). Durante as visitas, houve a produção de registros fotográficos que consistiram em mostrar a realidade das famílias no Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo-MT, desde sua produção e estruturas que permitem reproduzir seu modo de vida.

Para melhor esclarecer essa investigação, sobretudo da consolidação do Assentamento Nova Conquista II e do acompanhamento efetivo da Comissão Pastoral da Terra ao grupo assentado, utilizou-se o apoio de um questionário estruturado, com questões fechadas, e dois roteiros de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas.

No estudo de caso, foi utilizado um questionário semiestruturado padrão, aplicado para 48 pessoas residentes no Assentamento Nova Conquista II, utilizando-se apenas um por propriedade, com respostas fechadas, contemplando 50% dos lotes (em um universo de 96 lotes no assentamento), atingindo uma margem considerável

de pessoas, que resultaram informações quali-quantitativas. A execução dessa ferramenta ocorreu de maneira aleatória no Assentamento, com a garantia de que todas as localidades desse território fossem representadas e ter maior heterogeneidade dos dados. O mesmo contou com vinte e seis perguntas com modelo padrão para todos.

O questionário, que se encontra no apêndice 01 desse trabalho, visou demonstrar a condição social e econômica das famílias em seus lotes de Reforma Agrária, mostrar a organização da produção e comercialização, além de apontar um comparativo da vivência do histórico de luta sem-terra e de sua estrutura atual no assentamento.

A relevância do trabalho *in loco* na entrevista aberta com roteiro de perguntas estruturadas, possibilitou a conversação com duas pessoas que fizeram parte e acompanharam o processo coletivo dos imbróglios jurídicos e das mobilizações coletivas que resultaram na consolidação do assentamento rural, uma luta social iniciada desde o ano de 2009.

A primeira entrevista foi realizada e estruturada com perguntas direcionadas à uma liderança assentada que compartilhou informações sobre a consolidação do Assentamento Nova Conquista II. A segunda, com questões diferentes, buscou conhecer as ações da CPT junto aos grupos sociais em municípios do Portal da Amazônia com a participação de um representante conhecedor da entidade, já tendo atuado como agente pastoral na instituição.

O roteiro orientativo da entrevista ao ex-agente da CPT (Apêndice 2), aborda questões que orientam a discussão das ações da entidade no Território Portal da Amazônia e do auxílio que a entidade forneceu (e ainda fornece) aos grupos autônomos de acampamentos sem-terras e de assentamentos rurais, especialmente das ações da pastoral para a consolidação do Assentamento Nova Conquista II.

A outra conversação, (Apêndice 3) foi realizado com uma ex-liderança do acampamento União Recanto e que hoje é beneficiário de um lote no Assentamento Nova Conquista II, portanto, buscou-se contextualizar a luta pela terra em área pública do grupo acampado até serem efetivamente contemplados pela política de distribuição de terras da Reforma Agrária em Novo Mundo-MT.

3.2.3 Tratamento dos dados e sistematização das informações

Posteriormente ao debate teórico-metodológico, da visitação ao acervo bibliotecário e documental físico da CPT-MT e da aplicação dos questionários semiestruturados no assentamento rural, juntamente com as entrevistas abertas realizadas, a sistematização desses materiais pode ser tratada para ganhar formato nas discussões dessa pesquisa. Os registros quali-quantitativos deram veracidade às discussões de análises da realidade fundiária e da luta pela terra apresentadas nas abordagens teóricas.

A Utilização das figuras, em formato de imagens fotográficas registrados no período de pesquisa de campo entre 2021 e 2022, bem como de arquivos mais antigos, devido ser pesquisador participante, foram utilizadas para dar coerência nas análises críticas da luta pela terra e melhor ilustrar o processo histórico e coletivo de acontecimentos envolvendo o grupo acampado e, posteriormente, assentado junto à entidade pastoral.

Todos os registros oriundos dos questionários, foram tabulados e apresentados por agrupamento de dados, em números totais e medias por meio de tabelas e gráficos. Essa ferramenta contribuiu para organizar e tabular as informações dos assentados rurais e para retratar a realidade da organização social e produtiva do Assentamento Nova Conquista II. Além disso, esses dados foram utilizados e debatidos no corpo do texto, sem haver necessidade da elaboração de recursos visuais.

As entrevistas ocorreram com autorização de gravação de áudio (mp3) das falas de duas pessoas com roteiro semiestruturado com questões abertas, uma vez que esse modelo de entrevista possibilitou a “liberdade total por parte do entrevistado que poderá expressar suas opiniões e sentimentos”, conforme afirma Marconi e Lakatos (2003, p. 197). As informações verbais adquiridas dessas duas conversações permitiram também a transcrição de suas falas ao corpo do texto com citações diretas e indiretas.

Os dados quali-quantitativos utilizados nessa pesquisa por meio do uso de ferramentas visuais (gráficos e tabelas), buscou fazer um levantamento histórico e de volume de algumas informações, tais como a quantidade de terras estabelecidas em categorias de tamanho que as pessoas possuem no campo (estabelecimentos e

imóveis) e da proporção em área ocupada, para representar o cenário da agropecuária e de sua economia em diferentes escalas (desde o nacional até a área de pesquisa do assentamento rural).

Esses elementos, também permitiram relacionar os volumes proporcionais e temporais na apropriação das terras pelo agronegócio e da participação dos valores no PIB do Brasil, assim como seus lucros. Além disso, buscou-se fazer um levantamento das principais produções agrícolas, do capital de investimento para políticas públicas do campo, assim como os processos de violência e conflitos agrários no campo, assim como a concentração fundiária da terra e da renda.

Para melhorar a compreensão dos fenômenos no espaço, foram elaborados mapas para representar os conflitos agrários, a estrutura fundiária no campo, a característica populacional e a localização da área de estudo. Os recortes espaciais são para a Amazônia Legal, estado de Mato Grosso, Portal da Amazônia, Novo Mundo e Assentamento Nova Conquista II. Os dados cartográficos foram tratados a partir do uso do programa QGIS 3.16, além do uso de imagem por satélite do assentamento extraído do aplicativo *Google Earth* Pro.

A construção dos mapas, produzidos através de dados governamentais (estadual e federal) e de instituições como a CPT, forneceram a leitura de fenômenos sociais como a distribuição espacial dos conflitos agrários na Amazônia Legal e da situação da estrutura fundiária, assim como as proporções de terras públicas disponíveis no Mato Grosso, Portal da Amazônia e Novo Mundo-MT.

Cabe atentar que os resultados dessas ferramentas de mapeamento buscaram representar os dados mais atuais com informações obtidas até o ano de 2022. Para o mapa de quantitativo populacional (urbano e rural), usou-se o registro mais recente do Censo Demográfico do IBGE de 2010 que estava disponibilizado até a referente data.

4 MATO GROSSO E O TERRITÓRIO PORTAL DA AMAZÔNIA

Prosseguindo o debate sobre a estrutura fundiária, a produção agropecuária, o processo de territorialização do capital na Amazônia e de seus impactos nos conflitos agrários, esse capítulo tratará diretamente da conjuntura histórica e geográfica do estado de Mato Grosso e do Território Portal da Amazônia.

A formação territorial do estado de Mato Grosso pela colonização, desenvolve-se desde o século XVII com a entrada dos bandeirantes paulistas, lembrando que nesse território havia diferentes grupos sociais como os povos indígenas. Os conflitos ocorreram em função da ocupação de terras para a exploração de metais preciosos no século XVIII, especialmente nas proximidades da baixada cuiabana, além de outros recursos naturais e a busca por mão de obra escrava indígena (SIQUEIRA, 2005).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018) apresentados na tabela 4 ilustram as informações de duas categorias em tamanho dos estabelecimentos por medidas em hectares no Mato Grosso que somou um total de 14.477 unidades e ocupou uma área de 47,4 milhões de hectares.

Tabela 4 - número total de estabelecimentos rurais e tamanho em área no estado de Mato Grosso, do Censo Agropecuário de 2017

Tamanho dos estabelecimentos	**Menor que 1 até 100 hectares**	**De 100 até 500 hectares**	**Acima de 500 hectares**	**TOTAL**
nº de estabelecimentos	81.499 (69%)	22.394 (19%)	14.447(12%)	**118.340**
Total em hectares	2.751.366 (5%)	4.634.585 (8%)	47.444.868(87%)	**54.830.819**

Fonte**:** IBGE (2018). Organizado pelo autor.

Ao analisar a quantidade de terras recenseadas pelo IBGE no ano de 2017, o estado contou com total de 54,8 milhões de hectares ocupadas, os estabelecimentos com tamanho menor de 100 hectares representaram apenas 2,75 milhões de hectares em um percentual de área ocupada de 5,0%. A concentração fundiária em áreas de estabelecimentos superiores a 500 hectares representou 87% do total de área ocupada e correspondeu cerca de 12% do total de estabelecimentos, com uma média superior à 3 mil hectares para cada unidade.

Historicamente, o domínio das terras em Mato Grosso está ligado às classes oligárquicas, sendo oferecido a possibilidade de acesso/concentração do poder

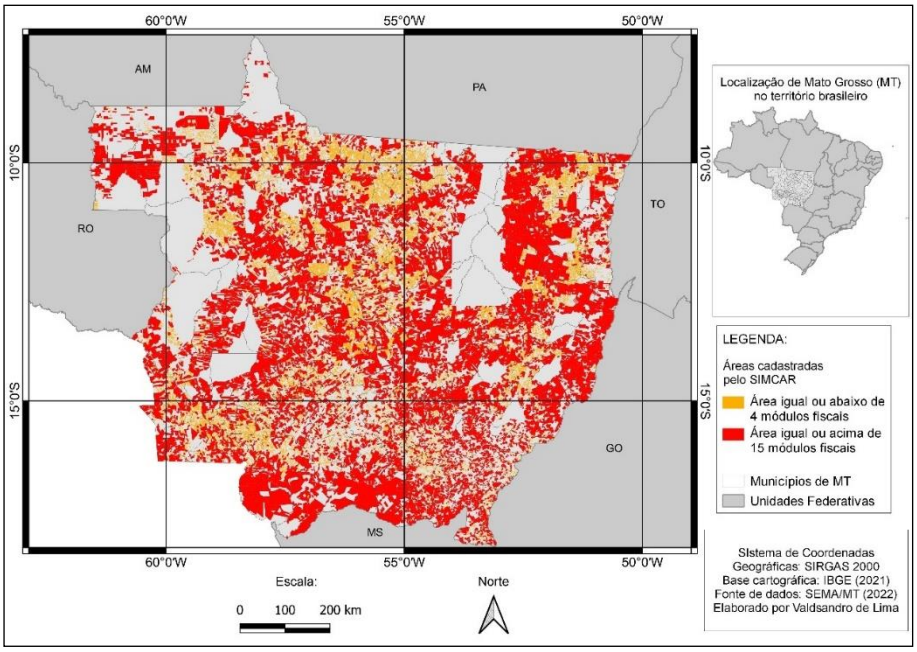
político para um reduzido número de famílias. Moreno (2007) destaca que a questão agrária no Mato Grosso é definida como:

> um processo de mais de dois séculos e meio, caracterizado pela conquista, ocupação e disputa do território. Materializada através de um complexo jogo de forças políticas, à feitura da legislação fundiária e a forma de sua aplicação resultarão sempre de definições e pretensões das elites dominantes que dominaram este processo (MORENO, 2007, p. 33).

Cosandey (2012, p. 04) contribui nessa reflexão sustentando que o território agrário de Mato Grosso "é marcado por latifúndios pecuaristas ou de lavouras temporárias de grãos e cana. A monocultura de alto conteúdo tecnológico incorpora pouca mão de obra. Já a grande parte da produção é voltada para o mercado externo".

O processo de concentração da terra no estado pode ser visualizado no mapeamento realizado na figura 3 a partir do uso de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Secretária do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT, 2022). Os polígonos mapeados estão classificados em dois grupos, sendo os imóveis abaixo de 4 módulos fiscais e daqueles igual ou acima de 15 módulos.

Figura 3 - Estrutura fundiária de Mato Grosso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2022



Fonte: SEMA-MT (2022). Elaborado pelo autor.

No ano de 2022, os latifúndios com medidas iguais ou acima de 15 módulos fiscais somaram 11,9 mil propriedades que compreendeu mais de 70% da área de todos os estabelecimentos cadastrados no CAR com mais de 40 milhões de hectares, já as pequenas propriedades abaixo ou igual a 4 módulos representou 98,9 mil unidades em um espaço de 9,1 milhões de ha (SEMA-MT, 2022).

Contudo, ao analisar os dados trazidos pelo IBGE (2018) e da SEMA-MT (2022) pode-se dizer que através de uma estrutura fundiária estabelecida por latifúndios no campo, Mato Grosso apresenta um elevado grau de concentração de terras, o que gera uma inconsonância de distribuição desigual da terra entre agricultores familiares e camponeses com grandes empreendimentos agropecuários.

Sobre as principais culturas agropecuárias produzidas que fazem parte da cadeia produtiva do agronegócio no estado, o IBGE (2018) aponta um relativo crescimento em áreas de lavouras temporárias do estado, que em 1985 representava 1,9 milhões de hectares e para 2017 esse volume atingiu 9,6 milhões ha. Um aumento considerável de 485% de sua área, principalmente para produção de grãos como a soja e o milho. Já a pecuária, a sua maior produção vem de rebanhos bovinos que contou com 24,1 milhões de cabeças em 92.305 estabelecimentos rurais.

A expansão por terras agricultáveis ou a sua reutilização pela valorização da renda da terra e especulação, deve-se, principalmente, pelo avanço da agropecuária sobre o bioma amazônico que foi substituindo matas naturais por produção de *commodities* agropecuárias.

O norte de Mato Grosso, com predomínio do Bioma Amazônico, Ab'saber (2002) afirma fazer parte de um conjunto original diversificado de flora com extratos arbóreos de grande porte, solos desenvolvidos, diversidade de relevo (planaltos, planícies e depressões relativas) com uma rica rede de rios pertencente a bacia hidrográfica amazônica e sistemas de chuvas bem distribuídas ao longo do ano.

A presença de elementos naturais importantes para a agricultura e extensas áreas se torna imprescindível para o avanço de modelo produtivo e agrário capitalista, combinado com projetos governamentais de ocupação territorial a partir da década de 1960, tornou-se uma área atrativa para o desenvolvimento do capital no campo.

A intensificação da apropriação das terras devido a expansão da produção de grandes lavouras como soja e o milho ocorre devido a monopolização e exploração

das terras por empresas do agronegócio. O debate do processo histórico, político e agrário de Mato Grosso se torna essencial para que se possa discutir a ocupação territorial da área de estudo. Ao contextualizar a realidade do estado, torna possível uma melhor análise sobre o Território Portal da Amazônia e do município de Novo Mundo.

4.1 Contextualização do Território Portal da Amazônia e da área de estudo

O recorte territorial utilizado para contribuir para a leitura da área de estudo, trará a representação do Território Portal da Amazônia, localizado no extremo norte do estado, cujo a sua criação enquanto território de planejamento governamental e que Sabourin e Rodrigues (2009, p.65) afirma que “corresponde à implementação do principal instrumento da política da SDT/MDA, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), criado em 2004” durante o governo da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

A estruturação do território do Portal da Amazônia ocorreu, em 2004, por meio de ações políticas de Estado por meio de recursos disponibilizados extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) envolvendo vários municípios com características sociais e econômicas semelhantes ao norte do estado e promover o desenvolvimento territorial da Agricultura Familiar e também camponesa.

O extremo norte do estado de Mato Grosso é uma área de recente ocupação, planejada pelo Governo Federal garantidas pelas Políticas de Integração Nacional (PIN), criadas entre as décadas de 1960 e 1970. Picoli (2006) afirma que vários programas governamentais ainda resultaram na implantação de Superintendências que foram substanciais para a estruturação do atual modelo agrário de produção do capital privado com a expansão dos latifúndios no campo.

Moreno (2007) descreve que a expansão migratória em massa ao norte do estado adotou estratégia enviar mão-de-obra para suprir a territorialização de empresas capitalistas com a criação de pequenos centros urbanos e da concentração da terra. Os processos das atividades econômicas e sociais que envolve a questão agrária para a formação de latifúndios é uma realidade presente no estado e mesma autora enfatiza que este espaço é:

> caracterizado pela conquista, ocupação e disputa do território. Materializada através de um complexo jogo de forças políticas, à feitura da legislação fundiária e a forma de sua aplicação resultarão sempre de definições e pretensões das elites dominantes que dominaram este processo. (MORENO, 2007, p. 33).

A formação populacional dos municípios criados ao Norte do estado ocorreu mediante a migração de trabalhadores rurais sobre o pretexto de expansão da fronteira agrícola na Amazônia, ocupadas por famílias oriundas principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, por meio de um discurso ideológico de “integrar” a Amazônia ao restante do país (SOUZA, 2008).

Outro fato que contribuiu com esse movimento migratório, foram a expansão das atividades auríferas garimpeiras que com o deslocamento principalmente de nordestinos para o norte mato-grossense, na busca por melhoria na renda das famílias (BRASIL, 2005). Com isso, Picoli (2006), discute que esse espaço foi usado:

> pelas esferas econômica, militar e política, transformando-se em área de livre movimento dos projetos econômicos com o objetivo de acumular riqueza, bem como atingir o mercado mundial através da produção. Neste sentido, a expansão capitalista teve como finalidade expandir seus interesses globais para atender o mercado internacional. (PICOLI, 2006, p. 51).

Para o processo de povoamento planejado, o INCRA ficou responsável em dar encaminhamento burocrático e efetivar a distribuição de terras para a formação de pequenas propriedades rurais, já que o Governo Federal disponibilizou extensas áreas para formação de assentamentos e loteamentos privados no campo. Diante da não efetividade das ações do órgão público realizar o acesso à terra para massa trabalhadora, grandes volumes foram destinados para a colonização privada.

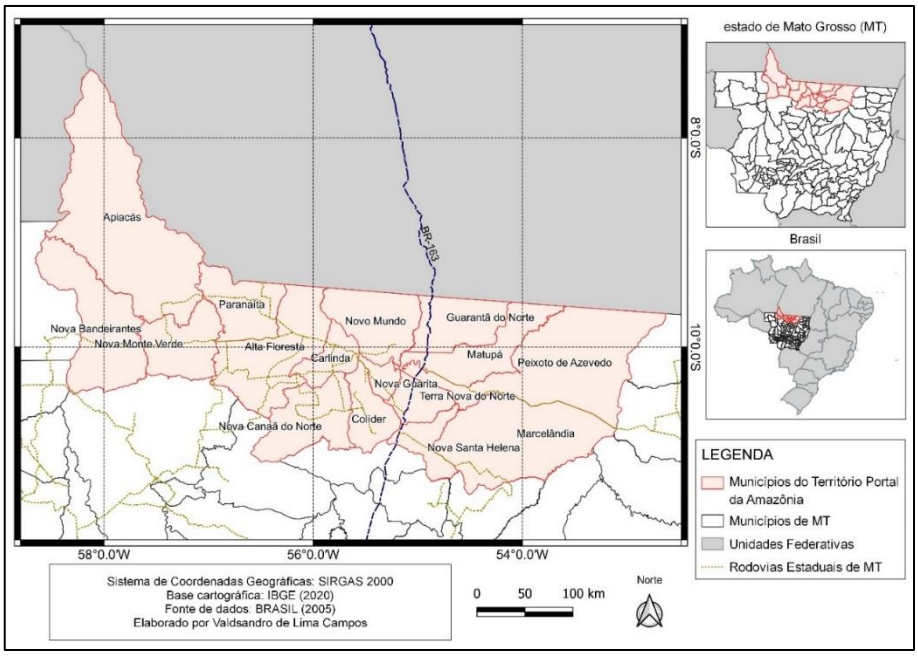
> Algumas empresas colonizadoras que fizeram parte da história são INDECO (responsável pela abertura de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta), Colonizadora Líder (responsável por Colíder e o povoamento inicial de Nova Canaã do Norte), Colonizadora Bandeirante (Nova Bandeirantes), Colonizadora Maiká (Marcelândia), entre outras. (BRASIL, 2005, p. 7).

Cabe destacar que a formação desse espaço se dá mediante iniciativas do Estado para a aplicação de Política Pública através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desenvolver os instrumentos de governabilidade para a agricultores camponeses familiares e ordenamento territorial institucionalizado.

CEAAF (2010, p. 11) diz que essa área se localiza “em pleno arco do desmatamento da Floresta Amazônica, na qual os conflitos socioambientais ocasionados pelo avanço da fronteira agrícola estão ainda muito presentes”.

Dentro da divisão administrativa de planejamento político e econômico no estado, o Território Portal da Amazônia faz “divisa com o território do Baixo Araguaia pelo Leste, com os municípios da região Noroeste do Mato Grosso e com o estado do Pará ao Norte” (BRASIL, 2005, p. 7). A figura 4 delimita territorialmente os municípios pertencentes ao território com área total de 108,8 mil km².

Figura 4 - mapa da composição dos municípios do Território Portal da Amazônia-MT



Fonte: CEAAF (2010). Elaborado pelo autor.

Para implementar as ações de políticas públicas e criar diretrizes para os agricultores após a consolidação territorial do Portal da Amazônia, formulado pelos municípios participantes ao norte do estado, Sabourin e Rodrigues (2009) destaca que:

> Desde 2005, o programa apoiou uma série de oficinas territoriais para constituir e implementar conselhos territoriais. Esse conselho ou assembleia territorial pode começar sob a forma de uma Comissão de Implantação de Ações Territoriais (geralmente chamada de Ciat), encarregada de articular os diversos atores da agricultura familiar e do mundo rural para elaborar um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). (SABOURIN, RODRIGUES, 2009, p. 65).

A administração dessas políticas públicas nos municípios para o desenvolvimento agrário da Agricultura Familiar e camponesa, fomentou a criação de um Conselho colegiado participativo com iniciativas do Estado para envolver o fortalecimento de pequenos agricultores através da sistematização de discussões com instituições, movimentos sociais, organizações não-governamentais com os governos municipais, onde ficou conhecido como Conselho Executivo das Ações da Agricultura Familiar (Ceaaf). (SABOURIN; RODRIGUES, 2009).

Por intermédio da criação do território administrativo Portal da Amazônia, os municípios passaram a adquirir verbas públicas para o desenvolvimento de projetos em infraestruturas através das iniciativas do Conselho Colegiado, onde houve o implemento de recursos para a área social e ambiental “sustentável”, com objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar e inibir o êxodo rural que é uma realidade no campo.

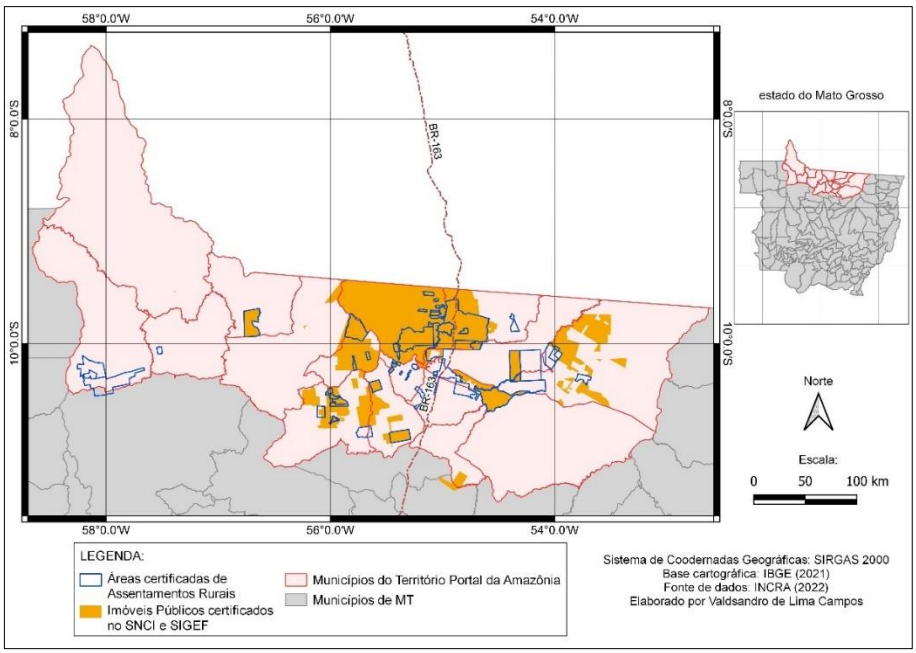
O estudo propositivo realizado pelo CEAAF (2010) apontou algumas informações importantes das linhas de ações que foram executadas no território como: regularização fundiária; gestão de recursos hídricos e recuperação/preservação ambiental; geração de renda da Agricultura Familiar; fortalecimento da Educação do/no Campo; infraestruturas; incentivo ao cooperativismo e associativismo; áreas sociais como saúde e cultura; e gestão dos órgãos governamentais.

Uma das características comuns de muitos municípios, de acordo com o os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), está na relação que os municípios onde há um reduzido quantitativo populacional tem predominância de pessoas vivendo no meio rural. Ao contrário, os mais populosos observam-se um maior contingente residindo no meio urbano, como por exemplo, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Colíder e Alta Floresta.

Os municípios citados acima com maior predominância de população urbana, de acordo com Brasil (2005) é uma consequência de atrativo populacional que tornaram polos iniciais de colonização e mais consolidados, dando origem, inclusive a formação de outros municípios, onde puderam centralizar maior poder de influência hierárquica urbana no território.

Muitos municípios possuem grandes extensões de imóveis públicos em propriedade da União como: Novo Mundo, Guarantã do Norte, além de Matupá, Peixoto de Azevedo. Um exemplo dessa proporção de área é a Gleba Nhandu, localizado entre os municípios de Novo Mundo e Guarantã do Norte que possui “uma área total de 354.136,5793 hectares” (BRASIL, 2021b, p. 3). O mapa da figura 5 mostra a dimensão das áreas públicas cadastradas pelo Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis (SNCI) e pelo Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

Figura 5 – matrículas originais de terras públicas no Território Portal da Amazônia e áreas destinadas para assentamentos rurais



Fonte: INCRA (BRASIL, 2022). Elaborado pelo autor.

O processo de ocupação recente do território se dá através das iniciativas do Estado para a aplicação de políticas públicas, inicialmente discutidas para atender a necessidade do loteamento de assentamentos conforme a distribuição de terras públicas e áreas destinadas para assentamentos exposta na figura 5.

Sendo assim, o Portal da Amazônia passa a ser um território estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar, já que em 2004 consolidou-se um conselho executivo entre os poderes municipais e sociedade civil para viabilizar a governabilidade de recursos e ordenamento territorial institucionalizado.

A quantidade de terras destinadas à para assentamentos rurais representada na figura 5 é inferior às áreas de matriculas originais da União. Uma vez que não são

efetivadas as políticas de distribuição de terras para a Reforma Agrária, Moreno (2007) destaca que esse espaço seguiu um velho modelo de *burla* para legalizar e legitimar a apropriação e grilagens de latifúndios.

Pode-se verificar que há imenso volume de terra no território em áreas públicas sem assentamentos rurais, com grande capacidade de atender a demanda de lotes rurais para as famílias. CEAAF (2010, p. 21) afirma que a concentração de terras no Território “mesmo com todos os projetos de assentamentos implantados, ainda é extremamente alta, representando um importante limitante para a distribuição de renda e o desenvolvimento sustentável”.

Os cinco municípios do Portal da Amazônia, apontados na tabela 5, são os que apresentaram maior percentual de pessoas que viveram no campo residentes da agricultura familiar de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Carlinda, por exemplo contou com 82% do total de 1.329 imóveis, já Colíder somou 1.382 unidades familiares que representou 77,5% do total no município.

Tabela 5 – número de estabelecimentos rurais e tamanho em área da agricultura familiar de municípios do Território Portal da Amazônia, em 2017

Município	**Tipo de agricultura**	**N° estabelecimentos e porcentagem (%)**	**Área total (ha) e porcentagem (%)**
Alta Floresta	Não familiar	477 (28,5%)	647.208 (88,5%)
	Familiar	1.198 (71,5%)	84.096 (11,5%)
	Total (100%)	1.675	731.303
Carlinda	Não familiar	229 (17,2%)	137.108 (70,7%)
	Familiar	1.100 (82,8%)	56.799 (29,3%)
	Total (100%)	1.329	193.907
Matupá	Não familiar	260 (26,9%)	242.613 (84,0%)
	Familiar	707 (73,1%)	46.272 (16,0%)
	Total (100%)	967	288.885
Colíder	Não familiar	401 (22,5%)	166.603 (67,5%)
	Familiar	1.382 (77,5%)	80.257 (32,5%)
	Total (100%)	1.783	246.860
Marcelândia	Não familiar	412 (45,3%)	679.952 (95,8%)
	Familiar	498 (54,7%)	29.526 (4,2%)
	Total (100%)	910	709.478

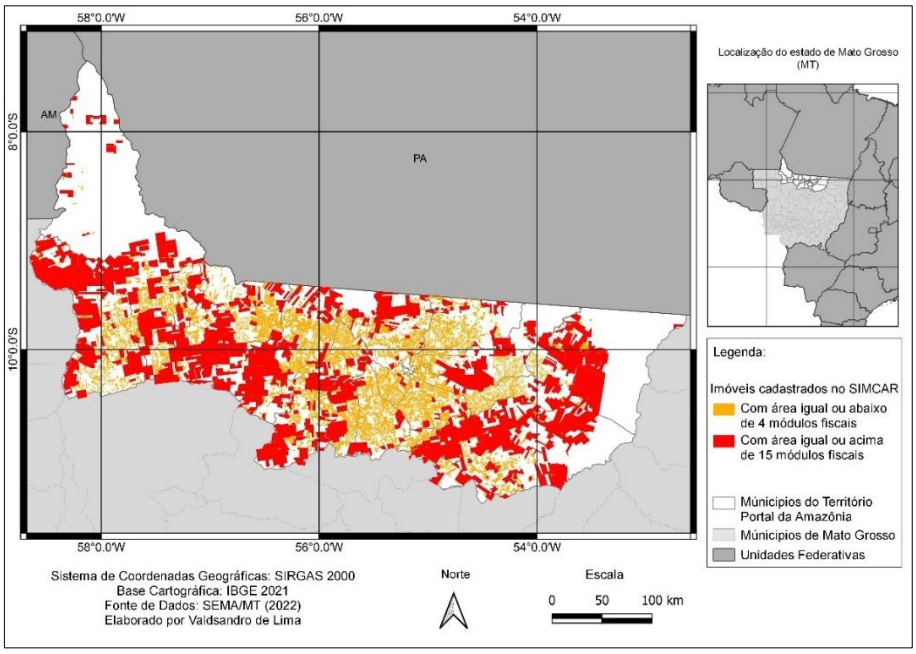
Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022a). Elaborado pelo autor.

A agricultura familiar, apesar de representarem o maior número em estabelecimentos conforme a tabela 5, essa categoria não ocupa o maior percentual de área, o que denota a reduzida área quando comparada agricultura não familiar (que representa o convencional ou agronegócio) sobre reduzidos números de estabelecimentos em grandes proporções de terra. O processo ao Norte de Mato

Grosso, efetuado pelo Estado com parceria do capital privado, gerou um modelo de apropriação e uso da terra e consequentemente, o surgimento de latifúndios.

A estrutura fundiária no Portal da Amazônia com base nos dados do CAR (SEMA-MT, 2022), puderam a princípio ser classificados em duas categorias de tamanho dos imóveis, os latifúndios com 15 ou mais módulos fiscais caracterizada pela elevada concentração de terras e por aquelas com até 4 módulos fiscais, onde a agricultura familiar e camponesa está inserida, sendo representados territorialmente na figura 6.

Figura 6 – concentração de terras no Território Portal da Amazônia por módulos fiscais



Fonte: Sema-MT (2022). Elaborado pelo autor.

Sobre a área de 1,8 milhões de hectares do território, os pequenos imóveis (de até 4 módulos fiscais) somaram 21,5 mil cadastros e representou o percentual de 21% do total em Mato Grosso com relação a essa categoria. Já os imóveis latifundiários somaram 1.061 estabelecimentos com 4,1 milhões de hectares (SEMA-MT, 2022).

Por mais que haja a grande concentração de terras sobre o Portal da Amazônia conforme observado na figura 6, as terras que tem menos de 4 módulos fiscais são bem representativas em termos de números de imóveis, o que torna a agricultura familiar expressiva, tendo em vista a necessidade da existência de políticas públicas para o desenvolvimento das pequenas propriedades no campo.

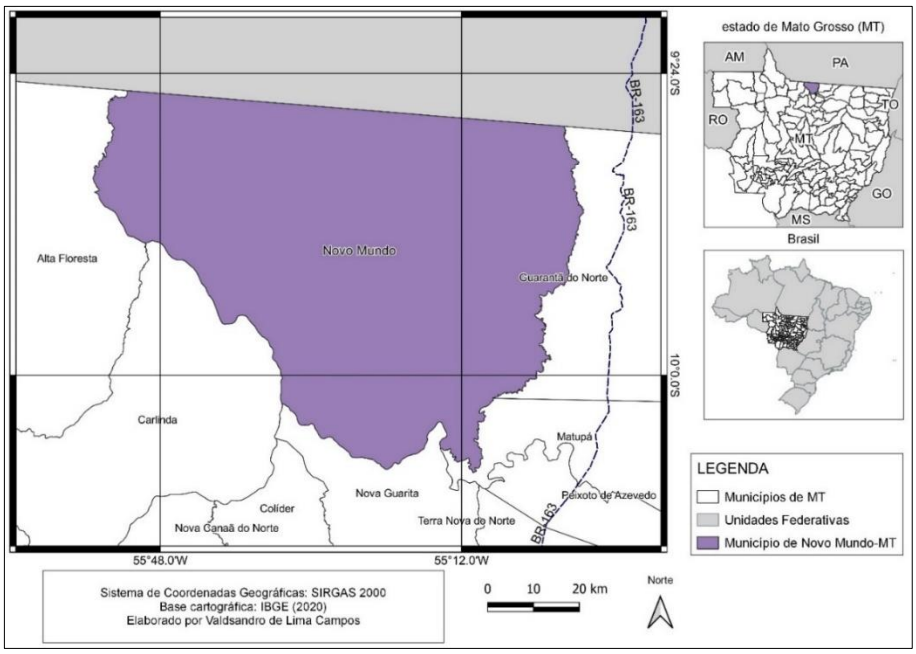
De acordo com Rasnheski (2015) o extremo Norte de Mato Grosso é marcado por conflitos de terras em áreas públicas com reivindicações de famílias acampadas sem-terras e em assentamentos rurais. A violência gerada pela tensão e antagonismo entre latifundiários e pequenos posseiros ou sem-terra potencializou-se diante da ineficiência das políticas de Reforma Agrária.

Novo Mundo se destaca nesse contexto por estar inserido no Portal da Amazônia com grandes volumes de áreas públicas que poderiam ser viabilizadas política de Reforma Agrária e que para isso deve-se entender a realidade desse município ao que tange sua estrutura agrária, seu desenvolvimento econômico e os conflitos existentes pela disputa da terra.

4.2 O município de Novo Mundo e a questão fundiária

Novo Mundo está localizado no território Portal da Amazônia ao extremo norte do estado de Mato Grosso e faz fronteira com a unidade federativa do Pará, além de fazer divisa com municípios de Alta Floresta, Carlinda, Guarantã do Norte, Matupá e Nova Guarita, conforme se observa no mapa da figura 7.

Figura 7– localização geográfica do município de Novo Mundo-MT



Fonte**:** IBGE (2021c). Elaborado pelo autor.

O município contou com uma população estimada para 2021 de acordo com IBGE (2021c) com 9.500 habitantes em uma área de 8.500,7 km² e ao analisar o quantitativo populacional com sua extensão territorial, tem-se uma baixa densidade demográfica que ficou estimada em 1,6 hab./km².

De acordo com as informações do governo municipal de Novo Mundo (2022, s.p.), anteriormente à colonização planejada, havia presença de populações indígenas que foram expropriadas, conforme o avanço da construção da rodovia BR-163 e dos núcleos urbanos. Enfatizando que “o começo da povoação foi a partir de uma corruptela garimpeira. Houve acentuada procura pelo minério a partir de 1979-1980, com a vinda de muitas famílias”.

Além disso, houve povoamento oriundo da região sul do país, inclusive de brasileiros que se estabeleciam em terras paraguaias denominados de “brasiguaios”. O ouro inicialmente abundante, tornou-se problemático, pois os colonos dedicaram-se a extração aurífera e ao longo do tempo muitos deixaram essa atividade, tornando-se um negócio não vantajoso de investimento. (NOVO MUNDO, 2022).

As famílias oriundas desse processo, seguiu orientações ao que foi deliberada pelo Governo Federal para os municípios da Amazônia Mato-grossense em que a imensa maioria no extremo norte do estado, privilegiou a colonização de populações vindas das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A emancipação e criação do município de Novo Mundo se deu através da Lei nº 6.685, de 17 de novembro de 1995. Com a formação do núcleo urbano, em 1997 foi construída a Prefeitura Municipal com a eleição de seu primeiro prefeito. (NOVO MUNDO, 2022).

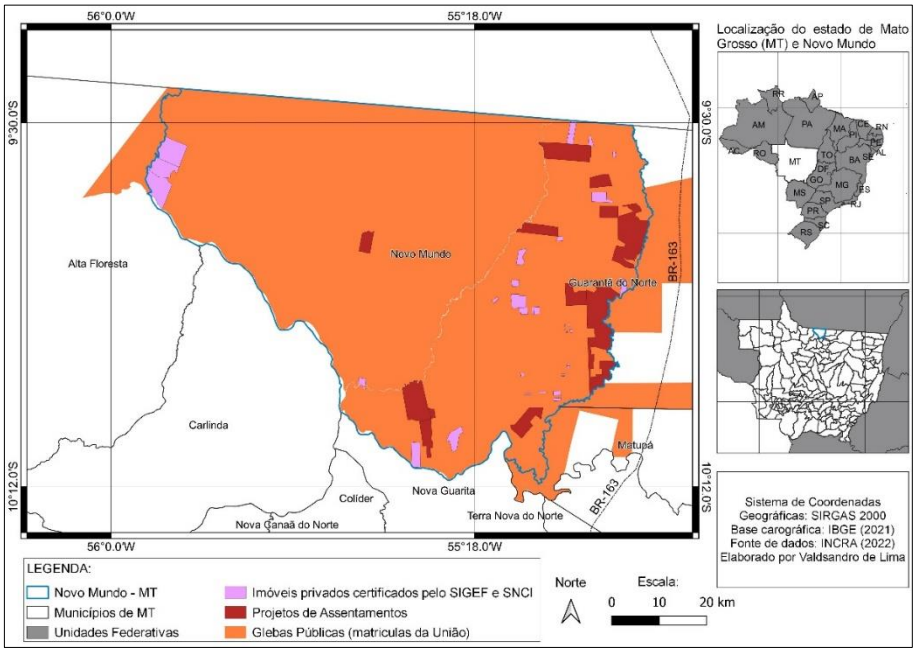
De acordo com Souza (2008) o processo de consolidação da classe social agrária dominante (elite agrária) através do modelo de colonização nos municípios ao extremo Norte do estado no pós década de 1970, ocorreram de maneira semelhante. Para isso, o mesmo autor esclarece que:

> a formação da elite local e de uma classe média emergente é de origem rural e urbana do Sul do país, ligada ao setor madeireiro, agropecuário e imobiliário, criaram no campo e na cidade, seletivos bolsões de riqueza, que no decorrer das últimas três décadas, construíram uma hegemonia política e econômica com pressão e participação na sociedade política local e regional, evidenciando através de suas ações, a construção de uma ordem hegemônica baseada na sua visão de mundo. (SOUZA, 2008, p. 228).

A criação de Assentamentos Rurais no município de Novo Mundo ficou ao encargo do INCRA para a distribuição de terras aos recém-chegados. Com a falta de efetividade da atuação dos órgãos públicos para realizar projetos de assentamentos, eventualmente gerou a concentração de terras e consequentemente, da renda da terra para seletivas famílias que formaram elites locais.

Novo Mundo está completamente situado sobre áreas públicas que podem ser destinadas para Reforma Agrária de propriedade da União e com a existência de poucos projetos de Assentamentos Rurais. Observa-se que na figura 8 os imóveis privados regularizados no banco de dados do INCRA (BRASIL, 2022) são diminutos em relação a proporção territorial do município, o que demonstra impedimentos para a regularização fundiária dessas terras.

Figura 8 – terras públicas, assentamentos e imóveis certificados privados em Novo Mundo-MT



Fonte: INCRA (BRASIL, 2022). Elaborado pelo autor.

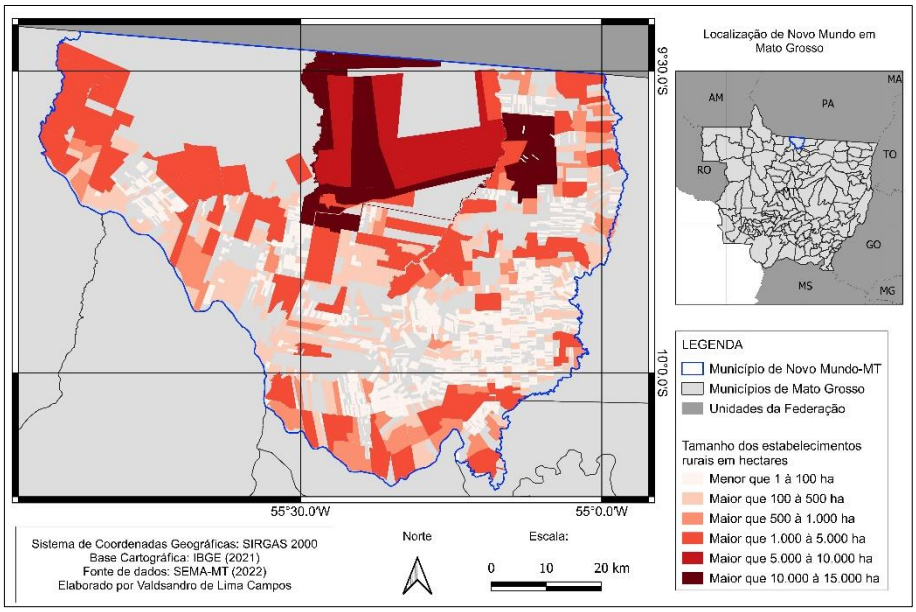
A Gleba Nhandu, localizada no município com aproximadamente 211,7 mil hectares, de acordo com Brasil (2009) é uma área devoluta pertencente à União o qual a Advocacia Geral da União (AGU) pede retomada de vários imóveis para atender a necessidade da criação de projetos de assentamentos sob responsabilidade da autarquia Federal.

Bassi, Furhmann e Merlino (2022) apresentam exemplos de latifúndios grilados por fazendeiros na referida Gleba, como a Fazenda Recanto que já foi sentenciada pela Justiça Federal, Fazenda Araúna e Fazenda Santo Antônio, essa última, ocupada pelo prefeito do município eleito em 2016 com área de 3.364 mil hectares.

Sobre a Fazenda Araúna, a nota publicada pela CPT (2021, p. 240-241) afirma que há um Pré-Assentamento Boa Esperança criado em 2019 e mesmo com a sentença judicial favorável à União para Reforma Agrária, o INCRA de Mato Grosso, negou em iniciar o projeto de assentamento com área total de 14,7 mil hectares.

No ano de 2022 observou-se que as propriedades integradas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento esse que é um critério para regularização ambiental e outros atingem dimensões territoriais expressivas e que revela uma concentração de terras em propriedades superiores à 1.000 hectares conforme os dados do mapa apresentado na figura 9.

Figura 9 – mapa da estrutura fundiária de imóveis rurais cadastrados no CAR, em Novo Mundo-MT em 2022



Fonte**:** SEMA-MT (2022). Elaborado pelo autor.

Os cadastros contidos no mapa da figura 9, somou um total de 1987 imóveis que representaram os polígonos. Cabe destacar que os estabelecimentos citados, abaixo de 100 hectares com tamanho próximo de 1 modulo fiscal representou 1534 unidades com área de 75,7 mil hectares sobre um total de 401,2 mil ha no município.

As que representaram grande volume de terras entre 5.000 até 15.000 hectares somaram 12 imóveis com extensão total de 81,4 mil hectares (SEMA-MT, 2022).

Cabe apontar que de boa parte dos latifúndios não são passivos de regularização fundiária devido a ocupação em terrenos da União. Diante da dimensão das áreas ocupadas, apenas 12 imóveis acima de 5 mil hectares apresentou uma área superior à toda a superfície das unidades que tem no máximo 100 hectares.

As propriedades latifundiárias ocupadas por fazendeiros em áreas Públicas foram apropriadas por grileiros e posseiros irregularmente em grande escala. Para afirmar a estratégia econômica e política do capital para apropriação da terra, Souza (2008) destaca que:

> agentes sociais, portadores de interesses específicos, no caso o avanço do agronegócio sobre a Amazônia Mato-grossense e a exploração/exportação dos recursos naturais, expropriam a classe trabalhadora apoiadas por agências que lhes dão sustentação, contrários aos movimentos sociais, como é o caso da APROSOJA e da FAMATO. (SOUZA, 2008, 221-222).

Novo Mundo se destaca por terrenos de grandes extensões que concentram a maior parte das terras e que apesar disso, tem uma expressiva quantidade de Agricultores Familiares, pois, de acordo com os dados do IBGE (2022a) em 2017 ocupou 863 estabelecimentos do total de 1203 conforme alude as informações da tabela 6.

Tabela 6 – número de estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar e o total ocupado em área de Novo Mundo-MT em 2017

Novo Mundo	**Tipo de agricultura**	**Nº estabelecimentos**	**Área em hectares**
	Familiar	863 (71,7%)	69562 (20,6%)
	Não Familiar	340 (28,3%)	268018 (79,4%)
Total (100%)		1203	337580

Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022a). Elaborado pelo autor.

Para reproduzir a realidade da agricultura familiar de Novo Mundo sobre os dados da tabela 6 em 2017 (IBGE, 2022a) pode-se afirmar que essa categoria totalizou 71,7% dos estabelecimentos rurais e ocupou uma proporção em área de 69,5 mil hectares, o que representou, sendo apenas 20,6% do total no município. Já as terras ocupadas aos que não se classificam como agricultores familiares, somou

268.018 mil hectares que compreendeu 79,4% do volume total em área com apenas 340 estabelecimentos.

Já para o uso das terras para a agropecuária no município, aponta que em 2017 predominou a criação de rebanho bovino com 396,5 mil cabeças em uma a área de 174,8 mil (ha). As lavouras temporárias, se estenderam por 36.648 hectares, somente o plantio de soja representou 31.451 desse total com produção de 103,2 mil toneladas em grãos.

A produção de soja em comparação ao ano de 2006 era de apenas 3,1 mil toneladas e ocupou a área de 8 estabelecimentos rurais. Outra cultura que se destacou no ano de 2017 foi o milho, que ocupou 17,6 mil ha de terras, com produtividade de 87,3 mil toneladas e teve um crescente aumento em relação a 2006, cujo volume era de apenas 3,95 mil (IBGE, 2022b).

Para afirmar o avanço do agronegócio em Novo Mundo, além da pecuária, o município está sendo porta de entrada para a produção de *commodities* como a soja e milho. A empresa de agronegócio, *Cofco Intl International*, conforme mostra as suas instalações na figura 10, está localizada às margens da rodovia estadual MT-419 próximo ao núcleo urbano do município e é provida de uma grande estrutura para armazenamento e transporte de grãos.

Figura 10 – Empresa de agronegócio COFCO INTL, localizada em Novo Mundo-MT

Fonte: acervo fotográfico do autor. Registro de 05 jun. 2022, Novo Mundo-MT.

No *site* Diário Cidade de Novo Mundo (DIÁRIO CIDADE, 2022), as informações sobre o seu ramo empresarial são oriundas de capital chinês, fazendo parte da gigante do agronegócio *Cofco Intl International.* A sua instalação ocorreu no ano de 2016 e

trabalha diretamente com o mercado atacadista de grãos, principalmente a soja, com estrutura para atender as necessidades técnicas de produção e exportação.

Com a expansão das lavouras temporárias em Novo Mundo com intuito de atender as produções do agronegócio, o valor da terra capitalizada foi monopolizado por grupos empresariais latifundiários, inclusive sobre áreas públicas que acabam sendo alvos de interesses entre fazendeiros e grupos/movimentos sociais sem-terras, posseiros e pequenos proprietários de terra.

Com a formação dos de conflitos do campo no munícipio, acaba se sobressaindo por dois caminhos um através do campo jurídico onde se encaminha através de órgãos federais e até mesmo de instância estadual através dos embates para destinar áreas à Reforma Agrária e o outro se dá por meio de embates diretos de reivindicações com a construção de acampamentos que são alvos do uso coercitivo da força e violência contra a pessoa.

Sobre os conflitos estabelecidos no campo jurídico, tem-se exemplo do pedido de reintegração de posse em março de 2021, onde a Defensoria Pública de Mato Grosso pediu ao Superior Tribunal de Justiça que suspendesse uma reintegração do fazendeiro emitida pela Justiça de Mato Grosso em desfavor de 300 famílias que estavam ocupando uma área pública.

Um trecho dessa reintegração é destacado que “o imbróglio jurídico tem como objeto uma parcela de 4,5 mil hectares da Fazenda Araúna, área rural de Novo Mundo, no extremo norte de Mato Grosso, reivindicada por um grupo de lavradores denominado Pré-Assentamento Boa Esperança” (DEFENSORIA PÚBLICA/MT, 2021, s.p.).

Novo Mundo tem sido palco desse processo de violência contra a pessoa envolvendo a terra que é controlada por latifundiários, onde há a presença de sujeitos que reivindicam áreas públicas e acabam sendo alvo de violência “que vão desde expulsão das famílias por jagunços, queima de casas, carros e moto, destruição de plantações, tentativa de assassinato” (CPT-MT 2020 s.p.).

Os dados fornecidos pelo Caderno de Conflitos da CPT, observou que entre os anos de 2018 a 2020, Novo Mundo foi palco de conflitos agrários. Os registros demonstrados na tabela 7 mostram que as ocorrências entre 2019 e 2020, por mais que tenha reduzido o número total de famílias envolvidas, foi mais intenso em algumas

localidades, já que cada número relata uma ação de despejo ou violência sofrida. As ocupações/retomadas que ocorreram foram registradas em terras pertencentes à União.

Tabela 7 – registros de conflitos por terra em Novo Mundo-MT

Ano	Ocupações/retomadas	Nº de ocorrências de conflito	Ameaças de morte/pessoa	Nº de famílias envolvidas
2017	-	2	2	96
2018	1	4	-	206
2019	-	5	5	303
2020	1	12	1	246

Fonte**:** Caderno de Conflitos da CPT (2018; 2019; 2020; 2021). Elaborado pelo autor.

Em virtude da proporção de conflitos aos anos retratados na tabela 7, o conflito esteve e está presente na realidade agrária do município. A quantidade de pessoas envolvidas em ameaças de morte está diretamente ligada à grupos em disputa por terras. No ano de 2019 há evidência de cinco pessoas que sofreram esse tipo de violência.

Em 2020, os números de ocorrências de conflitos por terra envolveram sujeitos sociais do Assentamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Conquista II, de famílias sem-terras que pediram desocupação da Fazenda Cinco Estrelas, além do Pré-Assentamento Boa Esperança. Ainda há o registro de dois trabalhadores libertos em condições análogas de escravidão em áreas de garimpos no município (CPT, 2021).

O conflito no campo estabelecido pela concentração da renda e da terra gera uma problemática para a existência de pequenos camponeses no campo. Com isso, o fortalecimento das articulações da Comissão Pastoral da Terra no município de Novo Mundo e no Portal da Amazônia, converte-se em contribuições para organização coletiva de sujeitos não-proprietários e comunidades rurais que sofrem algum tipo marginalização ou conflito agrário.

4.3 A atuação da Comissão Pastoral da Terra no Território Portal da Amazônia

Em um país onde o acesso à terra é marcado por profundas desigualdades, com pessoas marginalizadas do processo de modernização capitalista no campo, os

movimentos contraditórios podem ocorrer com maior ou menor intensidade, inclusive mobilizando agentes públicos e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para defender o posicionamento político e ações em favor da classe camponesa.

Polleto (2010, p. 137) enfatiza que “desde a década de 1970 a sociedade brasileira passou por processos de profunda transformação política, mas não conseguiu enfrentar pela raiz a grave desigualdade na apropriação da terra” e da renda. Portanto, cabe destacar a histórica da concentração da terra como um problema social e econômico estruturado por latifúndios.

Um setor mais progressista da igreja católica assumiu a missão de se posicionar contra a Ditadura Militar/civil[5] e suas políticas públicas, a partir da década de 1960, em relação aos problemas agrários no país. Essa ala da Igreja formada por religiosos e lideranças, buscou apoiar e organizar as famílias para contrapor problemas e conflitos no campo. Surgiu então, a necessidade de organizar e consolidar espaços de formação para fortalecer movimentos sociais autônomos e sociorreligiosos (POLLETO, 2010).

> Não é correto, então, olhar cada igreja como se fosse um bloco monolítico, que teria na palavra de seus dirigentes a expressão única de suas posições e de seu modo de interpretar e de agir em cada realidade. Na Igreja Católica, por exemplo, a pluralidade se expressa até mesmo através de posicionamentos assumidos por um “grupo informal” de bispos que nasceu em 1973 e continua ativo até os dias de hoje. (POLLETO, 2010, p. 139).

A partir das expressões e mobilizações da ala mais progressista, religiosos e lideranças buscam se organizar junto às famílias rurais e contrapor os conflitos gerados pelo modelo econômico e político no campo, com a necessidade de organizar formações política para fortalecimento de movimentos autônomos.

Joanoni Neto (2007, p. 108) destaca a contribuição de Dom Pedro Casaldáliga, bispo que atuou na região do Araguaia a partir de 1970, que buscou transformar a igreja em uma compromissada opção preferencial pelos pobres, alicerçada na Teologia da Libertação. Essa atuação passava a ser realizada com a esperança, a fé e as ações sociais para as comunidades que, segundo o autor, “a igreja inverte a orientação [...] passando a mediadora entre a luta pela terra e o desejo de possuí-la”.

[5] Antes de tudo, é necessário evidenciar que ditadura não foi estabelecida apenas pela ala militar do aparelho estatal, mas também com a participação e gestão política por parte da sociedade empresarial e latifundiária que se beneficiou dessas políticas ditatoriais.

Os conflitos por terra que surgiam sobre o bioma amazônico pelo amplo projeto de ocupação e grilagens de terras, desmatamentos e garimpagens ilegais, tornaram a vida de povos indígenas e camponeses conflituosas e parte da igreja buscou atuar em prol dos direitos das comunidades rurais e urbanas marginalizadas (JOANONI NETO, 2007).

O mesmo autor enfatizou que toda essa forma de conflito atingiu, além das comunidades rurais excluídas, os representantes religiosos (Padres, Bispos e Lideranças) que trabalhavam em prol dos mais pobres do campo, inclusive houve ameaças diretas contra Dom Pedro Casaldáliga. As formas coercitivas desses conflitos e assassinatos no campo são oriundas de grileiros de terras, jagunços e pistoleiros.

A presença da igreja católica, por meio da Teologia da Libertação, sobretudo nas ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tornou-se fundamental para a organização social de pequenos posseiros, indígenas ou assentados, com a intervenção e apoio de “agentes pastorais que atuavam na Ação Católica e em outras iniciativas de educação popular” (POLLETO, 2010, p. 141). Sobre as CEB’s, Poleto (2010) expõe que:

> são referências indispensáveis dessa história. Elas germinaram nas igrejas que procuraram colocar em prática as orientações do Concílio Vaticano II, animadas por bispos que tomaram posição contra as violações de direitos humanos e a própria ditadura. Nesse trabalho de base, esses bispos tiveram o reforço de agentes pastorais que atuavam na Ação Católica e em outras iniciativas de educação popular. (POLLETO, 2010, p. 141).

Nesse sentido, as ações das CEB’s culminavam na necessidade da criação de uma entidade capaz de atender os trabalhos coletivos e resistência das comunidades. Em 1975 a igreja católica apresentou à sociedade a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização pastoral para dar auxilio às organizações coletivas do campo (CPT, 2010a).

> O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB (CPT, 2010a, s.p.).

A CPT é criada a partir das representações conflituosas devido ao avanço do projeto capitalista para o campo e a apropriação da terra. Os povos originários das florestas e camponeses são considerados por esse modelo um entrave para o seu desenvolvimento, uma vez que esses grupos sociais reivindicam a desconcentração da terra através de uma territorialização coletiva das terras.

O Assentamento Nova Conquista II se insere dentro dessa realidade, revela ser resultado de ações populares socioterritoriais de um acampamento sem-terra para garantir a distribuição de lotes através da política de Reforma Agrária em Novo Mundo-MT com a contribuição dessa instituição sociorreligiosa.

Nesse sentido, um dos objetivos da CPT é apoiar a luta pelo "direito à posse da terra, direito de nela permanecer e trabalhar, direito de acesso à água, direito ao trabalho e este em condições dignas" (CPT, 2010a, s.p.). Devido ao seu nível de organização com as comunidades a entidade alcançou um patamar à nível nacional.

A pastoral começou a atuar no extremo norte de MT a partir de 2003 ao contribuir na organização socioterritorial de acampamentos e comunidades rurais, e promover debates para fortalecer os movimentos sociais de luta pela terra. "Uma das primeiras lutas ocorreu no Município de Terra Nova do Norte, junto a um grupo de posseiros que reivindicavam o direito à terra onde era um garimpo de ouro, conhecido como 'Pé Quente', próximo a 10ª Agrovila" (RASNHESKI, 2015, p. 58).

Para obter informações necessárias da pastoral no território, foi importante uma entrevista com Seze[6] (Informação verbal, 2022) que atualmente se encontra como agente voluntário e que já participou da Coordenação Estadual da CPT, trabalhando em várias ações em assentamentos e acampamentos no extremo norte de Mato Grosso.

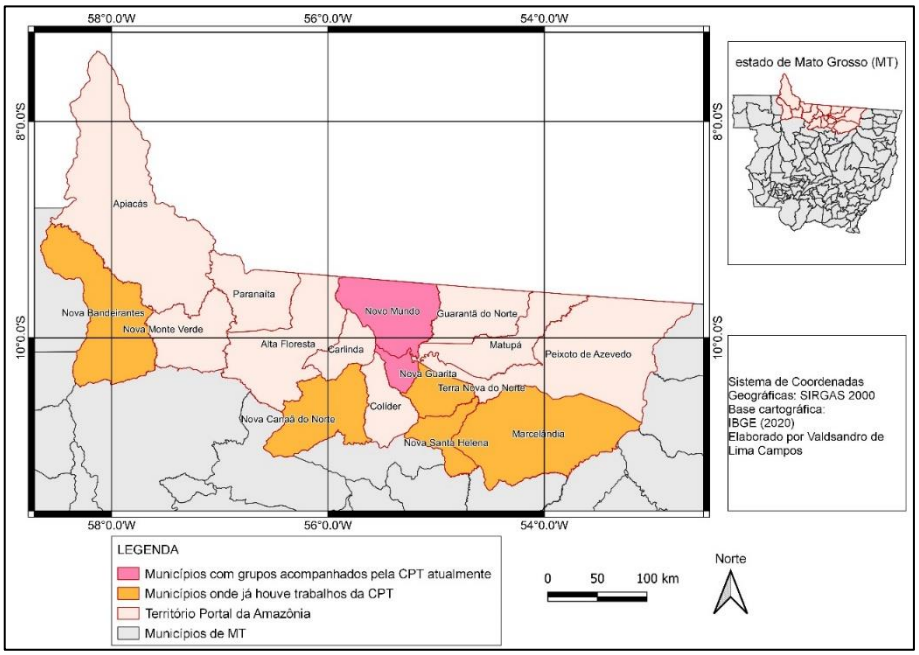
> Eu conheci a CPT em 2007, na verdade, eu estava acompanhando um grupo, um acampamento que era do MST e a partir dali eu conheci a Comissão através de I. L. que é uma religiosa e atuava como agente da CPT aqui no Norte de Mato Grosso, em Nova Canaã do Norte e a partir daí, em 2007 e 2008, comecei a fazer trabalhos voluntários e, conforme foi passando o tempo, eu acabei sendo contratado em 2014 e fiquei até 2019 envolvido nos trabalhos (Informação Verbal, 2022).

[6] SEZE, V. A. Entrevista I, [jan. 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Nova Canaã do Norte-MT. Arquivo mp3 (29 min.).

Seze também fomenta que inicialmente, quando estava realizando trabalhos voluntários, a Pastoral destinava esforços para acompanhar acampamentos de sem-terra. Uma de suas atividades era a campanha do combate ao trabalho escravo contemporâneo e realizava visitas em acampamentos, escolas, igrejas e outros espaços comunitários, cujo objetivo era informar as populações vulneráveis e minimizar uma realidade que impacta as populações tradicionais que vivem no campo.

Junto às organizações de acampados, assentados e posseiros a entidade atuou em municípios como Terra Nova do Norte, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Novo Mundo, entre outros com menor ou maior incidência. O mapa da figura 11 permite visualizar a distribuição espacial das articulações da CPT com os grupos organizados.

Figura 11 – munícipios em que a CPT auxiliou grupos sociais no Território Portal da Amazônia-MT



Fonte: Rasnheski (2015). CPT-MT (2022)[7]. Elaborado pelo autor.

A figura 11 expressa a territorialização socioterritorial por meio da atuação da entidade sociorreligiosa junto a grupos sociais vulneráveis aos conflitos no campo e que se estabeleceu no extremo norte em diferentes municípios do Portal da Amazônia,

[7] Informação disponibilizada em 15 de agosto de 2022 pela Coordenação Regional da CPT de Mato Grosso sobre os municípios em que a entidade está atuando com acompanhamento efetivo de grupos sociais.

onde atualmente continua atendendo grupos localizados em municípios de Novo Mundo e Nova Guarita.

Seze (2022) afirma que as ações da pastoral com grupos a partir de 2002, em municípios do Território Portal da Amazônia, assumiram três vias para contribuir com o fortalecimento de grupos sociais: as campanhas de combate ao trabalho escravo contemporâneo; a luta pela terra através da desapropriação dos latifúndios e formação de acampamentos; e por último, a luta pela permanência das famílias na terra em comunidades e assentamentos rurais. As ações de luta pela terra se destacavam devido a dimensão de áreas públicas no território. (Informação verbal, 2022).

O entrevistado diz ainda que no ano de 2005, com a procura de informações para abertura de processos judiciais para retomadas de áreas públicas, começa a haver uma intensificação de enfrentamentos aos latifundiários grileiros de propriedades da União. Em 2009 há a abertura de várias ações de retomada de áreas da União por parte da AGU no norte do estado. (Informação verbal, 2022).

Inicialmente, quando estava realizando trabalhos voluntários, a CPT destinava esforços para acompanhar acampamentos de sem-terra. Uma das atividades de sua competência era realizar campanhas de Combate ao trabalho escravo contemporâneo, orientando a população em acampamentos, escolas, igrejas e outros espaços comunitários relacionados aos direitos trabalhistas, por ser uma realidade recorrente com as populações que vivem no campo. (Informação verbal, 2022).

Diante disso, a CPT (2010b, s.p) discorre que “se preocupa há anos com a permanência do trabalho escravo no Brasil. A primeira denúncia conhecida sobre conceito moderno de trabalho escravo é de 1972, realizada por Dom Pedro Casaldáliga, de acordo com o critério dívida impagável” e conceitua o Trabalho Escravo Contemporâneo no campo como:

> aliciamento em região distante, pagamento antecipado dos gastos do peão (pensão, feira, transporte), transporte em condições péssimas, cadeia de intermediários desde o dono da pensão até os distintos gatos, condições de trabalho precárias e perigosas, coação por meios violentos, ameaças e cerceamento da liberdade, prática do endividamento reforçado pelo sistema da compra no barracão da fazenda ou da frente de trabalho. (CPT, 2010b, s.p.).

O trabalho informativo era designado para grupos que tinham históricos de violação de direitos ou para aqueles que, em situação de pobreza eram obrigados a

fornecer sua mão-de-obra em fazendas de terceiros por meio de pagamento de diárias informalmente. Além da atuação contra o trabalho escravo contemporâneo, Seze (2022) esclarece:

> Além disso, a gente fazia um acompanhamento na luta pela terra, porquê a conquista da terra ajuda as pessoas a sair dessa condição de vulnerabilidade pra não ser escravizado. [...] sem o acesso à terra a pessoa continua vulnerável e pode ser escravizada (informação verbal, 2022).

Para que famílias sejam assentadas pela Reforma Agrária, se condicionam a passar por processos de enfrentamento à um modelo de produção hegemônico e uma estrutura latifundiária. Para isso, passam a se organizar em acampamentos de sem-terra na lutar por desapropriação do latifúndio. A CPT (2021, p. 13) explica que os acampamentos “são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas, reivindicam assentamentos”.

Os trabalhos da entidade, que envolvem os sujeitos sociais sem-terra, são para acompanhar processos jurídicos sobre as áreas passivas de Reforma Agrária, além de realizar atividades informativas sobre os direitos básicos do acesso à terra.

Os latifundiários grilam terra para garantir seu poder, já o trabalhador na visão do fazendeiro, serve de mão de obra barata à serviço da agricultura capitalista e, se ocupar terras é considerado um invasor, mesmo que áreas públicas. As políticas de governo não favoreceram a distribuição da terra e nem a agricultura familiar, quando comparada aos subsídios oferecidos para o agronegócio, como créditos de financiamentos e tecnologia (Informação verbal, 2022).

Além de garantir direitos das famílias de ser assentadas pela Reforma Agrária, a entidade desenvolve atividades para fortalecer a produção alimentar saudável para as famílias em seus lotes. Um dos desafios que os camponeses têm, está relacionado à carência de produção e de renda por falta de investimentos.

Já o acompanhamento da pastoral nos conflitos fundiários no Território Portal da Amazônia, vários registros de conflitos foram constatados. Um fato emblemático destaca um grupo de 10 famílias em Nova Guarita que desde o ano de 2005 se estabeleceram, estavam em regime de posse realizado pelo INCRA em área da União,

conhecida como Raimundo Vieira III e as mesmas começaram a sofrer várias ações de conflitos até o ano de 2017 (CPT-MT, 2017).

Ao longo de 12 anos, as práticas de coação e cerceamento de direito, por parte do fazendeiro, serviram para pressionar a desocupação dos lotes ocupados pelas famílias. As táticas foram de cortes de cercas e fuga do gado, pulverização aérea de veneno sobre as plantações e queima de pastagens, ameaças e violência contra a pessoa, dentre outras formas coercitivas (CPT-MT, 2017).

O grupo do Raimundo Vieira III, junto a CPT e entidades parceiras, realizaram diversas denúncias às as autoridades públicas com manifestações, boletins de ocorrências e documentos que constatavam as ações violentas. No ano de 2017 por uma ação da Defensoria Pública do Estado, as famílias que sofriam violência conquistaram uma ação de Reintegração de Posse expedida pela Justiça da Vara Agrária de Mato Grosso que minimizou o conflito (CPT-MT 2017).

A estratégia de apoio aos grupos, é expressa nas palavras de Plans (2018) da seguinte forma:

> essas famílias não têm deixado de resistir e enfrentar os poderosos que grilaram e ainda grilam grandes áreas de terras públicas, se apossam injustamente das Terras da União, e sem cuidado com o meio ambiente. Foi graças à união entre os diversos grupos do campo e as suas mobilizações em conjunto, com apoio da CPT e de outras entidades, que muitas famílias já conseguiram serem assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (PLANS, 2018, s.p.).

As ações conjuntas dos grupos acompanhados pela pastoral na luta pela terra, começou a fomentar a realização de intercâmbios entre os mesmos para expressar experiências de lutas e cobrar das autoridades como INCRA e Justiça Federal a agilidade por Reforma Agrária de maneira coletiva.

Seze (2022) expressa que a pastoral tem efetivado suas ações ao norte do estado em defesa de famílias vulneráveis frente às diferentes tipologias de conflitos agrários de grupos acampados e assentados. Com a estratégia de levar a informação à mais pessoas, em 2016 a entidade passou a realizar atividades não somente com coordenadores(as), mas com toda a comunidade em espaços formativos, nos seus próprios locais de vivência. (Informação verbal, 2022).

Ao final do ano de 2016 vários acampamentos se organizaram para debater assuntos da Reforma Agrária e estudar os processos judiciais em andamento das

áreas públicas reivindicadas pelos grupos autônomos. Em contrapartida, a CPT colaborou na organização desse espaço com a criação do primeiro intercâmbio de acampamentos acompanhados pela entidade, ocorrido em Colíder-MT. A figura 12 mostra uma das atividades e ações políticas ocorridas e organizadas pelas famílias durante o ano de 2016.

Figura 12 – espaço formativo no intercâmbio dos acampamentos sem-terra acompanhados pela CPT ao Norte do estado de Mato Grosso

Fonte**:** acervo fotográfico do autor. Registrado por Valdsandro de Lima em 18 nov. 2016 em Colíder/MT.

As atividades coletivas desse evento, proporcionaram a organização de mobilizações de lutas pela Reforma Agrária. No ano de 2017, uma dessas ações ocorreu no município de Itaúba-MT com a ocupação da Rodovia BR-163 por grupos acampados dos municípios de Novo Mundo, Nova Guarita e Nova Canaã do Norte. A CPT (2017, s.p.) afirma que os acampados ocuparam a estrada com objetivo de mostrar “a morosidade da Justiça Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os processos de retomada de áreas públicas e desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária”.

Seze (2022) informa que o município de Novo Mundo é palco de vários conflitos por terra por se situar sobre áreas da União que são griladas por fazendeiros e aqueles marginalizados que lutam pela terra muitas vezes são perseguidos. O grupo de camponeses sem-terras União Recanto foi fruto da junção de três outros acampamentos que reivindicavam latifúndios e se mobilizaram para manifestar o interesse de duas fazendas, que originalmente formavam uma única área, denominadas de União Recanto e Cinco Estrelas (Informação verbal, 2022).

O mesmo, destaca que a presença e as formações diante das necessidades estabelecidas pelo acampamento União Recanto, foram fundamentais essa estruturação para a que as mesmas permanecessem organizadas e garantir a consolidação do assentamento Nova Conquista II (Informação verbal, 2022).

O grupo acampado assessorado pelas ações da CPT conduziram um processo de luta por ocorrido com a abertura de um processo reivindicatório de terra pública sobre a fazenda Recanto ao ano de 2009, com objetivo de mobilizar, organizar a comunidade e pressionar órgãos governamentais para dar andamento a aprovação do sentenciamento judicial da área para Reforma Agrária.

5 A TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA II EM NOVO MUNDO

5.1 A luta do acampamento União Recanto Cinco Estrelas

A falta de efetividade do Estado em promover a Reforma Agrária e amenizar os conflitos agrários ocasionados pela concentração fundiária e de renda, as organizações e movimentos sociais definem ações de resistências ao avanço do capital no campo em busca de seus direitos coletivos. Fernandes (2010, p. 163) afirma que “essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que forma de organização social e território são partes indissociáveis da luta camponesa”. O mesmo autor abarca que:

> É compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as mobilizações de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado a adotar políticas de créditos, educação e moradia e outros benefícios públicos. (FERNANDES, 2010, p. 162).

As reivindicações e mobilizações, problematizam a primeira para um viés de caráter mais político frente aos diferentes agentes públicos e sociais. A ocupação e resistência trata-se de uma ação direta contra os latifúndios. Os acampamentos como formações sócio-políticas territorializa-se por meios de ações de movimentos socioterritoriais coletivos cujo o objetivo é pressionar órgãos públicos e latifúndios para atender a demanda das políticas agrárias no combate ao monopólio da terra.

As ocupações com barracos de lona em forma de acampamentos sem-terra frente aos latifúndios com pedidos de Reforma Agrária, são ferramentas de lutas sociais recentes. Somente após a década de 1970 que esses espaços de resistência começaram a ganhar notoriedade com número grande de famílias. Nesse contexto, com o aumento dessas articulações, surgiram movimentos sociais nacionais expressivos como o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com base interna de organização estruturada (FERNANDES, 2010).

A realidade mato-grossense com relação a ocupação de latifúndios através de acampamentos sem-terras (que tem o barraco de lona como símbolo da resistência),

Scarabeli (2021) descreve que esse instrumento de luta massificado começou a ser utilizado no Mato Grosso com o adensamento de uma população imigrante para povoar e servir de mão-de-obra para o avanço da agropecuária no bioma da Amazônia e do Cerrado após a década de 1970. Com isso, o mesmo autor enfatiza que diferentes movimentos sociais da terra e grupos autônomos começaram a reivindicar terras públicas e privadas sem função social.

Em 1993 com a aprovação da legislação agrária, as desapropriações de áreas passaram a entrar em vigor no Brasil pela aprovação da Lei 8.629/93 (BRASIL, 1993). Fernandes (2010, p. 191) atesta que “mesmo com a existência dessa nova lei, os ruralistas ainda conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos”. Diante da hegemonia ruralista, os sujeitos camponeses sem o acesso à terra são condicionados as lutas sociais reivindicatórias.

Com a concentração fundiária alta no Mato Grosso, as frentes de resistência tornam-se fundamentais para os grupos sociais marginalizados pelo sistema capitalista. Scarabeli (2021, p. 50) afirma que “a relação entre esses sujeitos é mediada pelo conflito em torno da disputa de terra e por projetos de desenvolvimento antagônicos”.

A partir do início dos anos 2000, há a formação de acampamentos de sem-terra em vários municípios no Território Portal da Amazônia com indícios dos primeiros grupos apoiados pela CPT. Rasneski (2015, p. 60) “revela a grande quantidade de famílias que buscaram na CPT o apoio para lutar pela reforma agrária ou para permanecer com a área já demarcada para cada família assentada”.

Em Novo Mundo, a entidade começa desenvolver trabalhos junto as comunidades desde o ano de 2003 com apoio em manifestações e ocupações de latifúndios sobre áreas públicas passivas de desapropriação (RASNHESKI, 2015). O território agrário do município é caracterizado pela presença de conflitos e violência em terras públicas da União apossado por latifundiários, por isso, as famílias camponesas que reivindicam essas terras enfrentavam hostilidades, pois confrontam diretamente com essas estruturas dotadas de poder político e econômico.

O Acampamento sem-terra que fora localizado em Novo Mundo, denominado União Recanto Cinco Estrelas, originou todo o processo de luta para reivindicar a área

grilada de duas áreas (fazenda União Recanto e fazenda Cinco Estrelas) que por fim, consolidou com a criação do Assentamento Nova Conquista II.

Em entrevista ao ex-coordenador do grupo quando acampados (atualmente está assentado em Nova Conquista II), o Sr. V. Parente (2022)[8] relata que a sua participação na luta pela terra, iniciou no ano de 2006 no acampamento Santa Mônica em Novo Mundo. Posteriormente, ele e muitos dos seus membros, migraram para acampamento União Recanto Cinco Estrelas e intensificar a desapropriação duas das fazendas localizadas em terras públicas. (Informação verbal, 2022).

O mesmo, diz que grupo observou várias áreas no município de Novo Mundo passíveis de Reforma Agrária por consulta aos órgãos públicos como o INCRA, Advocacia Geral da União (AGU) e Justiça Federal. Ao obter informações das matrículas da União apropriadas por latifundiários, acionaram por meios legais a manifestação de interesse para que fosse destinada à Reforma Agrária duas fazendas, sendo elas, Cinco Estrelas e União Recanto. Porém, a última teve andamento mais ágil judicialmente até ser sentenciada no ano de 2017.

Na área reivindicada da fazenda União Recanto, a AGU de Mato Grosso encaminhou ao poder Judiciário Federal de Sinop-MT no ano de 2009 a abertura de ação reivindicatória da Fazenda Recanto com 9.658,87 hectares, em desfavor do ocupante ilegal. “Por todo o exposto, a União Federal, como titular inconteste do domínio, vem reivindicar a área ilegalmente ocupada inserida na ‘Gleba Nhandu’, situada no município de Novo Mundo-MT” (BRASIL, 2009, p. 20).

Na exigência, requeria a tutela antecipada da área com documentos que comprovaram a ilegalidade da ocupação, assim como o Memorial Descritivo e Relatório de Ocupação expedido pelo INCRA/MT, atestando a área de domínio da União e ser destinada à Reforma Agrária (BRASIL, 2009).

Com o processo judicial, o acampamento dos sem-terra foi construído dentro da própria área reivindicada. Parente (2022) assim relatou: “quando entramu na fazenda era sempre organizado daqui, aqui saiu um grupo que foi lá pra Tabapuã também né? Que era do mesmo pessoal nosso, onde foram 42 famílias assentadas”. Essa foi uma das conquistas do grupo que puderam destinar famílias ao recém

[8] PARENTE, V. **Entrevista II**, [maio 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Novo Mundo-MT. Arquivo mp3 (18 min.).

formado PDS Assentamento Tabapuã no ano de 2014 em Novo Mundo, a partir de um acordo judicial (informação verbal, 2022).

Concomitante trâmite na Justiça Federal, as famílias continuavam pressionando órgãos por meio de mobilizações como forma de luta permanente contra o latifúndio ilegal para garantir a celeridade do processo de Reforma Agrária frente a morosidade do Estado. A CPT contribuiu junto ao grupo os acompanhamentos judiciais e com processos formativos para estruturar a organização coletiva.

Seze (2022) enfatizou que a entidade buscou não realizar as ações para as famílias acampadas, mas sim, dar suporte para que as mesmas pudessem buscar autonomia na conquista da terra e para que fossem protagonistas de sua luta na construção do assentamento rural. (Informação verbal, 2022).

A entidade acompanhou várias denúncias de conflito envolvendo os grileiros (essa área passou por contratos de compra e venda para várias pessoas do grupo acampado. No ofício expedido ao Ministério Público Estadual de fevereiro de 2011, a CPT solicitou “providências urgentes a respeito de graves ameaças de morte, tentativas de atropelamento e espancamento de integrantes acampados” (CPT-MT, 2011, s.p.). Flores (2019) afirma que:

> Foram muitas as lutas, ocupações, marchas, trancamentos de rodovias. As famílias sofreram todo o tipo de violência física e emocional com os despejos pela Polícia Militar (PM), que chegou a usar liminar falsa, e com os ataques de jagunços, ameaças de morte, perseguição, torturas, queima dos barracos, tiroteios, envenenamento das águas com agrotóxicos, além da violência cotidiana que é a vida embaixo da lona e às margens das estradas. (FLORES, 2019, s.p.).

Parente (2022) afirma que, enquanto estiveram acampadas, passaram por processos de desterritorializações em função dos despejos, que impactaram diretamente na dissolução do acampamento sem-terra. Uma delas ocorreu por uso de uma liminar forjada e falsificada por ação resultante da influência do poder político e econômico dos fazendeiros no ano de 2011 contra o as famílias.

Esse fato é revelado por ao afirmar que ao serem despejados, cobraram das autoridades públicas que haviam sido enganados e obrigados a saírem do acampamento com a expulsão das famílias através de um documento (liminar de despejo) falso. As mesmas, acamparam ao entorno do pátio de funcionamento do INCRA em Guarantã do Norte-MT por 33 dias, como forma de protesto até essa

situação ser revertida. Porém, ao retornarem para o acampamento, suas plantações e barracos de lona, entre outros pertences foram arruinados ou destruídos (Informação verbal, 2022).

O outro processo de desterritorialização ocorreu no ano de 2015, pela promessa de as famílias serem assentadas em uma área localizada no município de Vera-MT. Muitas famílias se deslocaram para essa área, porém, não houve assentamento. Parente ainda menciona que nessa circunstância, somente três pessoas permaneceram no local e com isso o acampamento perdeu resistência de luta e se desfez (Informação verbal, 2022).

Somente depois de diversas reuniões com interessados em pressionar novamente a área grilada (Fazenda União Recanto), um grupo de famílias decidiram reconstruir os barracos de lona e formar novamente o acampamento, desta vez, localizado às margens da rodovia MT-419 próximo à cidade de Novo Mundo.

As ações coletivas executadas junto com quatro acampamentos de sem-terras apoiadas pela CPT desde o ano de 2016, resultaram em mobilizações frente à órgãos públicos com diálogos à Justiça Federal responsável pelo parecer judicial, bem como da AGU e Defensoria Pública. Como consequência dessas lutas, no ano de 2017 houve o sentenciamento antecipado de 2.000 mil hectares para Reforma Agrária na área da fazenda reivindicada.

Com a apelação do processo reivindicatório de área pública pela AGU, juntamente com as diversas cobranças pelas famílias acampadas, no dia 27 de julho de 2017 foi publicado pelo Poder Judiciário Federal de Sinop-MT a seguinte decisão: “ação reivindicatória em que a União quer o cumprimento da antecipação de tutela deferida na sentença proferida nos autos, consistente na imissão da União na posse de 2.000 (dois mil) hectares da Fazenda Recanto.” O mesmo, diz que “determino a expedição de mandato de imissão na posse da União [...]” (BRASIL, 2017b, p.1).

Diante dessa promulgação, as famílias mobilizaram-se para ocupar uma estreita faixa ao entorno da estrada localizada ao lado da Fazenda Recanto no dia 31 de agosto de 2017, onde estruturaram o acampamento. A construção de barracos nesse local teve como objetivo aguardar e pressionar o cumprimento da Decisão Judicial, além de organizar as famílias para o plano de ocupação realizado pelo INCRA, conforme consta nos autos do processo de Sentença.

Figura 13 – acampamento União Recanto Cinco Estrelas construído às margens da área sentenciada para Reforma Agrária, Novo Mundo-MT

Fonte**:** Acervo fotográfico do autor. Retirado em 23 nov. 2017, Novo Mundo/MT.

A figura 1 A figura 13, ilustra a construção do acampamento com a colaboração de 96 famílias às margens da área sentenciada para a União.e demonstra a estratégia em dar visibilidade a luta dos(as) acampados(as) que condiciona a resiliência e persistência das mesmas na busca por serem beneficiadas pela Reforma Agrária, contra um latifúndio que ocupou ilegalmente a terra. Uma das práticas para avançar nessas conquistas sociais vem por meio da dinâmica de luta sem-terra.

Mesmo acampados, esperando a emissão de posse da terra pela União, o grupo sempre buscou junto a CPT, intermediar diálogos com os órgãos públicos responsáveis para subsidiar esforços à conquista e permanência na terra. Parente (2022) reafirma dizendo que “nós continuemos a luta na justiça né? E fazendo audiência, tendo audiência, sempre com a CPT ajudando nós também”. (Informação verbal, 2022).

No acampamento, foram realizas diversas reuniões a respeito da situação judicial, assim como da organização e perspectiva da produção e comercialização. Flores (2019, s.p.) aponta que essas ações puderam ser efetivas pois “o sonho das famílias de chegada à Terra Prometida avança com a decisão da Justiça Federal de Sinop, que reconheceu a área como sendo da União e determinou a criação do assentamento, que somente se concretizou em março de 2018”.

Com a decisão judicial favorável para a União (BRASIL, 2017b) e com a tutela antecipada para a retomada de 2.000 mil hectares da Fazenda Recanto, motivado

pelas ações coletivas como parte de um processo de luta do acampamento sem-terra, permitiu que muitas famílias do grupo pudessem ser beneficiadas pela Reforma Agrária e somente no ano de 2018 que aos poucos os lotes foram sendo regularizados e as pessoas serem assentadas, para assim retirarem da terra a sua renda.

4.2 Os sujeitos sociais camponeses e a consolidação territorial do Assentamento Nova Conquista II

Através da organização do acampamento sem-terra União Recanto Cinco Estrelas, formado por trabalhadores rurais com apoio da Comissão Pastoral da Terra, as famílias promoveram mobilizações para dar celeridade ao no processo judicial que percorria na Justiça Federal de Sinop para a desocupação da Fazenda União Recanto, área que se encontrava sobre terreno da União (FLORES, 2019).

Seze (2022) diz que os diferentes diálogos entre o grupo acampado juntamente com a CPT, reuniam-se em audiências e reuniões com autoridades competentes para dar agilidade ao processo judicial e dar notoriedade da luta pela terra afim de minimizar os conflitos agrários existentes. Pois, com a decisão favorável para a AGU com a imissão de posse da área, os acampados puderam dar o primeiro passo que foi escolher o nome do Assentamento, decidindo pelo nome de Nova Conquista II através de votação feita em uma assembleia (Informação Verbal[9], 2022).

Os entrevistados foram unânimes (100%) ao responderem que reconhecem a importância da CPT no processo de conquista e permanência dessas pessoas no campo. Durante as diferentes formas de luta social do acampamento sem-terra, as ações e acompanhamento da entidade foram essenciais para a formação do assentamento Nova Conquista II.

Já para a continuidade dos trabalhos pastorais após as famílias terem conquistado a terra, apenas uma pessoa destacou não ser necessário a sua presença devido já terem conquistado a terra. Já para as outras 47 entrevistas, a presença dessa entidade precisa ser contínua, já que pode ser fundamental para colaboração

[9] SEZE, V. A. Entrevista I, [jan. 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Nova Canaã do Norte-MT. Arquivo mp3 (29 min.).

ao desenvolvimento político e social do assentamento na busca autonomia e garantia de direitos para a permanência na terra.

O Poder Judiciário Federal (BRASIL, 2017b) enfatiza que apenas uma parte, do total de 9,7 mil hectares, da Fazenda União Recanto foi desapropriada como retomada de área pública para a União, com a tutela antecipada de 2 mil hectares em área aberta e agricultável e sobre esse território houve a formação do Assentamento com o plano de ocupação do INCRA para que 96 famílias pudessem ser beneficiadas.

Parente (2022) descreve que entre o período de transição do acampamento sem-terra para a entrada das famílias no assentamento, o movimento conseguiu um acordo entre a justiça Federal com o ocupante ilegal para que as famílias se estabelecerem dentro de uma área delimitada de 5 hectares para que pudessem produzir alimentos na terra e saírem das margens da estrada não pavimentada ao lado da fazenda onde estavam acampados provisoriamente (Informação verbal[10]).

A imagem ilustrada na figura 14 mostra o processo de mudança das famílias sobre a área sentenciada para Reforma Agrária, no mês de dezembro de 2017. As mesmas transferiram o acampamento com a construção de barracos provisórios dentro da Fazenda União Recanto antes das mesmas serem definitivamente assentadas.

Figura 14 – construção de barracos de lona dentro da área reivindicada para reintegração da Fazenda União Recanto

Fonte**:** Acervo fotográfico do autor. Retirado em 23 dez. 2017, Novo Mundo-MT.

[10] PARENTE, V. **Entrevista II**, [maio 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Novo Mundo-MT. Arquivo mp3 (18 min.).

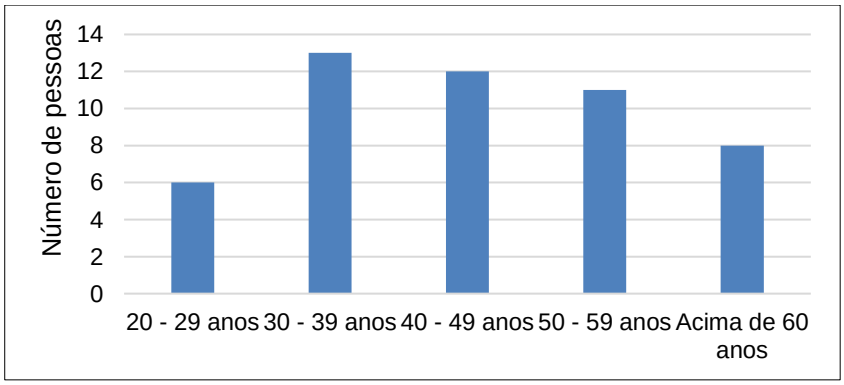
Com a entrada das famílias sobre 5 hectares dentro da fazenda, puderam desmontar o acampamento às margens da estrada não pavimentada, onde o local oferecia diferentes riscos aos acampados por ser um corredor estreito entre as cercas e arames das fazendas, além de ter movimento de veículos constantes.

Portanto, a formação territorial do assentamento passou por várias etapas através das ações coletivas, inicialmente com a construção do acampamento para pressionar a desocupação do latifúndio e, posteriormente com o processo judicial favorável à União, puderam adentrar sobre a área reivindicada onde possibilitou a geração de renda para consumo próprio até efetivar regularização dos lotes.

Com a aplicação dos questionários no Assentamento Nova Conquista II, foi possível obter um levantamento da quantidade de pessoas que residem nesse território até o mês de maio de 2022 e que contabilizou uma soma total de 142 pessoas sobre esses 48 lotes. Ao final dessa parte da pesquisa, cabe destacar que houve a equidade entre o sexo masculino e feminino para aqueles que contribuíram nas respostas, sendo 24 mulheres e 24 homens entrevistados, com 48 no total.

Para caracterizar das pessoas entrevistadas, foi sistematizado or agrupamento de idade para permitir analisar o grau de longevidade em que o grupo está inserido. Com base nesses dados, o gráfico 6 traz essas informações considerando que a maior parcela está entre a faixa de 30 a 39 anos e embora tenha sido o menor percentual, há de destacar também que a presença de pessoas mais jovens, entre 20 a 29 anos, é um fato importante para a comunidade para manter e preservar a juventude no campo.

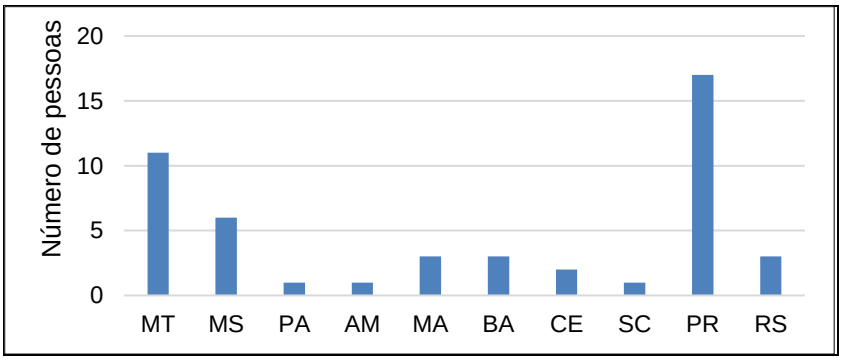
Gráfico 6 – idade dos assentados entrevistados por agrupamento no Assentamento Nova Conquista II



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

Conforme já destacado no capítulo 4.2, o município de Novo Mundo é formado por um contingente de pessoas oriundas de vários lugares do país, especialmente da região Sul, devido ao processo de colonização desde a década de 1970 ao norte do estado. Isso reflete diretamente sobre a origem dos entrevistados, pois, com maior destaque ao Paraná que, de acordo com o gráfico 7, 17 pessoas são oriundas desse estado.

Gráfico 7 – naturalidade dos entrevistados no Assentamento Nova Conquista II



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

.

Além das pessoas advindas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que somaram 21 indivíduos, tem-se com menor número, porém de grande importância, oriundas de estados nordestinos, como Ceará, Maranhão e Bahia, com total de 8 entrevistados(as). Pará e Amazonas tiveram a representatividade de um por estado, Mato Grosso do sul contabilizou 6 e os demais (11 entrevistados) nasceram em municípios de Mato Grosso.

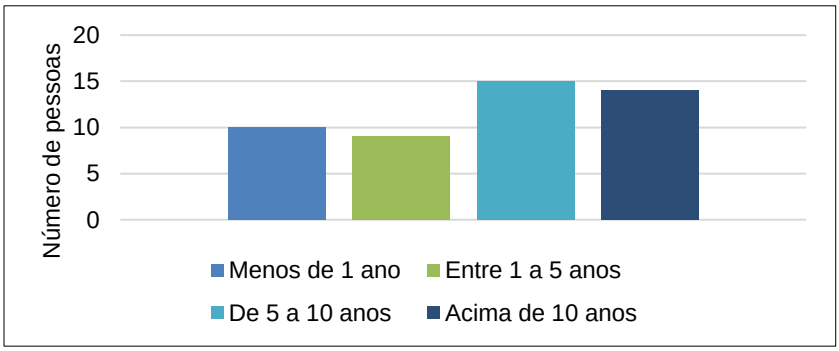
É importante ressaltar que o acampamento simbolizou, não somente a luta pela territorialização de um assentamento, mas de ações coletivas que dependeu dos esforços e protagonismo desses sujeitos frente as deficiências do Estado para garantir o direito de acesso à terra.

Dentre os 48 entrevistados, 36 (75% do total) afirmaram que já presenciaram fatos ou sofreram diretamente violência no campo, dentre esse grupo, 3 indivíduos destacaram que já enfrentaram violações de direito trabalhista no campo em fazendas. Os outros 12 assentados (25% do total) não vivenciaram diretamente algum tipo de violência física no campo.

Caio Barbosa (2020, s.p.) traz essa problemática do grupo ao afirmar que essas pessoas sofreram “violência física e emocional; ataques de ‘jagunços’, ameaças de morte, queimas dos barracos, tiroteios e passaram por despejos”. Diante dos conflitos agrários, os trabalhos coletivos resultaram em registros e denúncias protocoladas em órgãos públicos, além de manifestações políticas para cobrar a atuação do Estado em favor das famílias.

A luta pela terra condicionou esforços de anos dessas pessoas organizadas em acampamentos. Com pesquisa realizada em Nova Conquista II, um dos questionamentos foi referente ao tempo que as mesmas viveram nesses territórios, as informações contidas no gráfico 8 mostram que 31% do total entrevistado ficou entre 5 até 10 anos acampadas, 29% mais de 10 anos, 19% entre 1 a 5 anos e 21% disseram menos de um ano.

Gráfico 8 – período em que as pessoas entrevistadas ficaram acampadas



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

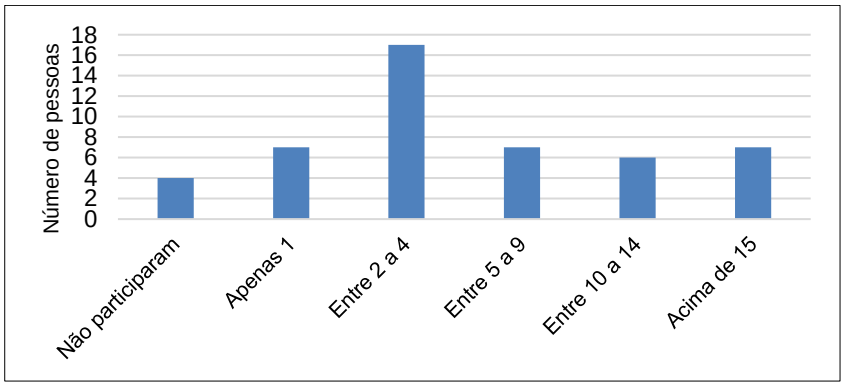
Isso demonstra que o processo para garantir um lote de terra é demorado frente ao poder econômico e político dos latifúndios que historicamente dominam o campo no Brasil. Somando as duas categorias de maior percentual, pode-se afirmar que 60% ficou 5 a mais de 10 anos em acampamentos que, com a reivindicação pela desapropriação do latifúndio, muitas dessas famílias foram impactadas pelos conflitos agrários, tais como despejos, ameaças e violência contra a pessoa.

A materialização territorial com busca na autonomia e desenvolvimento socioterritorial desse grupo recai sobre as análises de Souza (2003), que discute a luta de movimentos coletivos, que por vezes encontram resistências e violências, podem provocar mudanças em prol da defesa de um território para garantir a

manutenção da sua reprodução e produção social e a sobrevivência de sua identidade.

A territorialização do acampamento como ferramenta de luta e organização social frente a concentração fundiária no campo, foram susceptíveis a conflitos socioterritoriais sobre o prisma dos confrontos contra o latifúndio. As famílias assentadas destacam a importância das manifestações políticas frente a órgãos públicos quando 92% das pessoas afirmaram já ter participado de algum tipo de ação coletiva. Com base nesses dados, o gráfico 9 mostra a quantidade de manifestações por agrupamento de pessoas que os assentados participaram.

Gráfico 9 – participações dos entrevistados em mobilizações sociais com pautas de Reforma Agrária



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

.

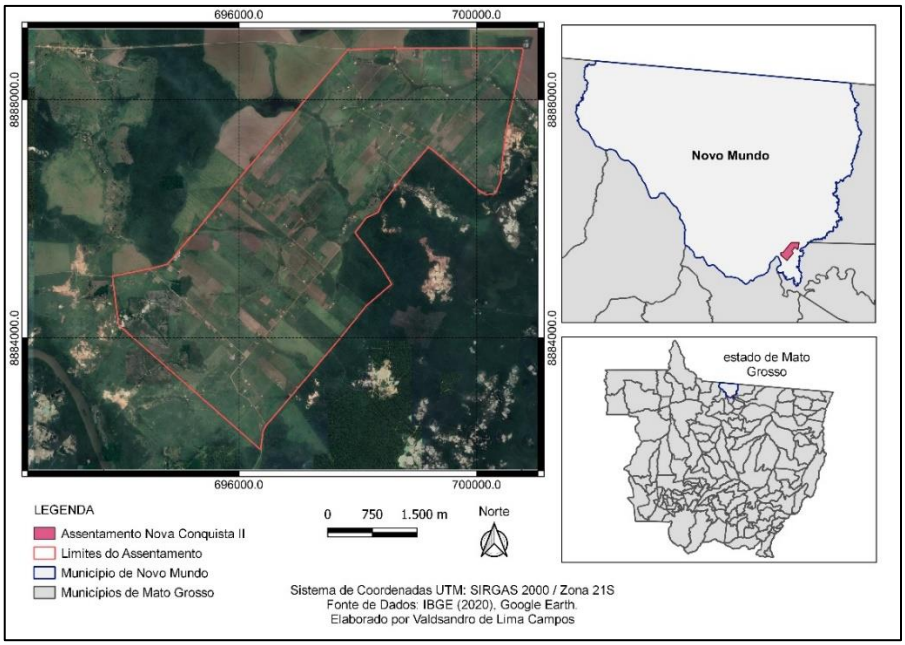
Com as informações apresentadas pelo gráfico 9, demonstra que do total de 48 pessoas, 44 afirmaram que colaboraram em mobilizações pela defesa da Reforma Agrária e pelo direito ao acesso à terra às famílias camponesas direcionadas à órgãos públicos e autoridades competentes como INCRA e Justiça Federal, afim de cobrar celeridade no processo desapropriatório de área pública pelo grileiro.

Diante desses instrumentos de resistência, no ano de 2018, finalmente foram regularizados 96 lotes rurais pelo INCRA, com a Construção do Assentamento Nova Conquista II por intermédio do Ato de criação nº 607 da data de 18 de abril, com a capacidade de atender 96 famílias sobre 2 mil hectares (BRASIL, 2021b).

A área que gerou disputa territorial entre agricultores não-proprietários e o latifundiário que ocupou ilegalmente, resultou a formação do território do

Assentamento Nova Conquista II que se localiza cerca de 7 quilômetros das proximidades do perímetro urbano do município, conforme o mapa da figura 16.

Figura 15 – localização territorial do Assentamento Nova Conquista II em Novo Mundo-MT



Fonte: *Google Earth* (2022). Elaborado pelo autor.

A consolidação do Assentamento exposto na figura 16, tornou-se realidade através de instrumentos de lutas sociais por famílias agricultoras, juntamente com as ações colaborativas desenvolvidas pela CPT que reivindicou ações para esse movimento socioterritorial no campo. Flores (2019, s.p) aponta que “o sonho das famílias de chegada à Terra Prometida avança com a decisão da Justiça Federal de Sinop, que reconheceu a área como sendo da União e determinou a criação do assentamento”.

Com a entrada das famílias em seu território, a CPT colaborou com a cobrança para a regularização fundiária das mesmas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Em ofício ao INCRA a entidade destaca a necessidade da celeridade desse processo de regularização documental para que sejam inseridas no SIPRA para que as famílias pudessem usufruir do direito à terra e de políticas públicas e financiamentos (CPT-MT, 2019a).

Conforme o georreferenciamento iria sendo realizado pelo INCRA para a demarcação dos lotes rurais, os agricultores beneficiados foram aos poucos,

ocupando a antiga plantação de soja do latifúndio para dar início a formação de suas propriedades com a construção de estruturas necessárias como as suas casas. A figura 16 mostra um beneficiário construindo sua própria casa provisoriamente após receber o seu lote.

Figura 16 – construção da casa por um assentado após a distribuição de lotes realizada pelo INCRA no Assentamento Nova Conquista II, Novo Mundo-MT

Fonte: Acervo fotográfico do autor. Retirado em 26 de maio de 2022. Novo Mundo-MT.

Diante do processo de resistência e conquista da terra para as famílias que anteriormente eram acampadas, fica explícito na fala de Parente (2022) ao afirmar que:

> A insistência, a luta de num parar, a vontade de ter um pedaço de terra e de conseguir o nosso objetivo, é, eu acho que isso ajudou muito, por que as vezes, mesmo sem dinheiro a gente saia em uma audiência e corria atrás e nunca parou, sempre lutando pela justiça. Foi um ponto que demorou sim, mas conseguimos. Ameaças sempre teve, mas não intimidou nóis (Informação Verbal, 2022).

Após os desafios enfrentados para consolidar o Assentamento Nova Conquista II, o debate sobre a geração de renda passou a ser fundamental a fim de garantir a permanência das famílias em seus lotes. Novas propostas de ações coletivas das famílias beneficiadas em parceria com a CPT, objetivaram a busca de recursos e infraestruturas necessárias para a produção de alimentos e para a geração de renda através de seus produtos.

5.3 Organização territorial do assentamento Programa de Desenvolvimento Sustentável Nova Conquista II e perspectivas de permanência da terra

A formação do Assentamento Nova Conquista II se deu através das práticas dos movimentos socioterritoriais, conceito apresentado por Fernandes (2005) o qual se estrutura a partir das ações sociopolíticas para sua territorialização que permeia os confrontos frente ao modelo econômico e social hegemônico. A lutas socioterritoriais atenderam as necessidades das famílias sem terras agricultoras que foram concretizadas pela formação territorial do Assentamento Nova Conquista II.

Fernandes (2005, p. 32) afirma que esses movimentos socioterritoriais “geram as práticas políticas de seu desenvolvimento [...] transformar a realidade”. Nas discussões sobre as ações desse grupo assentado, se debruça na análise da noção da territorialização realizada através das relações de sua realidade sociais o qual estavam submetidas como acampadas, essenciais para a estruturação desse território.

A respeito dos processos formativos sociopolíticos necessários para solidificar a conquista da terra, os assentados destacaram que a importância dos trabalhos coletivos para a consolidação desse território foi essencial, pois, por unanimidade todas as 48 pessoas entrevistadas afirmaram que as práticas coletivas garantiram o direito ao acesso à terra.

A territorialização do assentamento também é expressa pelas práticas simbólicas e culturais, haja vista que alguns autores apresentam também uma leitura do território a partir das identidades culturais. Saquet (2010) destaca que o território também se constitui culturalmente pela identidade e pela realidade social em que o grupo se manifesta. Haesbaert (1997) também apresenta esse raciocinio como uma das dimensões do território que perpassa pelo campo simbólico e material ou, como denomina ele, uma dimensão cultural(ista).

Na perspectiva de construir o território com as práticas simbólicas e culturais, os camponeses proporcionaram momentos de celebração, sendo que um deles ocorreu com a realização do intercâmbio de camponeses em 2018, que reuniu vários outros grupos acompanhados pela CPT no assentamento Nova Conquista II.

O evento ocorrido em setembro de 2018, contou a participação de centenas de

pessoas e Plans (2018, s.p.) dialoga que esse espaço de comunhão se deu através das ações coletivas, cuja “[...] organização interna das comunidades e a articulação com outros grupos foi o cerne do intercâmbio, que teve como lema: ‘a força da transformação está na organização e resistência do Povo de Deus!’”.

O retrato da vivência coletiva e organização política que geraram a territorialização do assentamento, é evidenciado nesse intercâmbio, como simbologia da luta pela terra e fruto das ações socioterritoriais que sairam da condição de sem-terras e hoje tem como desafio o desenvolvimento da sua produção e reprodução no campo.

Haesbaert (2004 p. 82) trata essa territorialidade enquanto “relação complexa entre processos sociais e espaço material” e é desse bojo, que além da dimensão cultural, estão as relações políticas e econômicas que são essenciais para a manifestação da territorialização. Diante dessa leitura, dada a realidade do Assentamento Nova Conquista II em garantir sua manutenção territorial, iniciou-se um esforço para garantir a renda das famílias e na busca de recursos financeiros.

A verba pública destinada aos assentados, ocorreu após ações de mediação com pedidos para agilizar a regularização cadastral no INCRA e garantirem a homologação de beneficiários da Reforma Agrária destacou em seu ofício encaminhado ao órgão pela CPT-MT (2019a). Posteriormente, boa parte dos mesmos puderam receber um valor único, conforme o Decreto Federal 9.424 de 2018[11], que permite a viabilização do recurso para projetos de assentamentos através de linhas de fomento.

Na pesquisa, 40 pessoas (do total de 48) declararam que receberam o fomento inicial do órgão público com valor de 5,2 mil reais por imóvel. No entanto, afirmaram que não conseguiram acessar linhas de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Já com relação aos contratos de financiamentos realizados por meio de bancos privados, apenas 20 conseguiram acessar as linhas de créditos.

Do total de 48 pessoas entrevistadas, apenas 8 (16%) não tiveram acesso ao

[11] Decreto que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

fomento fornecido pelo INCRA e dentre esses, apenas 5 conseguiram acessar créditos privados para investimento. Os desafios da produção na terra para a geração de renda, perpassa pela necessidade estrutural que demandam recursos financeiros e muitas vezes, ocorre a dependência dos mesmos com os bancos privados diante da ineficiência da política pública para crédito a agricultura camponesa e familiar.

A discrepância de investimentos entre assentamentos rurais em relação aos empreendimentos do agronegócio, sobressai na discussão de Castro (2005) que destaca o uso das estruturas do Estado por parte da classe elitista para privilegiar e garantir a reprodução capitalista. Nesse sentido, diante da dificuldade de acesso a créditos para o Assentamento Nova Conquista II, os mesmos buscaram instrumentos de lutas sociais para subsidiar essas necessidades.

O campesinato representado pelas famílias do assentamento rural, frente ao modelo capitalista que marginaliza o desenvolvimento socioeconômico camponês, buscam a sua manutenção no campo através da produção diversificada e com a participação autônoma na economia local. Terra (2019) corrobora com essa discussão dizendo que:

> Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias, dos percalços, insucessos e até eventuais fracassos, os assentamentos rurais, juntamente com as pequenas propriedades tradicionais, geralmente constituem a garantia não só da permanência do homem no campo, como a possibilidade da recuperação da autoestima e da dignidade, com a geração de emprego e renda e a sua integração ao mercado, do ponto de vista geopolítico, representam uma subversão das relações de poder local, com a emergência de novos arranjos produtivos, sem falar na contribuição para o desenvolvimento da economia local, regional e até nacional (TERRA, 2019, p. 200-201).

A garantida para permanecer na terra, perpassa na luta contra uma estrutura política hegemônica no campo que privilegia os latifúndios e para geração de renda, tanto financeira com o desenvolvimento do comercial local, os mesmos buscam primeiramente uma produção para o seu próprio consumo visando ser autossustentável frente ao mercado.

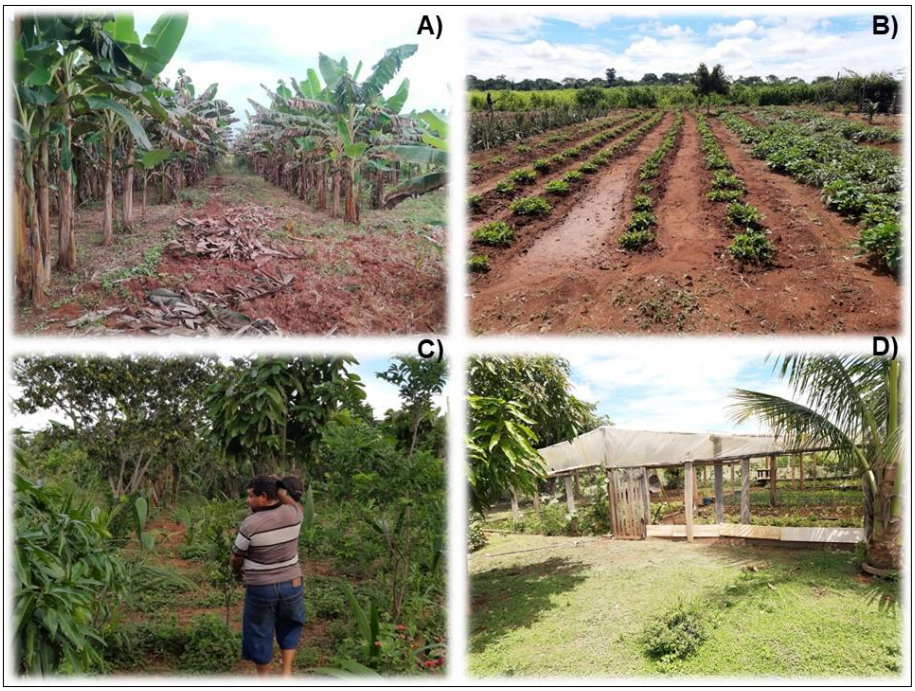
A respeito desse tema, a maior parte do grupo com 19 pessoas (40%) afirmaram que produzem 25% de seus próprios alimentos, outras 18 (37%) alegaram 50% da produção parasse alimentarem. Além disso, 8 assentados (17%) disseram que conseguem extrair de suas produções até 75% do consumo interno da casa, já

as demais (6%) ainda estão com dificuldade de gerar renda alimentar sobre a terra, ficando abaixo de 25%.

A produção de autoconsumo realizada por essa classe camponesa de maneira geral não é inserida na renda familiar pois não passa pela comercialização de geração de renda financeira, sendo um dos elementos bases do campesinato que produzem seus próprios alimentos sem a dependência de um mercado alimentício.

As imagens registradas durante a visita de campo (Figura 17) permite verificar um pouco da variedade produtiva desenvolvida por esses sujeitos sociais em seus lotes no Assentamento Nova Conquista II, o que demonstra o enfrentamento da realidade no campo para esse público e da determinação para práticas produtivas na terra.

Figura 17 – produção de alimentos no Assentamento Nova Conquista II. A) plantio de banana, B) quintal produtivo diversificado, C) pomar, D) estufa de hortaliças



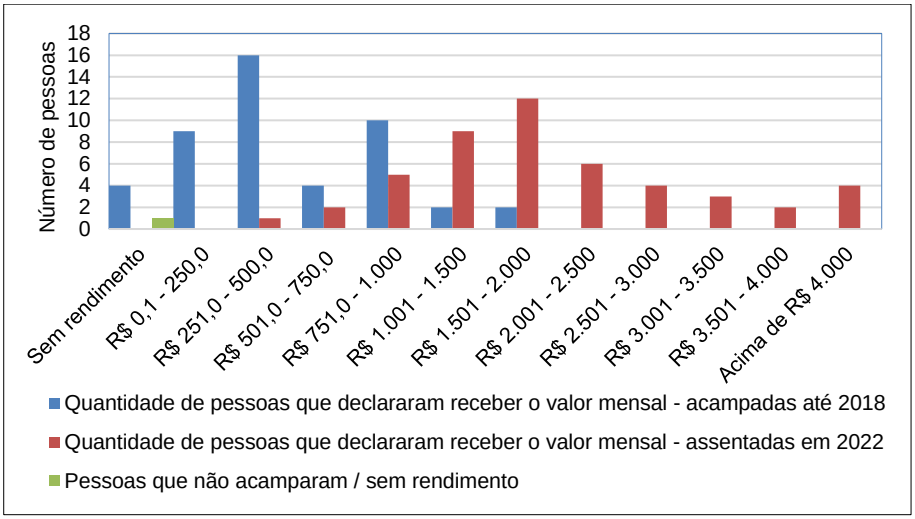
Fonte: acervo fotográfico do autor. Retirado em: 09 mar. 2022. Novo Mundo-MT

A renda alimentar no assentamento conforme pode-se evidenciar na figura 17 possui uma base diversificada e muitos desses, priorizam uma determinada cultura consorciada a outras secundárias, tornando a diversidade produtiva relevante para beneficiar-se de várias fontes. Portanto, cabe destacar que essa característica comum entre a classe camponesa e afirma suas práticas socioprodutivas que divergem com

a estrutura latifundiária e com o modelo econômico do agronegócio alicerçado ao monocultivo.

Já para averiguar a evolução na renda financeira do grupo assentado com a produção na terra, houve um levantamento médio de ganho mensal (R$) desde quando eram acampadas até período de 2018 e atualmente, após serem homologados em seus lotes. Esses dados podem ser observados no gráfico 8 que faz referência aos ganhos remunerados no acampamento e, posteriormente, na condição de assentados.

Gráfico 10 – comparativo de rendimento mensal dos assentados atualmente e de quando estavam acampados



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

O gráfico 8 traz informações acerca da transição da renda financeira familiar das pessoas entrevistadas em que durante o processo de quando estavam acampadas, cerca de 60% tinham um ganho mensal menor que R$ 500 reais, tendo essas condições como uma adversidade dos sujeitos sociais para a manutenção do acampamento sem a garantia do acesso à terra.

Já quando tiveram acessaram aos lotes rurais, houve uma mudança dessa realidade através da produtividade da terra afirmada com o levantamento das informações sobre os faturamentos financeiros, onde os mesmos, afirmaram esse aumento na renda familiar, onde mais de 50% dos entrevistados relataram ter um ganho entre 1 mil a 2,5 mil reais e cerca de 4 pessoas estavam com rendimento acima de R$ 4 mil.

A mudança dessa realidade impactou na relação direta entre a terra e o camponês com a geração de renda através da diversidade de produção agrícola, de alimentos e da criação de pequenos animais para consumo das próprias famílias. Visando atender as necessidades básicas de reprodução familiar que é uma ação antagônica aos padrões econômicos de exploração capitalista no campo.

Diante dos meios de garantir renda e manutenção territorial, um dos desafios apontados foi em relação a necessidade de ainda ter de buscar recursos fora do Assentamento devido a ineficiência de políticas em territórios da Reforma Agrária, destacando que alguns entrevistados afirmaram realizar algum tipo de trabalho temporário externo ao seu lote para contribuir na geração de renda financeira.

Cerca de 35% dos entrevistados afirmaram que membros da família prestam serviços e diárias fora do Assentamento para agregar renda financeira. 8% ainda relataram que desenvolvem atividades comerciais, o que denota uma dificuldade para essa parcela dedicar-se exclusivamente ao trabalho na sua terra devido à falta de recursos públicos financeiros e técnicos para garantir a reprodução social desse grupo social no campo.

O maior percentual que destacou 40%, disseram não haver outra fonte financeira a não ser aquela produzida através do cultivo e produção da terra e cerca de 17% dos(as) camponeses(as) dessa pesquisa recebem algum tipo de auxílio governamental como aposentadorias, pensões ou benefício social.

Sobre as condições de melhoria da produção, tendo em vista a qualidade e diversidade produtiva, juntamente com a segurança alimentar do assentamento, a aplicação do questionário buscou mostrar o diagnóstico da quantidade (em percentual) dos alimentos consumidos nos lotes que são produzidos pelos próprios camponeses.

Outro meio de contribuir com recursos e estrutura no assentamento, foi a fundação de uma associação, no ano de 2018, logo após a origem do assentamento. Essa entidade é composta e organizada por membros da comunidade para representar direta e indiretamente as 96 famílias residentes desse território e buscar garantir os suportes necessários para a produção, comercialização, além de energia elétrica, estradas, entre outros arranjos essenciais.

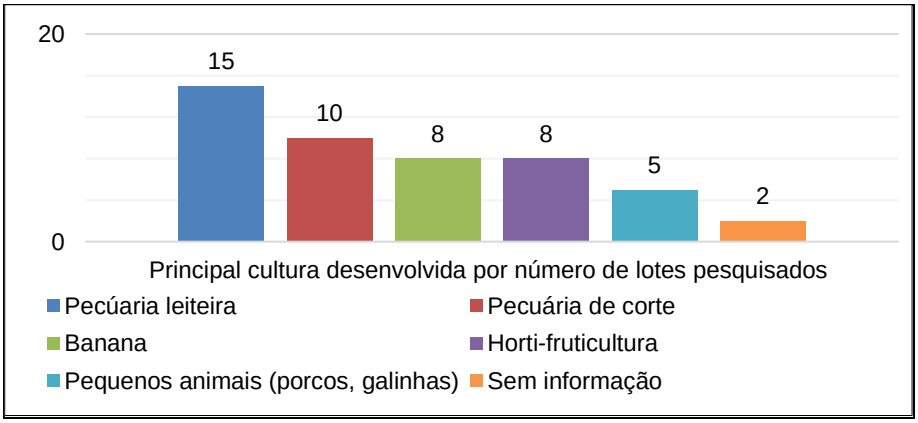
A carta de anuência da CPT-MT (2021) enviada a entidades parceiras

financiadoras, corrobora com a formalização da Associação de Agricultores e Agricultoras do Assentamento PDS Nova Conquista II localizada, em Novo Mundo-MT, com pedido de viabilidade de recursos para projetos sociais que visam o desenvolvimento sustentável e fortalecimento do grupo.

A principal fonte de renda financeira produzida no assentamento, conforme os entrevistados vem da pecuária bovina leiteira, com 31% do total dos lotes, seguido do gado de corte com 21%. Destacando que essa vertente econômica da pecuária no município de Novo Mundo é influente e tem grande notoriedade conforme os dados já mencionados apontados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2022b).

Outra cultura elencada e que ganha destaque em 17% das terras dos assentados entrevistados foi o plantio de banana, seguido de hortifruti-culturas (hortaliças, pomares agroflorestais e quintais produtivos), com o mesmo percentual. O gráfico 11 apresenta mais algumas produções além das que já foram aqui destacadas.

Gráfico 11 – principal cultura para geração de renda familiar nos lotes pesquisados do Assentamento Nova Conquista II



Fonte: Elaborado pelo autor, (2022).

Ao analisar a diversidade de produção levantada pelas informações no gráfico 11, apesar da pecuária ter destaque, o desenvolvimento de outras culturas é característico da agricultura camponesa, como exemplo da hortifruti-cultura e pequenos animais para caracterizar a diversidade produtiva. Deve ressaltar, que a pesquisa se orientou na resposta da principal cultura que geradora de renda em cada lote e não contabilizou, portanto, culturas secundárias, inclusive daquelas que são produzidas para autoconsumo que são evidentes em seus lotes.

Diante dos fatores políticos e sociais não favoráveis à geração de renda financeira, propuseram através de suas práticas habituais coletivas consolidar espaços para o desenvolvimento socioeconômico com cooperação de entidades parceiras, autônomas e públicas. Um dos passos iniciais, foi fortalecer a produção e Flores (2019, s.p.) destaca que a “Organização Internacional do Trabalho (OIT) financiou, em 2018, um projeto de 3 meses para o acompanhamento das famílias na sua organização e produção agroecológica.”

Com isso, através das ações de mulheres organizadas no assentamento com mediações ao poder público municipal, houve a conquista para o uso de um barracão localizado no perímetro urbano de Novo Mundo, que proporcionou ser um espaço para a comercialização de seus produtos camponeses e atender as necessidades alimentares da população urbana da cidade.

Flores (2019, s.p.) enfatiza que esse grupo é composto por “21 feirantes, sendo a maioria mulheres, que, diante do anseio por uma vida melhor para a família, se organizaram e foram à luta”. As imagens ilustradas na figura 18 mostram a feira de comercialização com o nome de Nova Conquista II, além de mostrar uma cozinha coletiva que é utilizada pelas mulheres localizada na antiga sede da fazenda que se transformou-se em um espaço para uso comunitário.

Figura 18 – feira e estrutura da cozinha do grupo de mulheres do assentamento. A) bolachas, B) queijos, C) estrutura da feira, D) cozinha coletiva

Fonte: acervo fotográfico do autor. Retirado em: 15 jun. 2022. Novo Mundo-MT

As imagens a), b) e c) da figura 18 mostram a estrutura da feira que é organizada pelas mulheres, com bancas onde podem expor seus diferentes produtos, como por exemplo, derivados do leite, doces, pães, bolachas, entre outros artesanatos e produtos caseiros. A imagem d) ilustra as mesmas dentro da cozinha que foi estruturada para atender as necessidades de processamentos dos produtos, situada na sede comunitária do assentamento.

Frente a organização socioterritorial de mulheres, resultou na consolidação de locais para poderem produzir, processar e comercializar os seus inúmeros produtos como por exemplo os derivados do leite, doces, pães e bolachas, entre outros artesanatos e produtos caseiros. Dentre as 48 pessoas entrevistadas, 10 homens e mulheres responderam que participam das atividades para comercialização na feira.

As atividades desenvolvidas por meio dos trabalhos das feirantes, pode ser aludido na discussão de Souza (2003) que debate a autonomia territorial exercida por sujeitos sociais mobilizadores a partir de ações coletivas, sobretudo com a leitura de Fernandes (2005) que discute a territorialização de movimentos socioterritoriais que se estruturam no campo para se reproduzir, tem em comum a leitura do desenvolvimento de seus territórios através de ações sociopolíticas propositivas.

A realidade da Reforma Agrária no Assentamento Nova Conquista II está diante dos enfrentamentos e desafios para consolidar esse território e ocorre por meio de uma política que atende parcialmente de distribuição de terras para amenizar os conflitos existentes, sem um devido interesse de investimento público para desenvolvimento econômico e social.

Caracterizados por não ter uma estrutura adequada, Stédile (2020) chama esse processo de “política de assentamentos rurais” que é empregada no Brasil com a distribuição mínima da terra sem resolver os problemas estruturais da concentração fundiária para efetivar assentamentos de Reforma Agrária e que ocorrem mediante à pressão popular sobre as autoridades públicas governamentais.

Com base nas informações coletadas dos assentados, vários foram os desafios apontados a serem superados e que foram estruturados qualitativamente em três eixos, conforme apresentados, foram destacando as necessidades econômicas, sociais e estruturais do assentamento. Essa ferramenta de informações possibilitou

visualizar os apontamentos para melhorias que podem ser alcançados mediante as suas experiências de organização coletiva de acordo com os dados apontados no quadro 1.

Quadro 1 – necessidades apontadas para melhoria na qualidade do território do Assentamento Nova Conquista II, Novo Mundo-MT

Econômico	Acesso à créditos públicos de políticas já existentes, cursos de formação técnica para produção e agroindústrias, projetos para viabilidade da comercialização.
Social	Formações coletivas sobre cooperativismo e associativismo, atendimento escolar com transporte e saúde pública, fortalecimento das juventudes e do grupo de mulheres.
Estrutural	Aquisição de equipamentos comunitários, melhoria nas estradas, instalação de poços artesianos para abastecimento de água, acesso as políticas públicas para a habitação rural.

Fonte: Elaborado pelo autor, (2022)..

Alguns dos desafios apontados são direcionados para governabilidade para autoridades públicas (municipal, estadual e federal), como o apontamento para a garantia de melhoria ao atendimento à saúde e de escolas, assim como o usofruto de empresas públicas que deveriam desempenhar formações técnicas para melhoria na produção e comercialização da Agricultura Familiar, além das linhas financiamentos de créditos como o Pronaf. A outra foi nas necessidades que podem ser buscadas por parcerias com entidades filantrópicas não-governamentais e sociais que contribuem para o desenvolvimento socioterritorial das famílias no campo.

Apesar da consolidação territorial do Assentamento Nova Conquista II, frente as várias formas adquiridas e das perspectivas para permanecer na terra, a concentração fundiária no município de Novo Mundo (conforme visto no mapa da figura 10) é notoriamente uma problemática para o desenvolvimento de políticas de Reforma Agrária. Cabe através de suas experiências, afirmar o compromisso de fortalecer as ações de movimentos socioterritoriais no combate ao latifúndio em terras públicas em função de uma contribuição efetiva agora ao acampamento Cinco Estrelas.

A contrapartida de colaboração por parte dos assentados para ampliar a Reforma Agrária foi destinar temporariamente de uma parcela de terra de um lote no assentamento para garantir a manutenção territorial de um novo acampamento sem-terra e contribuir na organização das famílias para a permanência próxima da área

pleiteada localizada ao lado de Nova Conquista II. A CPT-MT (2019b) reitera o interesse social de famílias camponesas sobre a área da Fazenda Cinco Estrelas e destina-la para a Reforma Agrária ao INCRA-MT, já que a mesma é área da União.

Com objetivo de ampliar a territorialização de assentamentos no município, diante das inúmeras áreas da União viáveis para Reforma Agrária, houve a reestruturação de um novo acampamento sem-terra com dezenas de barracos de lonas ocupadas por famílias que aguardam ser assentadas, chamado de acampamento Cinco Estrelas, localizado sobre uma parcela de terra disponibilizada por um assentado de Nova Conquista II, onde a sua estrutura pode ser observada na imagem da figura 19.

Figura 19 - acampamento sem-terra Cinco Estrelas em Novo Mundo-MT

Fonte: acervo fotográfico do autor. Retirado em: 15 jun. 2022. Novo Mundo-MT

Com a iniciativa de dar continuidade na luta pela terra, a estruturação desse acampamento (figura 19), originou-se após a consolidação do Assentamento Nova Conquista II em maio de 2018 e sobretudo, com a colaboração da CPT, o qual atua organicamente na formação política e no acompanhamento judicial da área reivindicada ao lado do assentamento sobre a Fazenda Cinco Estrelas, que está ilegalmente ocupada por um latifúndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das delimitações dos objetivos desse trabalho que teve por base geral compreender os processos e conflitos territoriais com embate entre estruturas latifundiárias e agricultores sem-terras sobre uma área pública, resultou-se em um recorte territorial para abordar a formação de um assentamento rural criado por políticas da Reforma Agrária e de lutas sociopolíticas. Observa-se que através do estudo dessa realidade e de aproximar-se com o objeto de estudo com o trabalho de campo, o Assentamento Nova Conquista II foi reflexo de diferentes ações para protagonismo dos sujeitos camponeses frente ao latifúndio.

Para a análise dentro do espaço geográfico, tornou-se necessário investigar uma complexa relação entre a sociedade e natureza que estrutura a produção humana na medida em que o meio é transformado segundo à sua intencionalidade, seja ela, política, econômica ou cultural. As escalas espaciais de influência dessa relação foram utilizadas para estratificar as relações de alcance de poder das instituições e de grupos sociais através de diferentes ações políticas em diferentes localidades.

As relações sociais e suas contradições/mediações de poder podem ser estabelecidas no espaço pelos conflitos de interesses das classes sociais no campo e o uso do conceito territorial teve como base, tanto pela análise teórica, quanto das ações desenvolvidas pelo grupo assentado, poder desvelar as desigualdades e desproporcionalidades existentes de controle do território, das segregações e processos de resistências contra estrutura fundiária agrária dominante.

Os processos do investimento do poder por grupos sociais criam e recriam instrumentos para a territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização do capital no campo ocorre muitas vezes, pela desterritorialização de povos originários ou camponeses para a apropriação e mercantilização das terras por meio da geração de lucros ou especulações, onde a produção agropecuária é determinada pelo desenvolvimento tecnológico e de informação, junto com a ampliação da produção estruturados em latifúndios.

A concentração fundiária pela classe capitalista do campo através de muitas empresas do ramo do Agronegócio com grandes volumes de lucros, produzem formas

de resistências sociais que surgem do processo antagônico do próprio capitalismo, já que a terra é um bem primordial para a manutenção de camponeses proprietários e não proprietários de terras. Destacando também que pequenos agricultores capitalistas são expropriados da maior parte da riqueza no campo.

A Reforma Agrária busca amenizar a desigualdade de distribuição da terra no Brasil como proposta institucional e com um conjunto de políticas que deveriam fomentar a resiliência de famílias no campo. Portanto, quando o Estado deixa de assumir o seu papel, grupos sociais criam mecanismos de lutas coletivas para garantia desse direito. Os acampamentos sem-terras, por exemplo, promovem uma organização sociopolítica local para reivindicar desapropriação de latifúndios.

Os conflitos territoriais no campo, resultado da territorialização do capital, proporciona o surgimento de uma massa populacional marginalizada do acesso à terra, onde há localidades que ocorrem com maior ou menor intensidade por meio do nível da desigualdade fundiária. Um exemplo, é o que ocorre nos estados do território da Amazônia Legal, sobretudo quando se refere ao recorte territorial da área de estudo do Portal da Amazônia e do município de Novo Mundo onde evidenciam esses fenômenos.

O Território Portal da Amazônia, onde se localiza no município de Novo Mundo-MT, o avanço da produção capitalista estrutura-se em latifúndios com grande parte da produção voltada ao mercado externo. Esse território, apesar de ser criado para essa iniciativa, atualmente carece de políticas de desenvolvimento socioterritorial às pequenas propriedades e para a garantia da distribuição de terras para Reforma Agrária. Conjuntamente, as melhorias no quadro de vida da população do campo podem ser conquistadas pelo acesso a terra e da produtividade, que garante a diversidade de produção e geração da renda com o desenvolvimento local.

O Território Portal da Amazônia é um reflexo de colonização de famílias agricultoras e da proposta governamental para a criação do território pelo extinto MDA (de 2003 até 2016), buscou implementar políticas públicas para viabilizar estruturas e atender pequenos proprietários de terras que são expressivos, porém, historicamente marginalizados diante da desigualdade socioeconômica, política e de acesso à terra.

O município de Novo Mundo, é palco de conflitos socioterritoriais e que isso é reflexo da da concentração de terras em áreas públicas de Glebas, dando destaque à

Gleba Nhandu que se encontram apropriadas irregularmente por empreendimentos agropecuários e latifundiários, havendo confrontos entre os que reproduzem o modelo econômico do agronegócio com os camponeses sem-terras que buscam territorializar-se por meios da Reforma Agrária.

Um evento conflituoso agrário no município, resultou na formação de um assentamento pelas ações sociopolíticas de um acampamento autônomo chamado União Recanto Cinco Estrelas. A consolidação desse território, contou com a solidariedade para garantir a mobilidade de luta social e do direito ao acesso à terra. As necessidades e as práticas desses sujeitos, permitiram a desterritorialização de um latifúndio para implemento de uma política de distribuição de terra ao beneficiar 96 famílias agricultoras no Assentamento Nova Conquista II em 2018.

A Comissão Pastoral da Terra, proporciona significativas contribuições ao processo de luta e permanência da terra com organizações de acampamentos sem-terras, assentamentos e comunidades do campo. Novo Mundo, por se situar totalmente em glebas públicas, exigiu que a CPT se tornasse presente devido aos conflitos socioterritoriais, agindo como entidade de apoio aos grupos sociais e de denúncia à concentração fundiária.

A CPT contribuiu para a manutenção do acampamento sem-terra União Recanto Cinco Estrelas e que juntamente ao grupo acampado cobrou aos órgãos públicos federais o interesse pela desapropriação da fazenda Recanto. Mesmo com as famílias assentadas, a pastoral acompanha o grupo social e auxilia na busca de recursos e projetos para a fixação das mesmas no campo.

Frente aos novos desafios com o acesso à terra, o assentamento cria mecanismos para dar continuidade a sua territorialização através da geração de renda que se tornou fundamental no campo do debate e de suas ações práticas para garantir seus territórios, com base na organização coletiva e autônoma para o fortalecimento da produção diversificada, tanto para autoconsumo como para a comercialização.

A diversificação da produção em seus lotes, a geração de renda com implemento de estruturas necessárias como a cozinha comunitária para as mulheres e da feira de comercialização, assim como a estruturação de uma associação, são formas organizativas que se somaram como positivas para a permanência desse grupo social no campo e do fortalecimento e desenvolvimento de seus territórios.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, v. 16, n. 45, 2002. p. 7-30. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9866. Acesso em: 10 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 200 p.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1985.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil**: 1889-1930. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BASSI, Bruno Stankevicius; FUHRMANN, Leonardo; MERLINO, Tatiana. De Olho nos Ruralistas. Observatório do Agronegócio no Brasil. **Prefeitos do Titula Brasil são acusados de grilagem e fraudes fundiárias no Mato Grosso**. Publicado em: 8 abr. 2021. [2021]. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2022/04/08/prefeitos-do-titula-brasil-sao-acusados-de-grilagem-e-fraudes-fundiarias-no-mato-grosso/. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Procuradoria Regional da União no Estado de Mato Grosso – Advocacia Geral da União (AGU). Processo n° 2009.36.03.000088.4. **Ação Reivindicatória com Pedido de Tutela Jurisdicional Antecipada**. Parte Autora: União. Encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da Vara da Subseção Judiciária de Sinop - Estado de Mato Grosso. Compete a ação reivindicatória de imóvel público. Jurisprudência do STR-1, Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 21 fls., em 14 jan. 2009.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 1/92 a 95/2006 e Decreto n. 186/2008. Biênio 2017/2018. Brasília: Senado Federal, 2017. [2017a] (impresso em 2017, 122 p.).

_____. Poder Judiciário Federal. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Subseção Judiciária de Sinop/MT. Trata-se de ação reivindicatória em que a União quer o cumprimento da antecipação de tutela deferida na sentença proferida nos autos, consistente na imissão da União na posse de 2.000 (dois mil) hectares da Fazenda Recanto. Classe: **Ação Ordinária**. Autor: União Federal, réu: José Iris de Souza. Processo n° 0000088-16.2009.4.01.3603, 1° Vara da Subseção de Sinop/MT. Relator: Juiz Federal Murilo Mendes. Decisão proferida em Sinop/MT: 27 de jul. 2017. [2017b].

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Estudo propositivo**: Território do Portal da Amazônia. Brasília: Fundação Cândido Rondon, 2005. [2005]. Disponível em: https://www.icv.org.br/publicacao/estudo-propositivo-territorio-portal-da-amazonia/. Acesso em: 10 nov. 2021.

_____. Lei nº 8.629**,** Presidência da República. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária da Constituição Federal de 1988. Brasília: **República Federativa do Brasil**. 25 de fevereiro de 1993. [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso: 20 nov. 2021.

_____. Presidência da República Lei nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de julho de 2006. [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Balança comercial do agronegócio - outubro/2021**. Publicado em 16 nov. de 2021. [2021a]. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agro-atingem-valor-recorde-de-us-8-84-bilhoes-para-outubro/NotaaimprensaBalanaComercial10_2021002.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. Governo Federal. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**. Plano de Trabalho Programa Intitula Brasil. Plano de Trabalho entre INCRA/MT com município de Novo Mundo – MT 2021/2026. Data de assinatura: 01 abr. 2021. [2021b]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/acordos-de-cooperacao/titula-brasil/MT_NovoMundo_PlanodeTrabalho.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. Presidência da República. Lei nº 4.504. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Brasília, 30 de novembro de 1964. [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Governo Federal. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**. Assentamentos. Publicado em 28 jan. 2020. [2020a]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. Concelho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP. **Relatório de Avaliação**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União, ciclo 2020. [2020b]. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio_avaliacao-cmas-2020-pronaf.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Divisão de Geoprocessamento**. Acervo fundiário. [2022]. Disponível em: https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php. Acesso em: 5 jun. 2022.

CAIO BARBOSA. Comissão Pastoral da Terra. **Um novo mundo no lugar da "velha" grilagem**. Assessoria de Comunicação da CPT Nacional. Publicado em: 6

jun. 2020. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/multimidia/12-noticias/conflitos/5244-um-novo-mundo-no-lugar-da-velha-grilagem. Acesso em: 19 set. 2022.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. (Tradução: Cristina Yamagami).

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CEAAF. Centro Executivo de Ações da Agricultura Familiar do Território Portal da Amazônia – CEAAF. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território da Cidadania, Portal da Amazônia. Alta Floresta/MT: Instituto Ouro Verde, 2010.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Exportação do Agronegócio**: 2021. São Paulo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo. 2021. [2021].
Disponível em:
https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_2021.pdf. Acesso em 20 ago. 2022.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada; CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2021**. [2022]. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em 05 ago. 2022.

CHAYANOV, Alexander. V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XII, tomo II, n. 46, 1976, p. 477-502. [1976]. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf. Acesso em 25 jun. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: resultado das ações da CONAB em 2018. Brasília: Compêndio de Estudos Conab, v. 20, 2019. [2019]. Disponível em: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/compendio-execucao-do-paa/item/download/25002_c4a4d9329b6c345985c0d6b1aec061ef. Acesso em: 23 abr. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

COSANDEY, José Victor Jubiloni. A violência como face perversa do agronegócio em Mato Grosso. *In*: Encontro Nacional de Geografia Agrária. 21, 2012, Minas Gerais. **Anais** [...]. Uberlândia – Universidade Federal de Uberlândia: Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1144_1.pdf. Acesso: 20 out. 2021.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **Para denunciar morosidade da Justiça, famílias sem-terra bloqueiam rodovia no Mato Grosso**. Goiânia: CPT-MT, publicado em: 16 nov. 2017. [2017]. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4109-para-denunciar-morosidade-da-justica-familias-sem-terra-bloqueiam-rodovia-no-mato-grosso. Acesso em: 25 nov. 2021.

____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil, 2017. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, 2018.

____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil, 2018. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil, 2019. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, 2020.

____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil, 2020. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, 2021.

____. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **Sobre nós - histórico**. Goiânia: Publicado em: 05 fev. 2010. [2010a]. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico. Acesso: 25 nov. 2021.

____. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo**. Goiânia: Publicado em: 03 mai. 2010. [2010b]. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/content/article?id=195:campanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabalho-escravo. Acesso: 20 abr. 2022.

CPT-MT. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **NOTA PÚBLICA**: Tortura e cárcere privado praticado por família de fazendeiro em Nova Guarita (MT). Cuiabá, MT. 24 ago. 2017. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4003-nota-publica-tortura-e-carcere-privado-praticado-por-familia-de-fazendeiro-em-nova-guarita-mt. Acesso: 05 jun. 2022.

_____. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **NOTA PÚBLICA**: Grilagem de terras da União, cumplicidade do Incra e conivência da Polícia Militar acirram conflitos no campo no Norte de Mato Grosso. Publicado em: 14 abr. 2020. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/5163-nota-publica-grilagem-de-terras-da-uniao-cumplicidade-do-incra-e-conivencia-da-policia-militar-acirram-conflitos-no-campo-no-norte-de-mato-grosso. Acesso em: 25 mai. 2022.

_____. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Solicitação de Providências ao Ministério Público Estadual. **Oficio 707/2011**. Cuiabá: coordenação estadual da CPT-MT. Assinado em: 03 fev. 2011. [2011]. Acesso em: 05 mai. 2022. (Impresso, 1 fls.).

_____. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Solicitação de Providências ao INCRA-MT SR-13, Cuiabá-MT para homologação de famílias em Assentamento Nova Conquista II. **Oficio 01/2019**. Cuiabá: coordenação estadual da CPT-MT. Assinado em: 08 jan. 2019. [2019a]. Acesso em: 05 mai. 2022. (Impresso, 1 fls.).

_____. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Requerimento de manifestação ao INCRA-MT SR/13 de Cuiabá-MT para o interesse social da Fazenda Cinco Estrelas para Reforma Agrária em Novo Mundo-MT. **Oficio 70/2019**. Cuiabá: coordenação estadual da CPT-MT. Assinado em: 18 out. 2019. [2019b]. Acesso em: 05 mai. 2022. (Impresso, 2 fls.).

_____. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. **Carta de Anuência**: Ao ISPN / PPP Ecos. Ref. 25° Edital PPP/Ecos – Fundo Amazônia. Cuiabá-MT: Coordenação estadual da CPT-MT. Assinado em: 29 jul. 2021. [2021]. Acesso em: 05 mai. 2022. (Impresso, 1 fls.).

CROQUER, Gabriel. O Globo. **Esvaziado, programa federal de aquisições de alimentos vê doações despencarem**. Publicado em: 12 nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/12/esvaziado-programa-federal-de-aquisicoes-de-alimentos-ve-doacoes-despencarem.ghtml. Acesso em: 15 jan. 2023.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Brasil 2016. São Paulo: Rede DATALUTA, 2017. (Coordenação: Eduardo Paulon Girardi). Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutabrasil.html. Acesso em 10 jul. 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In:* CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. (Tradução: Cristina Yamagami).

DEFENSORIA PÚBLICA/MT. **Após atuação conjunta da DPMT e DPU, STJ impede despejo de 300 trabalhadores sem-terra em área da União em Novo Mundo-MT**. Editado por Alexandre Guimarães. Mato Grosso: publicado em 10 mar. 2021. Disponível em: http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/-/16659081-apos-atuacao-conjunta-da-dpmt-e-dpu-stj-impede-despejo-de-300-trabalhadores-sem-terra-em-area-da-uniao-em-novo-mundo-mt. Acesso em: 20 jun. 2022.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Observatório do Agronegócio no Brasil. **Os financiadores da boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. Coordenação: Alceu Luiz Castilho. Publicado em: jul. 2022. [2022], 26 p. Disponível em:

https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/18/de-olho-nos-ruralistas-lanca-dossie-sobre-financiamento-da-bancada-ruralista/. Acesso em: 25 jul. 2022.

DIÁRIO CIDADE. Jornal Diário Cidade. **Guia de empresas**: Cofco Intl em Novo Mundo, MT. Novo Mundo/MT. Disponível em: https://www.diariocidade.com/mt/novo-mundo/guia/cofco-intl-06315338016970/. Acesso em: 20 jun. 2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais**. Distrito Federal, DF: EMBRAPA, s.d. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal. Acesso em: 13 set. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil**: uma análise geo-histórica da governança de terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, Framing the Debate Series, n. 2, 2012, 64 p. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. *In:* CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. (Tradução: Cristina Yamagami).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA.** Ano 8, n. 6. Presidente Prudente, p. 14-34. Janeiro a junho de 2005. [2005]. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460. Acesso em 10 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, v. 2, 2009.

FLORES, Elizabete. Comissão Pastoral da Terra – Mato Grosso. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **A Nova Conquista**: Terra para quem nela quer trabalhar. Publicado em: 07 jun. 2019. [2019]. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4759-a-nova-conquista-terra-para-quem-nela-quer-trabalhar. Acesso em: 20 jun. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. [2010]. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=51&dados=6. Acesso em: 10 nov. 2021.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes 2012 (PAM). Rio de Janeiro: Departamento de Agropecuária - IBGE, v. 39, 2013. [2013]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em 05 ago. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes 2014 (PAM). Rio de Janeiro: Departamento de Agropecuária - IBGE, v. 41, 2015. [2015]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em 05 ago. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes 2016 (PAM). Rio de Janeiro: Departamento de Agropecuária - IBGE, v. 43, 2017. [2017]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em 05 ago. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes 2018 (PAM). Rio de Janeiro: Departamento de Agropecuária - IBGE, v.45, 2019. [2019a]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em 05 ago. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes 2020 (PAM). Rio de Janeiro: Departamento de Agropecuária - IBGE, v. 47, 2021. [2021a]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em 05 ago. 2022.

____. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. [2021b]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e. Acesso: 20 nov. 2021.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Panorama dos dados do município de Novo Mundo, Mato Grosso. [2021c]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/novo-mundo/panorama. Acesso: 20 nov. 2021.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. (Segunda apuração). Rio de Janeiro: IBGE, 2009. [2009]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. (Resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2018. [2018]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 11 anos, Agricultura Familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. Agência de Notícias IBGE. 25 de outubro de 2019. [2019b]. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html. Acesso em: 04 abr. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Estatísticas – Downloads**: dados Censo Agropecuário de 2017 (resultados definitivos). [2022a]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html. Acesso em 20 jun. 2022.

____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Censos Agropecuários de 2006 e 2017, Novo Mundo – MT. [2022b]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/novo-mundo/pesquisa/24/76693?ano=2017. Acessado em: 05 jun. 2022.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**: ocupação do norte do Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e Campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 1. ed. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. [1997]. Disponível em: encr.pw/qDXL2. Acesso em: 19 fev. 2023.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tomo 2, parte segunda (Coleção Os Economistas). Vol. III. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).

MINAYO, Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO,

Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla/1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

NOVO MUNDO. Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT. **História de Novo Mundo**. Editado por João Carlos Vicente Ferreira. s.d. Disponível em: https://www.novomundo.mt.gov.br/Novo-Mundo/Historia/. Acesso em: 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca básica de Serviço Social) vol. 1.

PEREIRA, Naildes Araújo. Estrutura agrária brasileira: resistência e enfrentamento do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST). *In*: Encontro Nacional de Pesquisadoras/Es em Serviço Social. **Anais** [...]. Vitória/ES: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, 2018. v. 16. n. 1. Disponível em: https://www.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22249. Acesso: 10 out. 2021.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia**: a ilusão da terra prometida - a expropriação do homem e do seu ambiente. Sinop/MT: Editora Fiorelo, 2. ed., 2005.

PINHEIRO BARBOSA, Lia. Educação do Campo, movimentos sociais e a luta pela democratização da Educação Superior: os desafios da universidade pública no Brasil. *In*: SILVA, Adrián Acosta; et al. **Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 147-212. Disponível em: www.researchgate.net/publication/299442828_Educacao_do_Campo_movimentos_sociais_e_a_luta_pela_democratizacao_da_educacao_superior_os_desafios_da_universidade_publica_no_Brasil. Acesso em 20 nov. 2021.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil**: o mapa da desigualdade. Sustentabilidade em Debate. IMAFLORA: n. 10. Publicado em: abr. 2020. [2020]. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/sustentabilidade_atlas.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

PLANS, Josep Iborra. Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Acampados e assentados do Norte do Mato Grosso unem forças**. Publicado em 18 set. 2018. [2018]. Disponível em: https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-

movimentos/4481-acampados-e-assentados-do-norte-do-mato-grosso-unem-forcas. Acesso em: 05 de jun. 2022.

POLLETO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. *In:* CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010. (Tradução: Cristina Yamagami).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Trad. de Maria Cecília França).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da Reforma Agrária de mercado (1998-2006) *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP, 2009. v. 2.

RASNHESKI, Fernando. **Luta pela terra e a configuração da educação escolar:** leitura de concepções a partir do Assentamento Raimundo Vieira, em Nova Guarita – Mato Grosso, 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso: UNEMAT, 2015.

SABOURIN, Eric; RODRIGUES, José Alesandro. Interação entre Políticas Públicas e dinâmicas locais da Agricultura Familiar no Território do Portal da Amazônia – Mato Grosso. *In:* OLIVEIRA, Denise et al. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial: Diretrizes para a Região da BR-163**. Projeto Diálogos, vol. 2, 2009. [2009]. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2009/05/desenvolvimento_territorial_-_diretrizes-v2.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

SANTANA, Iara Vanessa Fraga. Agronegócio *versus* agricultura familiar camponesa: tendências das políticas sociais contemporâneas. *In*: Seminário Cetros: Crise e Mundo do Trabalho no Brasil. 4, 2018. **Anais** [...] Fortaleza/CE: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51403-18072018-132448.pdf. Acesso: 10 out. 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 1998.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 4. ed. 2º reimpressão, 2006. (Coleção Milton Santos).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério. **Movimentos sociais na luta pela terra**: conflitos no campo e disputas políticas. *In:* FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília-DF: MDA, 2008, p. 53-87.

SEMA-MT. Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. **Portal da Transparência**: GEOPORTAL. Banco de Dados Geográficos. Requerimento CAR - ATP. [2022]. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/transparencia/index.php/sistemas/simgeo. Acesso em: 13 set. 2022.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SOUZA, Edison Antônio. **O poder da fronteira:** hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso, 2008. Tese (Doutorado do Departamento de História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOUZA, José Lopes. **O território**: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SCARABELI, Vanderly. **Agroecologia no território do agronegócio**: experiência do MST no estado do Mato Grosso. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA.** Ano 8, n. 7. Presidente Prudente, p. 1-21. dezembro de 2005. [2005]. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456. Acesso em 5 ago. 2022.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 1. ed. 2008.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v. 1.

TERRA, Ademir. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 48, p. 190-205, dossiê, mar. 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/398. Acesso em: 15 abr. 2022.

VALENTE, Rubens. Coluna de Notícias UOL. **Incra informa ao STF tombo histórico da reforma agrária, mas nega paralisia**. Publicado em: 16 fev. 2021. [2021]. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/16/incra-reforma-agraria-supremo-adpf.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

Entrevistados

SEZE, V. A. **Entrevista I**, [jan. 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Nova Canaã do Norte-MT. Arquivo mp3 (29 min.).

PARENTE, V. **Entrevista II**, [maio 2022]. Entrevistador: Valdsandro de Lima Campos. Novo Mundo-MT. Arquivo mp3 (18 min.).

APÊNDICE 1

Questionário para ser aplicado com famílias assentadas do assentamento Nova Conquista II

Questionário n° ___

1. Primeiro nome e último nome: _____
2. Sexo: ( ) M ( ) F 3. Idade: _____
4. Quantidade de pessoas na família: _____
5. Naturalidade (estado): _____
6. 2 principais fonte de renda: _____
7. Porcentagem do que é produzido para consumo próprio. ( )25 ( ) 50 ( )75 ( )100 ( ) nada.
8. Principal fonte de renda na propriedade: _____
9. Tem outra fonte de renda? ( ) Sim ( ) Não. Qual? _____
10. Participa de algum grupo coletivo? ( ) Sim ( ) Não. Qual? _____
11. Qual a renda mensal familiar atualmente? _____ R$
12. Por quanto tempo ficou acampado? _____
13. Em que trabalhava quando estava acampado? _____
14. Qual era o valor da fonte de renda no acampamento? _____ R$
15. Já participou de manifestações políticas para acelerar a criação do Assentamento?
( ) Sim ( ) Não. Quantas? _____.
16. Quais tipos de manifestações? _____
17. Participa de algum projeto dentro do assentamento? ( ) sim ( ) não.
De qual instituição? _____
18. Já participou de alguma formação feita pela CPT? ( ) várias ( ) algumas ( ) não
19. Essas formações tiveram contribuições na formação do assentamento? ( ) sim ( ) não.
20. Acha importante a permanência da CPT no assentamento? ( ) sim ( ) não.
21. Participa de formações e oficinas para melhorar as condições sociais e produtivas do assentamento? ( ) Sim ( ) Não. Quais? _____
22. você acha importante os trabalhos coletivos para o assentamento? ( ) sim ( ) não.
23. O que necessita melhorar para dar mais qualidade no Assentamento?
_____
24. Já sofreu ou presenciou alguma ameaça de algum companheiro enquanto estavam na luta pela terra?
( ) Sim ( ) Não. Que tipo de ameaça? ( ) trabalhista ( ) por terra ( ) mineração ( ) por água ( ) outro.
25. Conseguiu acessar benefício de crédito? ( ) privado ( ) público. Quantas vezes? _____.
26. Participa de algum programa governamental (PAA, PNAE)? ( ) sim ( ) não.
Participa da feira de comercialização dos produtos? ( ) sim ( ) não
27. Qual a sua avaliação sobre a presença do poder público municipal, estadual ou federal para a melhoria das condições na comunidade? ( ) ótimo ( ) regular ( ) ruim.

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevista para ser aplicado com agente pastoral ou voluntário da CPT – MT

Nome do entrevistado: _____
Uma breve trajetória da entrevistada na CPT:
_____

1. O que é luta pela terra e luta na terra? (citar exemplos da região).
_____

2. Na sua análise o que dificulta a aplicação da Reforma Agrária no contexto da agricultura capitalista (latifúndios, empresas, bancos)?
_____

3. Descreva um pouco do processo histórico e inserção da CPT no norte do estado (motivos, quando se iniciou, quais grupos que trabalhou, principais municípios de atuação).
_____

4. Quais foram as principais ações da CPT ao norte de MT?
_____

5. Descreva um pouco sobre o que sabe da história e luta do Acampamento que originou o Assentamento de Nova Conquista II em Novo Mundo.
_____

6. Como a CPT desenvolveu no acampamento para contribuir com a organização social e a consolidação do assentamento?
_____

7. Descreva um pouco dos métodos que a CPT utilizou para contribuir na formação do Assentamento.
_____

8. Quais foram os principais desafios da CPT na região? (violência, latifúndios, terras públicas, poder público).
_____

9. Quais foram os assentamentos que a CPT contribuiu para se formar e como ocorreu essa formação?
_____

Anotações extras:

APÊNDICE 3

Roteiro orientativo de entrevista para ser aplicado com assentado do Assentamento Nova Conquista II, ex-liderança do Acampamento União Recanto Cinco Estrelas

Nome do entrevistado: _____

1. Descreva uma breve trajetória da sua luta pela terra: quando tempo ficou acampado? Onde ficou acampado?

_____

2. Quais foram os principais acontecimentos gerados quando estava participando do Acampamento União Recanto Cinco Estrelas?

_____

3. Quais foram os passos para concluir que a área pública fosse destinada para a Reforma Agrária?

_____

4. Ocorreram conflitos entre acampados e fazendeiro ocupante da área reivindicada? Quem eram os ocupantes ilegais?

_____

5. Como ocorreram os processos de lutas sociais pelo andamento judicial e principais enfrentamentos para dar andamento à reivindicação da terra pública?

_____

Anotações extras:

_____